



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI  
PRÓ – REITORIA DE ENSINO DE PÓS – GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**MAYRA SOARES VELOSO**

**O ATENDIMENTO PROFISSIONAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE  
ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NOS CREAS EM TERESINA-PI**

TERESINA-PI

2018

MAYRA SOARES VELOSO

**O ATENDIMENTO PROFISSIONAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE  
ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NOS CREAS EM TERESINA-PI**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí para obtenção do título de mestra em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Inez Sampaio Nery

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

TERESINA-PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

V443a Veloso, Mayra Soares.

O atendimento profissional a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar nos CREAS em Teresina-PI / Mayra Soares Veloso. – 2018.

130 f.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –  
Universidade Federal do Piauí, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Inez Sampaio Nery.

1. Criança e Adolescente. 2. Abuso Sexual  
Intrafamiliar. 3. Centro de Referência Especializado da  
Assistência Social (CREAS). I. Título.

CDD 362.88

MAYRA SOARES VELOSO

**O ATENDIMENTO PROFISSIONAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE  
ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NOS CREAS EM TERESINA-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em 14/05/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Inez Sampaio Nery  
Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Presidente

Profa. Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira  
Universidade Estadual do Ceará (UECE) - 1ª Examinadora

Profa. Dra. Solange Maria Teixeira  
Universidade Federal do Piauí (UFPI) - 2ª Examinadora

Profa. Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral  
Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Suplente

TERESINA-PI

2018

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar o processo de escrita desta dissertação fazer os agradecimentos me leva a uma profunda reflexão sobre a trajetória do mestrado e conseqüentemente revivo os diversos sentimentos que me acompanharam e me impulsionaram até aqui, contribuindo para a concretização da presente dissertação.

Primeiramente agradeço a Deus e a espiritualidade que me deram força, sabedoria e determinação para superar os vários obstáculos que surgiram no decorrer da minha caminhada no mestrado. Sei que as dificuldades foram necessárias para meu crescimento, agradeço tais provações pois com elas cresci como profissional e acima de tudo como pessoa.

À UFPI, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, em especial as Professoras Guiomar Passos, D'alva Macêdo, Dione Morais por todo conhecimento transmitido.

As Professoras das bancas de qualificação e de defesa da dissertação, Profa. Rita Sobral, Profa. Solange Teixeira, Profa. Zelma Madeira, as contribuições dadas foram direcionamentos essenciais na construção dessa dissertação. Eu não poderia ter tido uma banca melhor. Obrigada.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à minha querida orientadora Inez Sampaio Nery, que mais do que orientadora é uma pessoa admirável. Ela me mostrou que andar por caminhos desconhecidos pode parecer assustador no início, mas que quando nos permitimos o caminho fica belo e nossa trajetória inesquecível. Obrigada por me mostrar a beleza do Método Narrativa de Vida.

À Prefeitura Municipal de Teresina, em especial aos gestores da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas que não apenas permitiram a realização do estudo como deram o apoio necessário para que eu conseguisse finalizar minha dissertação.

Aos CREAS, em especial as Flores (profissionais) que se disponibilizaram a contribuir com suas narrativas, sendo possível assim a realização do meu estudo. Admiro cada uma pelo compromisso e determinação com o trabalho que desenvolvem.

À minha família que tanto reclamou minha ausência, eram muitos os questionamentos e as insatisfações, cada palavra que eu ouvia funcionava como um combustível para que eu não desistisse desse sonho. O mais difícil era ouvir: "Dadinha

quando vou dormir com você?”. Precisei muitas vezes abrir mão desses momentos, foi difícil no entanto necessário. O amor de vocês me ajudou nessa caminhada.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas que há alguns bons anos vem acompanhando minhas aflições e angústias, mas sempre com palavras de apoio e um abraço acolhedor. Levo sempre vocês no meu coração. Muito obrigada.

Nada disso seria possível sem a ajuda, apoio, carinho e amizade da minha amiga-irmã Teresa Cristina Moura. Sua amizade foi um presente de Deus, com você aprendi a confiar nas minhas capacidades, a não desistir dos meus sonhos e acima de tudo a ser sempre profissional e ética. Jovem, eternamente serei grata a você por tudo que fez e faz por mim.

Preciso agradecer também a Aline Teixeira pela amizade, cumplicidade e companheirismo. Juntas nos tornamos assistentes sociais (há 15 anos), juntas estudamos e entramos no mestrado, agora ainda mais fortalecidas estamos concluindo o mestrado. Mô Bem obrigada por tudo.

Aos amigos da turma do mestrado, que me possibilitaram verdadeiros momentos de alegria e troca de experiências. Agradeço em especial a Ana Clea Lopes que compartilhou minhas angústias e sempre esteve disponível para ajudar.

Enfim, agradeço a vocês que foram sensíveis na minha caminhada, que souberam entender minhas ausências, que por várias vezes ouviram minhas reclamações, que foram receptivos nas minhas dores, que mesmo de longe emitiram pensamentos de luz e acima de tudo que festejam comigo essa conquista, meu eterno agradecimento.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente:  
Não aceiteis o que é de hábito  
como coisa natural,  
pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada,  
de arbitrariedade desumanizada,  
nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar”.  
(Poema: Nada é impossível de Mudar, de Bertold Brecht).

## RESUMO

A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um fenômeno que ainda é latente na sociedade brasileira. Ela é fruto de uma sociedade desigual e reproduz-se nas relações de poder e gênero existentes no âmbito familiar, reflexo da cultura machista manifestando-se como uma das mais perversas formas da violência sexual. O presente estudo teve como objetivo geral analisar o processo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar nos CREAS de Teresina. O método utilizado para a produção dos dados foi o da Narrativa de Vida proposto por Bertaux (2010), que consiste em analisar os objetos de pesquisa, a partir da vivência dos participantes. A técnica utilizada foi a entrevista com profundidade, das narrativas emergiram categorias de análises que foram analisadas a luz do referencial teórico adotado, pode-se constatar que: os profissionais desenvolvem os atendimentos com o foco na ressignificação da violência sofrida pelas crianças e adolescentes; observou-se que o abuso sexual intrafamiliar gera consequências a curto e longo prazo na vida das crianças e adolescentes, variando de acordo com alguns elementos que vão desde a frequência do abuso, à idade da vítima no momento da violência; o fenômeno em questão exige do profissional um olhar ampliado considerando a existências de relações de gênero e de poder que se manifesta e reproduz-se no ambiente familiar; a complexidade que envolve trabalhar com a temática em questão exige uma intervenção feita por uma equipe interdisciplinar voltada não apenas a vítima mas a família na sua totalidade. Conclui-se que o atendimento dos profissionais nos CREAS direcionado ao abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes acontece visando atender ao que preceitua as normativas legais, no entanto identificou-se: uma insuficiência na realização de um planejamento que pode ser percebida na pouca atenção destinada a construção de um Plano de Atendimento; a prevalência de atendimentos individualizados, sendo que os grupos não acontecem com tanta frequência; os casos são repassados aos técnicos individualmente, essa estratégia de gestão visa dinamizar o serviço no entanto deixa de lado a realização de um atendimento feito em equipe. Constatou-se que os profissionais estão preocupados com a qualidade do atendimento ofertado no entanto deparam-se com limitações que vão desde a insuficiência de profissionais, a inexistência de equipes de referências para os serviços ofertados nos CREAS, a falta de recursos e de uma estrutura física adequada para desenvolver o trabalho.

**Palavras-chave:** Criança e adolescente. Abuso sexual intrafamiliar. CREAS.



## ABSTRACT

Intrafamily sexual violence against children and adolescents is a phenomenon that is still latent in Brazilian society. It is the result of an unequal society and reproduces itself in the relations of power and gender existing in the family, reflecting the macho culture manifesting itself as one of the most perverse forms of sexual violence. The present study had as general objective to analyze the process of care for children and adolescents victims of intrafamily sexual abuse in the Teresina CREAS. The method used to produce the data was the Life Narrative proposed by Bertaux (2010), which consists of analyzing the objects of research, based on the experience of the participants. The technique used was the interview with depth, from the narratives emerged categories of analyzes that were analyzed in light of the adopted theoretical framework, it can be seen that: professionals develop the care with a focus on the re-signification of violence suffered by children and adolescents; it was observed that intra-family sexual abuse has short- and long-term consequences on the lives of children and adolescents, varying according to some elements ranging from the frequency of abuse to the age of the victim at the time of the violence; the phenomenon in question demands from the professional an enlarged view considering the existences of gender and power relations that are manifested and reproduced in the family environment; the complexity involved in working with the issue in question requires intervention by an interdisciplinary team that targets not only the victim but the family as a whole. It is concluded that the care of the professionals in the CREAS aimed at the intrafamily sexual abuse of children and adolescents happens to meet the requirements of legal regulations, however identified: an insufficiency in the realization of a planning that can be perceived in the little attention intended the construction of a Service Plan; the prevalence of individualized care, and the groups do not happen as often; the cases are passed on to the individual technicians, this management strategy aims to streamline the service, however, it leaves aside the accomplishment of a team-based service. It was verified that the professionals are worried about the quality of the offered service, however they are faced with limitations ranging from the insufficiency of professionals, the lack of reference teams for the services offered in CREAS, the lack of resources and a structure physics to develop the work.

**Keywords:** Child and adolescent. Intrafamily sexual abuse. CREAS.

## TABELAS/ QUADROS/ FIGURAS

Tabela 01: Distribuição de Denúncias de Violência Sexual: Abuso e Exploração, Período: 2011 a 2014 no Brasil .....	51
Tabela 02: Suspeitos e Local de Ocorrência do Abuso no Período: 2011 a 2014 no Brasil .....	51
Quadro 01: Dificuldades de Adaptação Afetiva, Interpessoal e Sexual como Consequências do Abuso Sexual .....	53
Quadro 02: Seguranças Socioassistenciais .....	68
Quadro 03: Identificação dos Participantes Segundo Dados Socioeconômicos .....	82
Quadro 04: Qualificação Profissional dos Participantes .....	83
Figura 01: Fluxo do Atendimento do PAEFI .....	70
Figura 01: Fluxo dos Serviços para Atendimento ao Usuário/Família .....	70

## LISTA DE SIGLAS

CEP/UFPI – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
DF – Distrito Federal  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EN – Entrevista Narrativa  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada  
LA – Liberdade Assistida  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
NV – Narrativa de Vida  
PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PSB – Proteção Social Básica  
PSC – Prestação de Serviço à Comunidade  
PSE – Proteção Social Especial  
PSE/MC – Proteção Social Especial de Média Complexidade  
PSE/AC – Proteção Social Especial de Alta Complexidade  
SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social  
SEMCASPI – Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas  
SEMTCAS – Secretaria Municipal do Trabalho Cidadania e Assistência Social  
SGD – Sistema de Garantia de Direitos  
SINAN – Sistema Nacional de Informações de Agravos e Notificações  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Contextualização da Problemática e Objeto de Estudo .....	12
1.2 Questões Norteadoras e Objetivos .....	18
1.3 Relevância e Estrutura do Estudo .....	19
<b>2. ABORDAGEM METODOLÓGICA .....</b>	<b>22</b>
2.1 Tipo de Estudo .....	22
2.2 O Método Narrativa de Vida .....	23
2.3 Cenário e Participantes .....	25
2.4 Produção e Análises dos Dados .....	26
2.5 Procedimentos Éticos e Legais .....	28
<b>3. A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A PARTICULARIDADE DO ABUSO SEXUAL .....</b>	<b>29</b>
3.1 Compreensão da Violência no Contexto das Relações Sociais e suas Tipologias .....	29
3.2 O Abuso Sexual Intrafamiliar e as Consequências na Vida das Crianças e Adolescentes .....	43
<b>4. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>	<b>57</b>
4.1 A Política de Assistência Social no Contexto do Enfrentamento ao Abuso Sexual .....	57
4.2 As Ações do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos no Âmbito do Abuso Sexual Intrafamiliar .....	66
<b>5. O ATENDIMENTO PELOS PROFISSIONAIS DOS CREAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR .....</b>	<b>82</b>
5.1 Caracterização dos Participantes.....	82
5.2 Narrativas dos Profissionais dos CREAS sobre o Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar .....	84
5.2.1 Reflexo da Violência na Vida das Crianças e Adolescentes .....	85

5.2.2 Relações de Poder no Âmbito Familiar .....	88
5.2.3 Operacionalização do Atendimento pelos Profissionais .....	91
5.2.4 Elementos Dificultadores e Facilitadores no Trabalho.....	100
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>121</b>
Apêndice A – Roteiro de Entrevista .....	122
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	123
Apêndice C – Ofício Circular para a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas de Teresina-PI .....	126
<b>ANEXOS .....</b>	<b>127</b>
Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa .....	128
Anexo B – Autorização da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas de Teresina-PI .....	129

## 1 INTRODUÇÃO

A introdução apresenta uma contextualização da problemática e do objeto de estudo, em seguida destaca-se as questões norteadoras e os objetivos. Ao final da introdução aponta-se a relevância do estudo e como o mesmo está estruturado.

### 1.1 Contextualização da Problemática e Objeto de Estudo

A violência é um fenômeno frequente, complexo e multicausal, manifesta-se de várias formas e perpassa questões culturais, econômicas, políticas, sociais e geracionais. A manifestação da violência está diretamente ligada a uma relação de poder existente na sociedade.

Segundo Silva (2011, p. 72) “a violência se manifesta como o exercício da dominação de um ser sobre o outro e tem como consequência maior a violação da humanidade deste”. Os adultos são socialmente e legalmente autorizados a exercer o poder sob a criança, na perspectiva de educar, formar, construir valores para o desenvolvimento em sociedade. O poder presente nas relações interpessoais de adultos e crianças/adolescentes pode em determinadas situações ir além do respeito e violar os direitos humanos.

Essa violência contra crianças e adolescentes se manifesta de várias formas: estrutural, simbólica, institucional, negligência, física, psicológica e sexual. No que se refere a violência sexual, Silva (2011, p. 78 e 79) aponta como “a negação da criança e do adolescente como pessoa”, além de necessariamente gerar a violência física e/ou a psicológica, “enquadra-se num contexto de violência estrutural, simbólica e institucional e de negligência”.

Ainda de acordo com Silva (2011, p. 79): “A violência sexual contra crianças e adolescentes se constitui numa relação de poder, abrangendo tanto as relações abusivas, sem ganhos econômicos, quanto as nitidamente comerciais e se explica pelo cenário socioeconômico”. De forma mais específica, Azevedo e Guerra (2015) definem a violência sexual como uma relação sexual de natureza heterossexual ou homossexual, que aconteça envolvendo adultos e criança ou adolescente, que objetiva o estímulo sexual da criança ou do adolescente.

A violência sexual se divide em abuso e exploração sexual, sendo que o abuso pode ocorrer no âmbito intrafamiliar (incesto) ou extrafamiliar (fora do ambiente

doméstico e praticado por algum conhecido da vítima); e a exploração é a uma prática comercial ilegal.

O abuso sexual caracteriza-se por “práticas não comerciais” com ou sem contato físico, a exemplo do “assédio sexual, telefones obscenos, exibicionismo, voyeurismo, abuso sexual verbal e pornografia, sem fins lucrativos” (SILVA, 2011, p. 79 e 81).

Guerra (2011, p. 32-33) conceitua a violência doméstica contra crianças e adolescentes como “todo ato ou omissão” praticado por pais, parentes ou responsáveis causando danos “físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância”. Trata-se de uma negação dos direitos de crianças e adolescentes, desconsiderando sua condição peculiar de desenvolvimento.

Em um levantamento realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no ano de 2015, identificou-se que, a cada dia, 129 novos casos de violência contra crianças e adolescentes eram registrados. No mesmo ano, só no primeiro semestre, 66.518 denúncias de violação de direitos foram registradas pelo Disque 100<sup>1</sup> da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Dessas, 63,2% estavam relacionadas à violação de direitos de menores de 18 anos, principalmente violência física, psicológica e sexual, sendo 70% das violações de direitos cometidas por familiares.

Em 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) apresentou uma nota técnica sobre os dados do Sistema Nacional de Informações de Agravos e Notificações (SINAN) e constatou que 70% das vítimas de estupro no Brasil eram menores de 18 anos, dessas, 89% são do gênero feminino (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Nos anos de 2015 e 2016 o Disque 100 registrou 37 mil casos de denúncias de violência sexual na faixa etária de 0 a 18 anos de idade. Sendo que 17,5 mil casos apenas no ano de 2016, a maioria das denúncias referentes aos crimes de abuso sexual (72%) e exploração sexual (20%).

Diante desses dados, é necessário compreender que a violência sexual contra crianças e adolescentes continua uma problemática atual, ela perpassa todas as camadas sociais, raças, credos, inquietando a todos. No século XX o fenômeno

---

<sup>1</sup> Dados disponibilizados no site oficial do governo <http://www.brasil.gov.br>

passou a assumir relevância política, deixando de ser visto como um segredo familiar e privado para assumir características complexas que demandam políticas públicas.

A discussão sobre violência ultrapassa os muros familiares, o problema passa a ter um destaque dentro dos debates da sociedade e todos começam a ter responsabilidade no âmbito de proteção a essas crianças e adolescentes vítimas de alguma forma de violência.

Na esfera da proteção, a Constituição Federal de 1988 foi um marco no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Uma vez que a visão de criança como miniatura, objeto e menor sofre um processo de mudança significativa, passando então a ser vista como pessoa detentora de direitos. Diante disso, Odália (2004, p.59) afirma que:

O mais importante nesse movimento inaugurado pela Criança Constituinte e que culminou com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990, é a afirmação da universalidade dos direitos da criança. Não se trata mais de categorizar a infância como “irregular”, mas de pensar em toda a diversidade desse público no Brasil.

Neste período passou a ser assegurado juridicamente as crianças e adolescentes a condição de sujeitos de direito. O Brasil se destaca como sendo o primeiro país a promulgar um marco legal conhecido como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Crianças e dos Adolescentes (1989).

Com o ECA veio a implementação de um sistema de justiça e de segurança destinado a crianças e adolescentes, e a criação de Juizados da Infância e Juventude, Núcleos Especializados no Ministério Público e Defensoria, além de Delegacias Especializadas. No ano de 2000, o Brasil avança de forma significativa na área de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, com a aprovação pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de políticas nacionais temáticas. Surge diante disso o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Em 2003 o Governo Federal assume o compromisso de priorizar ações para a erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes e de implementá-las de forma articulada, por meio da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Essa criada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e coordenada pelo Ministério da Justiça até 2006,



quando foi integrada à então Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Ainda em 2003, iniciou-se um processo de atualização do Plano Nacional, visando a inclusão de indicadores de monitoramento e avaliação do seu impacto na formulação de políticas públicas. Esse processo foi coordenado pelo Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e culminou com a publicação em 2007 do “Relatório do Monitoramento 2003-2004”.

Com a instituição do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e da Comissão Intersetorial no âmbito do governo federal, houve o fortalecimento das redes locais, e conseqüentemente o surgimento de campanhas de sensibilização sistemáticas (Ex.: 18 de Maio – Dia Nacional da Luta contra a Exploração e Abuso Sexual), a criação do serviço de Disque Denúncia Nacional gratuito – Disque 100, e ainda a realização do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (sediado pelo Brasil no ano de 2008).

Essa congruência de forças deve-se ao compartilhamento de responsabilidades frente à defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Assim, pode-se destacar o marco da Constituição Federal de 1988 ao garantir direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal. E ao introduzir a assistência social no tripé da seguridade social. Como afirma Sposati (2009, p.14):

A inclusão da assistência social na seguridade social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro, por tratar esse campo como conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, como atividades e atendimentos eventuais. Seguindo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pelo qual a ação da família e da sociedade antecedia a do Estado. O apoio a entidades sociais foi sempre o bombo relacional adotado pelo Estado para não quebrar a mediação da religiosidade posta pelo pacto Igreja-Estado. Terceiro, por introduzir os direitos sociais.

É necessário compreender que a assistência social como toda política social perpassa por um conjunto de concepções, interesses e tradições. Ela se alinha como política de defesa de direitos humanos, e se coloca no campo da vida relacional. Sposati (2009) destaca que as principais agressões à vida relacional estão nos campos: do isolamento; da resistência à subordinação; da resistência à exclusão. E que no que se refere aos direitos, compete à assistência social prover a rede de atenções para que a dignidade humana seja assegurada e superada.

A Política Nacional de Assistência Social (2004) materializa o esforço de sistematizar o conteúdo da assistência social como política de proteção social, sendo responsável por três funções: vigilância social; defesa de direitos e proteção social. A proteção social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) vai incluir a rede hierarquizada de serviços e benefícios que agirá sobre as seguintes situações: proteção às fragilidades; vulnerabilidades próprias ao ciclo de vida; proteção às fragilidades da convivência familiar; proteção à dignidade humana e combate às suas violações. Mas, segundo Jaccoud (2009, p.69):

Não há direito social sem a garantia do Estado, que se expressa pela oferta e regulação dos serviços e benefícios de proteção social. E é justamente pela via do direito social que a proteção social se torna mais efetiva, reduzindo vulnerabilidades e incertezas, igualando oportunidades e enfrentando as desigualdades.

Assim, a Política de Assistência Social tem sua gestão proposta no pacto federativo em conformidade com o que preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). E conforme Brasil (2009, p. 11):

Com a criação da Política de Assistência Social no ano de 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Social entendeu-se a necessidade que essa política fosse organizada por um Sistema Único de Assistência Social, nesse sentido o SUAS, tem um papel descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social em dois níveis de proteção. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandonos, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Diante disso, destaca-se a Proteção Social Especial (PSE) que está dividida em Proteção Social de Média Complexidade (PSE/MC) e de Alta Complexidade (PSE/AC), sendo que os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade são destinados a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados, mas que continuam com os vínculos familiares e comunitários. Já os

Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinam-se aos indivíduos e famílias com direitos violados mas com rompimento dos vínculos familiares e comunitários.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade tem como unidade de referência o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Nesse sentido a criação dos CREAS foi de extrema importância para a garantia de proteção de crianças e adolescentes que vivem situação de violência sexual.

Isso não significa que antes não existiam programas que já ofereciam a proteção a essa categoria, um exemplo é o Programa Sentinela que era um programa federal criado para atender à determinação da Constituição Federal de 88, da Lei Orgânica de Assistência Social, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e fazia parte do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Esses serviços passaram a ser incorporados aos CREAS dentro de uma abrangência local ou regional. A atuação do CREAS tem a finalidade de fortalecer os vínculos e reconstruir os laços familiares e comunitários, para que a situação de violação de direitos vivenciada seja superada. Essa atuação se dá através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). E segundo a PNAS (BRASIL, 2004, p.54):

O PAEFI se configura dentro de uma lógica de atendimento onde acontece um acompanhamento das famílias frente aos problemas sociais que infringem os direitos da família e do indivíduo como um todo. O Serviço de Proteção a Famílias e Indivíduos – PAEFI, é ofertado pelo CREAS e que deve funcionar no período mínimo de cinco dias por semana, oito horas diárias e com possibilidade de operar em feriados e finais de semana. É também um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaças e violação de direitos.

Diante disso, a cidade de Teresina conforme as orientações nacionais vem implementando a Política de Assistência Social, visando a garantia da proteção social através do acesso a vários programas, projetos e serviços. Nessa perspectiva os CREAS foram implantados executando ações voltadas as famílias e indivíduos que se encontram com seus direitos violados.

De acordo com dados dos Relatórios Mensais de Atendimento dos CREAS no PAEFI no ano de 2016 (SEMTCAS, 2016) foram atendidos 315 crianças e adolescentes vítimas de violência, sendo que 2,2% foram vítimas de exploração

sexual; 29,2% vítimas de violência física ou psicológica; 33,6% vítimas de negligência ou abandono; 35% vítimas de abuso sexual. Do universo de 35% de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual que corresponde a 110 vítimas, identifica-se que 17,3% são do gênero masculino e 82,7% são do gênero feminino.

Ainda tendo como base os dados dos Relatórios Mensais de Atendimentos dos CREAS no PAEFI, no ano de 2017 (SEMCASPI, 2017) foram atendidos 394 crianças e adolescentes vítimas de violência, sendo que 1,3% foram vítimas de exploração sexual; 29,3% vítimas de violência física ou psicológica; 27% vítimas de negligência ou abandono; 42,4% vítimas de abuso sexual. Do universo de 42,4% de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual que corresponde a 167 vítimas, identifica-se que 16,2% são do gênero masculino e 83,8% são do gênero feminino.

A partir desta realidade, o presente trabalho tem como ponto de partida, analisar as narrativas dos profissionais dos CREAS sobre o atendimento no âmbito da Política de Assistência Social às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar, na perspectiva de conhecer como esse fenômeno vem sendo apresentado, de que forma os profissionais lidam com tal problemática, e se está sendo assegurada a proteção social a este seguimento.

Entendendo a violência sexual como um fenômeno fruto de uma relação de poder<sup>2</sup>, é necessário que os serviços sejam operacionalizados por profissionais qualificados nessa expressão da questão social, visando garantir um atendimento sem estigmas, sem opressão, que sejam sensíveis e comprometidos com a defesa dos direitos dos seus usuários, garantindo assim a proteção social dos mesmos.

## **1.2 Questões Norteadoras e Objetivos**

A partir do objeto do estudo e problemática apresentadas, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras:

- Como os profissionais dos CREAS atendem às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar?

---

<sup>2</sup> Segundo Vieira (2012) produto de relações sociais que são construídas de forma desigual, que se manifesta de forma desigual esse poder do adulto sobre a criança e ao adolescente.

- Quais as dificuldades e facilidades encontradas pelos profissionais dos CREAS no processo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar?

De acordo com o objeto de estudo e as questões norteadoras, foram elaborados os seguintes objetivos:

- Objetivo Geral:
  - Analisar o processo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar nos CREAS de Teresina a partir das narrativas dos profissionais.
- Objetivos Específicos:
  - Analisar como se operacionaliza o atendimento profissional a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar nos CREAS.
  - Descrever as dificuldades e facilidades encontradas pelos profissionais dos CREAS no processo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

### **1.3 Relevância e Estrutura do Estudo**

A aproximação com a temática da violência sexual intrafamiliar ocorreu, a princípio, ainda no processo de graduação em Serviço Social quando foi possível realizar alguns estudos na área em questão.

A vivência prática veio com a atuação como coordenadora do primeiro Centro de Referência Especializado da Assistência Social em Teresina-PI, permanecendo nesse campo durante 04 anos, o que possibilitou capacitações técnicas e estudos, agregando assim conhecimentos sobre a temática em destaque.

A motivação pessoal perpassa pela vivência como gestora no CREAS em Teresina onde foi possível a convivência com um período de estruturação da Política de Assistência Social no município de Teresina, quando era extinto o Programa

Sentinela e incorporado ao CREAS a demanda relativa ao atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Essa transição despertou a necessidade profissional de aprofundar o conhecimento sobre o atendimento prestado a essas crianças e adolescentes vítimas de violência. Manifestou ainda a inquietação de analisar se a configuração atual da Política de Assistência Social, no que diz respeito ao serviço dispensado pelos CREAS em Teresina, para o atendimento ao referido segmento, consegue garantir a devida proteção social permitindo um aprofundamento científico da forma como se processa a efetivação da Política Pública no município de Teresina.

Ainda no período de atuação no CREAS, esta pesquisadora participou do Comitê Piauiense de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, um espaço rico de discussões e constantes capacitações.

Posteriormente, inseriu-se no Curso de Especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas, o que possibilitou o aprofundamento teórico no estudo sobre abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, sendo este na época objeto de estudo no projeto de pesquisa construído.

Como docente no curso de Serviço Social, foi possível orientar vários trabalhos relacionados a temática em questão, experiência que contribuiu com o aprofundamento teórico. Despertando assim, o interesse em ingressar no mestrado e aprofundar o estudo da temática.

Conhecer a narrativa dos profissionais, no contexto do abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes atendidas nos CREAS, possibilitou compreender um pouco da complexidade que envolve a temática. E consequentemente, poderá contribuir para um atendimento mais adequado e com mais qualidade.

Ouvir o que os profissionais, vivenciam ou vivenciaram, o que tem a dizer sobre a situação em questão é uma forma de conhecer uma realidade. Cada vida possui uma singularidade, entrelaçada a uma rede de relacionamentos, os aspectos subjetivos que não aparecem nas estatísticas, mas podem ser percebidos com os relatos, permitindo conhecer realidades sociais e culturais envolvidas nesse contexto.

O estudo é relevante porque fornecerá visibilidade ao problema do abuso sexual intrafamiliar, dará oportunidade de conhecer uma realidade a partir da narrativa de profissionais que prestam atendimento no CREAS às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

A relevância do estudo também decorre de que são poucos os estudos na área do atendimento dos CREAS, não havendo quase publicações sobre o tema. Ao aprofundar o olhar para a realidade local, destaca-se que é um estudo pioneiro nos CREAS de Teresina-PI.

Espera-se contribuir na elaboração de políticas de enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, proporcionar reflexão e com isso a melhoria do serviço especializado prestado pelos profissionais que atendem estes usuários.

Quanto à estrutura, o estudo se inicia com a presente Introdução, seguida do segundo capítulo que apresenta a abordagem metodológica usada no trabalho. Na sequência tem-se o terceiro capítulo que discute a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes com ênfase para a abuso sexual.

Depois o quarto capítulo que aborda a atuação da Política de Assistência Social no enfrentamento ao abuso e exploração sexual. No capítulo quinto tem-se as narrativas dos profissionais sobre o atendimento a criança e adolescente nos CREAS de Teresina. O estudo com o sexto capítulo apresenta as Considerações Finais, que apontam os resultados encontrados no estudo. E finalmente as referências, apêndices e anexos.

## 2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Na abordagem metodológica apresenta-se o tipo de estudo que foi realizado, destaca-se a explicação sobre o método Narrativa de Vida. Em seguida fala-se sobre o cenário e os participantes da pesquisa, para em seguida explicar como ocorreu a produção e análise dos dados, finalizando com os procedimentos éticos e legais do estudo.

### 2.1 Tipo de Estudo

Com base no objeto de estudo e nas questões norteadoras, foi utilizada na presente investigação a abordagem qualitativa e o método escolhido foi a Narrativa de Vida (NV) na perspectiva trabalhada por Bertaux (2010). De acordo com Minayo (2012, p.21) a abordagem qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A abordagem qualitativa permite responder a questões particulares, abordando representações e intencionalidades, que corresponde à análise de um campo mais profundo que não pode simplesmente ser visualizado com variáveis. Appolinário (2006, p. 61) diz que:

A pesquisa preponderantemente qualitativa seria, então, a que normalmente prevê a coleta dos dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado. Além disso, a análise desses dados se dará a partir da hermenêutica do próprio pesquisador. Esse tipo de pesquisa não possui condições de generalização, ou seja, dela não se podem extrair previsões nem leis que podem ser extrapoladas pelos outros fenômenos diferentes do pesquisado.

A abordagem qualitativa contribui para o conhecimento de informações relevantes que permitem melhor apreensão da realidade. Assim é possível compreender “as crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2008, p.65).



## 2.2 O Método Narrativa de Vida

Na perspectiva de compreender a vivência dos profissionais no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar, foi usado o método Narrativa de Vida (NV) que segundo Bertaux (2010, p. 29) “pode constituir um instrumento importante de extração dos saberes práticos, com a condição de orientar para a descrição das experiências vividas pessoalmente e dos contextos nos quais elas se inscrevem”. Permitindo o conhecimento de uma realidade que não é possível ser quantificada e que é repleta de significados e valores.

A Narrativa de Vida é um método que permite “estudar a ação *durante seu curso*” (BERTAUX, 2010, p. 12, grifos do autor). Diferente de *life history* (história de vida), a Narrativa de Vida trabalha com a narrativa que as pessoas podem fazer da sua história, dessa forma, ela permite estudar os percursos de ação individual.

Através da narrativa segundo Jovchelovitch e Bauer (2003, p.91) “as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social”. A narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los tanto no tempo quanto no sentido.

Trabalhou-se apenas os aspectos referentes ao objeto do estudo para responder ao problema de pesquisa, qual seja, o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar e não todos os aspectos da trajetória de vida dos profissionais, pois “não se trata aqui de tentar compreender um indivíduo, mas um fragmento da realidade social – histórica: um objeto social” (BERTAUX, 2010, p. 61).

A Narrativa de Vida resulta da Entrevista Narrativa (EN), onde o pesquisador pede para a pessoa contar toda ou parte de sua experiência vivida. A Entrevista Narrativa é classificada como uma técnica de pesquisa qualitativa, considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas.

Como técnica de entrevista, a Entrevista Narrativa consiste em uma série de regras sobre: como ativar o esquema da história; como provocar narrações dos informantes; e como, uma vez começada a narrativa, conservar a narração andando através da mobilização do esquema autogerador (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003).

Embora Bertaux (2010) faça uma distinção entre *life history* (história de vida) e Narrativa de Vida é importante destacar que o que se coloca nesta pesquisa como história de vida não difere do objetivo do método Narrativa de Vida.

A Narrativa de Vida retrata as experiências vivenciadas, bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações. Nesse procedimento metodológico, destaca-se a noção de entrevista em profundidade que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante.

A história de vida permite ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Cruz Neto (1999) explica que nela, geralmente, acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes chega ao pesquisador em tom de confiança. Assim, é possível encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual.

A história de vida permite obter informações na essência subjetiva da vida de uma pessoa. Para saber a experiência e perspectiva de um indivíduo, não há melhor caminho do que obter estas informações através da própria experiência da pessoa.

O método utiliza-se das trajetórias pessoais no âmbito das relações humanas. Busca conhecer as informações contidas na vida pessoal de um ou de vários informantes, fornecendo uma riqueza de detalhes sobre o tema. Dá-se ao sujeito liberdade para dissertar livremente sobre uma experiência pessoal em relação ao que está sendo indagado pelo entrevistador (SANTOS; SANTOS, 2008).

Bertaux (2010, p. 47) afirma que a “simples menção do termo ‘narrativa de vida’ evoca imediatamente a imagem de uma narrativa de vida ‘completa’”, no entanto, o método Narrativa de Vida “significa que a produção discursiva do sujeito tomou a forma narrativa”; assim, a concepção que se propõe nesse estudo considera a narrativa de uma experiência e/ou episódio vivenciado pelo/a participante da pesquisa.

Na Narrativa de Vida etnossociológica, “forma oral e mais espontânea, e, sobretudo, forma *dialógica*, o sujeito é convidado pelo pesquisador a considerar suas experiências passadas até um *filtro*” (BERTAUX, 2010, 49). Destaca-se que a perspectiva etnossociológica é um tipo de pesquisa empírica amparada pela pesquisa de campo e estudos de casos.

A abordagem etnossociológica, segundo Bertaux (2010, p. 28), “consiste em pesquisar uma parte da realidade sócio-histórica da qual não se sabe muita coisa a

*priori*". A ênfase dessa abordagem é colocada não sobre a interioridade dos participantes, mas os contextos sociais dos quais eles têm um conhecimento prático.

Assim, o participante inicialmente é abordado sobre os interesses da pesquisa pelo próprio pesquisador, depois de um contato inicial e de aceitar participar do estudo, o pesquisador faz um filtro através de uma pergunta inicial, esse filtro orienta e direciona a entrevista.

### **2.3 Cenário e Participantes**

Foram cenários de pesquisa os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004) são unidades públicas e estatais que oferecem serviços especializados e continuado a famílias e indivíduos que estejam em situação de ameaça ou violação de direitos (negligência, violência física, psicológica, sexual, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade).

Na cidade de Teresina os CREAS são vinculados a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) órgão da Prefeitura Municipal de Teresina, responsável pela execução da Política de Assistência Social.

Teresina tem 04 CREAS que se dividem por zonas, sendo CREAS Sul, Norte, Leste e Sudeste. Os CREAS ofertam os serviços conforme preceitua a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sendo eles:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS);
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias.

Para o estudo em questão focou-se o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que compreende ações e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias. Voltado para famílias e indivíduos que vivenciam situação de violação de direitos, dentre elas o violência sexual intrafamiliar.

Os participantes da pesquisa foram profissionais de referência do PAEFI nos CREAS de Teresina, sendo eles Assistentes Sociais, Psicólogos e Advogados. Na época do desenvolvimento da pesquisa o total de profissionais nos CREAS era o seguinte: 08 (oito) Assistentes Sociais, 05 (cinco) Psicólogos e 02 (dois) Assessores Jurídicos (Advogados).

Como critérios de inclusão intencional, foram escolhidos aqueles profissionais que aceitaram livremente participar da pesquisa e que lidavam diretamente com os casos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Inicialmente foi definido o número de 08 (oito) profissionais a serem entrevistados, mas esse total poderia variar dependendo da qualidade das informações obtidas em campo. Realizou-se uma entrevista inicial no CREAS Norte, e foram desenvolvidas de forma gradativa, sendo feita uma construção progressiva da amostra, até chegar ao que Bertaux (2010) denomina de ponto de saturação, momento em que os relatos se tornam repetitivos ou não acrescentam fatos novos ante os depoimentos anteriormente coletados.

Assim, no processo de produção dos dados, percebeu-se que mesmo compondo a equipe de referência do PAEFI nem todos os profissionais atendiam casos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Então seguindo os critérios estabelecidos, dos 8 (oito) profissionais previstos para serem participantes da pesquisa, 7 (sete) participaram do estudo com suas narrativas de vida.

#### **2.4 Produção e Análises dos Dados**

Foi empregada como técnica a Entrevista Narrativa, acredita-se que ela é relevante para o Método Narrativa de Vida, sendo considerada por Jovchelovitch e Bauer (2003, p.95) como uma forma de entrevista “não estruturada, de profundidade, com características específicas”, esse esquema de narração segundo os autores vai

substituir um “esquema de pergunta-resposta que define a maioria das situações de entrevistas”.

Foi utilizado um roteiro construído com dados sóciodemográficos dos participantes e a seguinte questão norteadora da pesquisa: *“Fale-me livremente a respeito de sua atuação no CREAS no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar”* (APÊNDICE A).

A entrevista foi gravada em áudio por meio de um aparelho MP4, com a permissão dos entrevistados, para preservar e registrar todos os detalhes das falas dos profissionais. Também foi usado um diário de campo para o registro das impressões e reflexões da pesquisadora, além de gestos, atitudes e sentimentos que sejam manifestados pelos entrevistados.

Imediatamente após a realização da entrevista, a mesma foi transcrita pela pesquisadora, conservando a fala dos entrevistados. Após a transcrição das entrevistas, foi feita a análise temática seguindo as orientações de Bertaux (2010).

Foi realizada a comparação entre as narrativas dos profissionais para verificar a recorrência dos relatos, agrupar expressões, tópicos mais frequentes ou ideias que possuíssem relação entre si, até encontrar o ponto de saturação das falas.

Em seguida realizou-se a discussão dos resultados, tendo como base o referencial temático elaborado a partir dos temas que emergiram dos relatos e organizados em categorias temáticas. Esse processo de análise dos dados e interpretação dos dados permitiu um olhar aprofundado sobre as narrativas coletadas, uma vez que a análise tem como objetivo:

Ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando relações entre as partes que foram decompostas e, por último, na interpretação – que pode ser feita após a análise ou após a descrição – buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado (GOMES, 2012, p. 80).

Desse processo de análise e interpretação dos dados, emergiram 04 categorias temáticas: reflexo da violência na vida das crianças e adolescentes; relações de poder no âmbito familiar; operacionalização do atendimento pelos profissionais; elementos dificultadores e facilitadores no trabalho.

Com o intuito de preservar a identidade dos participantes entrevistados, esses foram identificados com nomes das seguintes flores: Angélica, Margarida, Aurora, Rosa, Cravo, Azaleia e Violeta.

## **2.5 Procedimentos Éticos e Legais**

O Projeto foi cadastrado na Plataforma Brasil e encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (CEP/UFPI) após a devida aprovação em banca de qualificação. No caso dos CREAS, foi enviado um ofício circular a SEMCASPI solicitando autorização para a realização do estudo, que foi prontamente respondido autorizando a realização da pesquisa.

Por se tratar de pesquisa com o envolvimento de pessoas, seguiu-se as exigências das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos regidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Todas os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), preservando-se o sigilo da identidade e o direito a sair do estudo a qualquer momento, se assim o desejar.

### **3 A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A PARTICULARIDADE DO ABUSO SEXUAL**

O presente capítulo aborda a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, com ênfase na discussão conceitual da violência no contexto das relações sociais e suas diversas manifestações. Para então discorrer sobre o abuso sexual intrafamiliar, sua manifestação e consequências na vida das crianças e adolescentes vitimizados.

#### **3.1 Compreensão da Violência no Contexto das Relações Sociais e suas Tipologias**

A denominação da violência no contexto da sociedade contemporânea é muitas vezes naturalizada, refere-se a situações diversas e com significados distintos. Destaca-se como um dos temas bastante debatidos na sociedade, sendo apresentado diariamente nos meios de comunicação um retrato das mais variadas manifestações da violência. Por essa diversidade de significados a violência tem sido estudada com frequência e atribuída a ela diversos conceitos.

Inicialmente será feito um apanhado sobre os vários conceitos atribuídos ao termo violência, em seguida apresenta-se algumas formas de sua manifestação para então detalhar-se a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

A violência é um fenômeno que sempre acompanhou o ser humano, manifestando-se de formas variadas e exercendo diversas funções. Ela continua acompanhando o homem moderno, Odália (2004, p.14) diz ainda que: “não se pode deixar de reconhecer que é uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais”.

Esse comportamento violento assumido pelo homem primitivo foi necessário para a sua sobrevivência, com o desenvolvimento de tecnologias e processo de socialização do homem, essa relação com a violência foi sofrendo mudanças e tendo diversos significados diante dos contextos sócio-históricos e culturais.

Na busca de definições da violência, encontra-se a violência definida como a qualidade de violento, o ato violento ou ato de violentar. Enquanto que violentar é exercer a violência sobre, é estuprar, forçar, arrombar, desrespeitar, constranger-se e

desrespeitar-se. Tem-se ainda que, violento é aquele que age com ímpeto, é o agitado, tumultuoso, intenso, veemente, em que se faz uso da força bruta, contrário ao direito e a justiça. Percebe-se que na maioria dos significados está presente o uso da força física como materialização da violência (FERREIRA, 2010).

A palavra violência origina-se do latim *violentia* que significa caráter violento ou bravo, força, vigor, potência, emprego de força física. Quer dizer também quantidade, abundância, essência e força em ação. Mas é preciso considerar que, o sentido do que seja violência modifica-se no decorrer do desenvolvimento histórico, social e cultural. De acordo com Bonamigo (2008, p. 205) o termo violência:

Não pode ser definido independentemente de critérios e de pontos de vista, os quais podem ser institucionais, jurídicos, sociais e até pessoais. Não se pode deixar de fora o que é eminentemente normativo e não existe uma abordagem objetiva que consiga por entre parênteses todas as normas. Querer engessar a expressão em uma definição fixa e simples significa reduzi-la e deixar de compreender as singularidades que caracterizam diferentes povos, as transformações e especificidades históricas. Há, portanto, possibilidade da existência de inúmeras formas de violência relacionadas às inúmeras situações e espécies de normas estabelecidas.

Diante disso, percebe-se que a violência enquanto um conceito não permite um consenso, para compreender a categoria violência é preciso considerar diversos fatores, o que leva na contemporaneidade a várias concepções. É fato que a violência sempre esteve presente na sociedade e manifestando-se de diferentes formas, no entanto, tradicionalmente ela é vinculada a existência de algum dano físico. Porém essa associação fica limitada a uma compreensão de violência pelo senso comum.

Aprofundando o olhar, identifica-se que a violência é um fenômeno mundial, transversal e de múltiplas determinações. De acordo com Vieira (2015) ela não pode ser analisada como algo exterior a sociedade, é preciso considerar as particularidades históricas de cada sociedade. Por ocorrer no interior da cultura ela só poderá ser definida se for considerada as especificidades de cada contexto.

A violência é um fenômeno social, tem sua complexidade, é multicausal e histórica. Segundo Vieira (2015, p.69) “a violência não é um conceito determinado pela lógica racional do ser humano, mas uma categoria ontológica intrinsecamente conexas à produção e reprodução das relações sociais e interpessoais”. Entender esse fenômeno exige um aprofundamento teórico, mas também a compreensão dele dentro de um contexto histórico e cultural, ainda carregado de singularidades diante de cada forma de manifestação.



A violência também é constituída nas relações sociais e interpessoais existentes na sociedade, envolvendo de acordo com Paula (2011, p. 18) “afetos, emoções, símbolos, ancorando-se na micropolítica das relações entre poder e cultura, diferenciando-se por identidades sociais dos atores”. Ela vai implicar sempre uma relação de poder.

Assim, a violência não está diretamente ligada a “natureza humana, mas que é da ordem da cultura e perpassa todas as camadas sociais de uma forma tão profunda que, para o senso comum, passa a ser concebida e aceita como natural a existência de um mais forte dominando um mais fraco” (FERREIRA, 2002, p. 19).

Essa relação de poder é uma relação de forças, muitas vezes essa violência estará fundamentada em legislações específicas de cada época variando conforme a realidade histórica de cada povo. Poderá também ser usada para manutenção e reprodução do poder em uma perspectiva de poder político, visando a reprodução de uma ideologia dominante. Ampliando esse olhar sobre a violência, ela também pode ser considerada como discriminação por várias ordens seja por cor, idade, sexo, etnia, religião ou mesmo orientação sexual. Pode ainda ser vista como situações onde há constrangimento, exclusão e/ou humilhação.

Vieira (2013) destaca que ao considerar a violência um fenômeno multideterminado, sua incidência não se dá ao acaso e sua reprodução não concede apenas por um fator e, portanto, desvendar este fenômeno requer apreender a sua totalidade e não apenas a fragmentação ou mesmo a generalização das suas faces. Vieira (2015, p. 77) afirma que:

Diante da causalidade complexa que envolve o fenômeno infere-se que a violência é socialmente construída, ou seja, não existem indivíduos naturalmente ou biologicamente violentos, mas sim fatores que atuam para que as situações de violência se materializem no cotidiano das relações sociais.

Assim, a violência vai reproduzindo-se, manifestando-se conforme as condições vivenciadas dentro da sociedade e transformando-se com os contextos culturais. Ela não pode ser naturalizada e sim vista como um fenômeno que sobrevive e reproduz-se diariamente nas relações sociais conforme as circunstâncias históricas em que está inserida.

Partindo das reflexões feitas até o momento, considerando a complexidade que envolve a definição da violência, o presente estudo fará um recorte e trará agora uma discussão mais específica sobre a violência contra crianças e adolescentes.

A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno crescente na sociedade, ela é construída no interior das relações sociais e para compreendê-la é necessário considerar os fatores históricos, sociais, econômicos e culturais. As crianças e adolescentes foram vistos de maneiras distintas nos diferentes momentos da história, assim como a violência contra elas praticadas e o tratamento a elas dispensados. Corroborando com esse pensamento tem Jaeger (2004, p. 293) ao afirmar que:

O tratamento dado às crianças, bem como a maneira como elas são compreendidas, também passou por intensas modificações. A ideia de infância não existiu desde sempre. Ao longo da história houve maneiras distintas de se conceber as crianças. A concepção de infância é uma criação moderna. Surgiu a partir de uma série de transformações que passaram a ocorrer em nosso mundo.

Em determinados momentos da história crianças e adolescentes eram tratados como adultos, viviam misturados, vestiam roupas semelhantes, eram expostos a situações comuns sem uma distinção entre o que seria do adulto e o que seria da criança (ARIÉS, 2015). Com o desenvolvimento da sociedade moderna estabeleceu-se um limite entre o que é da criança e do adolescente, e o que pertence ao mundo do adulto.

Porém, a história da criança é carregada de manifestações da violência como: infanticídio, abandono, venda, sacrifícios, maus-tratos e abuso sexual. Diante disso, Jaeger (2004, p. 294) apresenta algumas reflexões:

Será que estes acontecimentos ainda ocorrem nos dias atuais? Em que tipos de famílias isto pode acontecer? Será que somente as crianças que vivem em famílias de classes populares são atingidas por estas situações? Quais as repercussões destas vivências para a criança e para aqueles que a violentam? Que tipo de infância tem uma criança que passa por situações tão graves como estas? O que leva pais, mães, tios, avós, entre outros a praticarem atos violentos contra as crianças?

Os questionamentos são muitos, a complexidade que envolve as manifestações da violência contra crianças e adolescentes são inúmeras, e não há pretensão de esgotar no presente estudo essas questões apontadas pela autora. Mas,

tais questionamentos servem de base para se pensar alguns elementos necessários no processo de discussão desse fenômeno. Percebe-se que “ao mesmo tempo que importantes avanços científicos e tecnológicos são alcançados, as pessoas têm sido cada vez mais expostas a degradantes situações de violência e alto risco social” (JAEGER, 2004, p. 301).

O Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos realizou em 2012 um estudo que resultou na construção do “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil”. O Mapa revela que vem aumentando nas últimas décadas as causas externas<sup>3</sup> de mortalidade de crianças e adolescentes: em 1980 havia 6,7% da totalidade de óbitos nessa faixa etária; em 2010 aumentou a taxa para 26,5%.

Vale destacar que esses dados fazem parte de pesquisas realizadas junto ao Sistema de Informações e Agravos de Notificação (SINAN), operacionalizado pela Política de Saúde no Brasil, o que significa que, estas taxas expressam apenas as violências que são notificadas junto às instituições de saúde, representando uma pequena parcela das situações de violência que chegam ao conhecimento público.

Essa realidade vai caracterizar estimativas e não dados estatísticos puros, pois não conseguem abranger a totalidade assumida da violência contra crianças e adolescentes no contexto atual da sociedade brasileira. O fato é que há um aumento visível nas situações de violência contra crianças e adolescentes nos últimos anos, elas ocorrem nos mais diversos espaços, desde os ambientes familiares a locais como as escolas e mesmo nos espaços da rua.

Jaeger (2004, p. 291) destaca que “as discrepâncias sociais, econômicas e culturais, bem como o elevado índice de natalidade, de miséria, de mortalidade, clima de instabilidade social agravam ainda mais este quadro, levando a vários tipos de violência”. Ainda segundo a mesma autora, a sociedade contemporânea mostra-se extremamente permissiva em relação à violência. “Ao mesmo tempo em que as relações humanas se coisificam, tornando-se cada vez menos humanas, acostumando-se aos crescentes atos de brutalidade cometidos contra adultos, idosos e crianças” (JAEGER, 2004, p. 291).

---

<sup>3</sup> De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil” são consideradas como causas naturais, os indicativos de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento. As *causas externas* de acordo com pesquisa remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo, dentre estes estão as situações de violência em suas múltiplas expressões.

Mesmo no contexto de coisificação vivido pela sociedade, algumas situações começam a ganhar destaque no cenário nacional como é o caso da violência contra crianças e adolescentes. Em decorrência do aumento das situações de violência nesse segmento, várias classificações surgem para definir suas manifestações. Destaca-se aqui a classificação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e por Violências (BRASIL, 2002) que define três categorias:

- Violências domésticas: que abrangem os maus-tratos, o abuso sexual e psicológico, a negligência e o abandono;
- Violências extradomiciliares: que compreendem a exploração do trabalho infanto-juvenil, a exploração sexual, além das originadas na escola, na comunidade, os conflitos com a polícia, especialmente os caracterizados pelas agressões físicas e homicídios;
- Violências auto infligidas: considera aqui a tentativa de suicídio.

Percebe-se que o fenômeno da violência engloba várias dimensões, diante das diversas classificações e dentre as caracterizações da violência contra crianças e adolescentes, destaca-se aqui a adotada por Silva (2011) que define as seguintes formas de violência: estrutural, simbólica, institucional, negligência, física, psicológica e sexual.

Mas, é preciso ressaltar que, essa tipologia é apenas a título de conceituação, porque na realidade essas violências não acontecem de forma singular e isolada. Fato esse que dificulta muitas vezes a identificação da violência sofrida por parte da criança e do adolescente, e que inviabiliza algumas manifestações quando se trabalha isoladamente.

A violência estrutural é caracterizada como uma “relação de poder inerente à própria forma de organização socioeconômica e política de uma determinada sociedade” (SILVA, 2011, p. 73). No que refere-se a criança e adolescente, atinge em particular aqueles que se encontram em situação de risco pessoal e social, inseridas em uma sociedade marcada pela dominação de classes e com muitas desigualdades decorrentes da desigual distribuição de renda.

Estas são as chamadas por Azevedo e Guerra (2007, p. 26) de “crianças de alto risco” que sofrem o “processo de vitimação”. Chamam de alto risco o fato de que “essas crianças tem uma alta probabilidade de sofrer, cotidiana e permanentemente,

a violação de seus direitos humanos mais elementares: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à segurança, ao lazer”. Conseqüentemente, a violação desses direitos acontece através do processo de violência estrutural.

A vitimação refere-se segundo as autoras às conseqüências do processo de precarização das relações sociais, da divisão de classes e distribuição de renda, que ocasiona o abandono material de crianças e adolescentes, resultando assim a produção de vítimas. “Trata-se de crianças vitimadas pela fome, por ausência de abrigo ou por habitação precária, por falta de escolas, pela exposição a toda sorte de doenças infecto-contagiosas, por inexistência de saneamento básico” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 15).

Dando seqüência, Silva (2011, p. 74) diz que complementando a violência estrutural tem a violência simbólica, definida como o “exercício e difusão de uma superioridade fundada em mitos, símbolos, imagens, mídia e construções sociais que discriminam, humilham e excluem”. Destaca ainda a violência institucional que “refere-se ao ambiente onde ocorrem outros tipos de violência, como escolas, abrigos, hospitais, delegacias e órgãos judiciários” (SILVA, 2011, p. 75).

Há ainda as violências que se encontram dentro de um processo que Azevedo e Guerra (2007) denominam de vitimização, onde fazem referência aos danos causados àqueles contra quem se exerce a violência, sendo elas manifestadas nas formas de negligência, violência física, psicológica e sexual. Ainda segundo as autoras: “Enquanto violência interpessoal, a vitimização é uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la, portanto, ao poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou as paixões destes” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 35).

Percebe-se que a relação de poder está presente no processo de vitimização, os abusos e maus-tratos existentes ocorrem embasados nessa relação hierárquica presente nas relações sociais onde o adulto se sobrepõe à criança e ao adolescente numa relação de força desigual. Essa vitimização não é um fenômeno isolado mas um processo que pode se prolongar por muito tempo, assim:

A vítima passa a viver uma situação típica de um estado de sítio, em que sua liberdade – enquanto autonomia pessoal – é inteiramente cerceada e da qual só se resgatará, via de regra, recuperando o poder da própria palavra, isto é, tornando pública a violência privada de que foi vítima (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 35).

Ela decorre basicamente dessa relação de poder que se perpetua na sociedade, reflexo da relação hierárquica de desigualdade que trata o indivíduo não como um sujeito de direito mas como uma coisa. Como afirmam Azevedo e Guerra (2007, p. 46):

Estamos diante de uma relação de poder, caracterizada num pólo pela dominação e no outro pela coisificação (resultante e complementar). Como já se mostrou, o que varia é a natureza da relação de poder envolvida: macropoder, no caso da vitimação; micropoder, no caso da vitimização.

Percebe-se que vitimação e vitimização são formas de violência, ambas tem suas raízes numa ordem social que tem suas relações sociais permeadas pelo poder. A sociedade é adultocêntrica, o adulto é poderoso e a criança e o adolescente são destituídos de poder. Conforme Saffioti (2007, p. 50) “muitas vezes a criança tem suficiente discernimento para verificar a incorreção da ordem que lhe dá tal adulto. Todavia, segundo as normas sociais, não lhe cabe discutir tal ordem, uma vez que o adulto pode não ter razão, mas tem sempre autoridade”.

Dando sequência as formas de violência tem-se a negligência que é definida como a “violência que se materializa nas atitudes omissas, descompromissadas, no descaso, na falta de cuidados e de atenção” (SILVA, 2011, p. 75). Ela ocorre quando há omissão em atender necessidades básicas da criança e adolescente como: ausência de alimentação, do cuidado médico, de higiene, da educação, vestimenta dentre outras. A prática reiterada dessa violência pode levar de forma extrema ao abandono.

A violência física “consiste no uso de força física de maneira intencional contra uma criança ou um adolescente que venha ocasionar qualquer tipo de dano físico, de um simples arranhão à morte”. Está associada a punição corporal a uma forma de castigo ou de disciplina, podendo se manifestar de diversas formas como: tortura, castigos severos, trabalho forçado até mesmo como violência sexual. Acontece no âmbito doméstico, dessa forma “além de terem sua integridade física violada, as crianças e os adolescentes vítimas de violência por seus próprios parentes crescem em um ambiente sem referencial de afetividade” (SILVA, 2011, p. 76).

A violência psicológica ocorre quando o adulto provoca na criança grande sofrimento mental: “é uma relação de poder expressada pela autoridade natural que os adultos têm sobre as crianças, de maneira opressora, irresponsável, sem levar em

conta a condição de vulnerabilidade em que se encontram” (SILVA, 2011, p. 76). Aqui destaca-se: atos de humilhação, a agressão verbal, atos de ameaça, de chantagens dentre outros que demonstram o uso do autoridade de uma forma desigual. Assim:

Enquanto a violência física deixa sua marca nos corpos das crianças e dos adolescentes, a violência psicológica age na alma, afetando as emoções, a autoestima, a mente dos pequenos. O ser humano, para se tornar uma pessoa, e não uma “coisa”, precisa exercer por completo sua dignidade, e esta requer um dever geral de abstenção de violação a todos os seus direitos de personalidade (SILVA, 2011, p. 77).

Mas, quando se fala em violência sexual, Vieira (2015, p. 101) diz que:

Uma muralha se edifica, trazendo à tona mitos, tabus e preconceitos. O mito da sagrada família, dos pais enquanto seres místicos dotados de plenos sentimentos de amor e bondade inestimáveis para com os (as) filhos (as) e, portanto, incapazes de lhes praticarem algum ato violento. Ou mesmo o tabu do abuso incestuoso, submerso no segredo familiar mascarado pela culpabilização da criança e do adolescente, pela incredibilidade de seus relatos, pela recusa dos adultos em escutar aos apelos e ler aos sinais.

A violência sexual contra criança e adolescente deve ser considerada nesse contexto cultural, histórico e social, onde permanece a reprodução do patriarcalismo e do machismo. Ela é um fenômeno multidimensional e transversal de extrema violação dos direitos da pessoa humana. É definida por Luz; Paiva; Roseno (2012, p.09), como sendo:

[...] todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à crianças/adolescentes vitimizados. Esta abordagem nos permite entender que a violência sexual é uma violação aos direitos humanos de crianças/adolescentes; que crianças e adolescentes têm direito ao desenvolvimento harmonioso de sua sexualidade; que a violência sexual pode ser realizada por atos complexos e de distintas expressões (físicas e ou psicológicas); e que a violência sexual é praticada por alguém numa situação de poder e desenvolvimento sexual desigual em relação à criança/adolescente, valendo-se (autor) desta relação desigual para a realização da violência, razão pela qual a violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser considerada como conduta ilegal, cujo autores diretos e indiretos devem ser responsabilizados.

Face ao exposto, verifica-se que existe uma hierarquia na relação adulto e criança, em que o adulto exerce um papel socializador e transmissor de valores e padrões culturais. O poder permeia todas as classes sociais e reflete a desigualdade nas relações de gênero, dessa maneira, Saffioti (2007, p.18) considera que:

O abuso sexual de meninas e adolescentes constitui um componente importante na socialização da mulher para submeter-se ao poder do macho. Isto não significa a inexistência de abusos sexuais de meninos. Contudo, pesquisas revelam que o percentual de meninas sexualmente vitimizadas representa o dobro do de meninos. Subjacentemente a este fenômeno, reside a ideia de que toda criança deve submeter-se aos desígnios do macho adulto. Esta sujeição deve ser mais rigorosa no caso da menina, a fim de que ela não coloque em xeque a dominação masculina.

A violência sexual está intimamente relacionada à fragilização da vítima e que se perpetua mediante “pactos de silêncio” estabelecidos no seio familiar<sup>4</sup>. Esses pactos são mantidos com frequência não só por familiares, mas também por amigos, vizinhos e até mesmo por profissionais quando omitem a denúncia. De acordo com Faleiros (2001, p. 8):

Verifica-se uma verdadeira ocultação de informações sobre esta realidade. Esses silêncios, sigilos e pactos vêm servindo para ocultar a frequência e a extensão do fenômeno da violência sexual, bem como dificultado o estudo, o conhecimento e o enfrentamento desta gravíssima violação de direitos humanos. É neste caldo de cultura da tolerância e da impunidade que a violência sexual, por vezes hipocritamente rejeitada, é pouco assumida pela sociedade como um crime.

Torna-se necessário compreender que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma questão ainda muito presente na sociedade, e que para a realização de ações que visem a prevenção e o enfrentamento é fundamental conhecer os reflexos dessa violência na vida desses sujeitos.

É preciso romper o silêncio que segundo Vieira (2015, p.25) “incide, principalmente, para que as situações de violência sexual permaneçam na clandestinidade, impossibilitando a ruptura da reprodução deste fenômeno no cotidiano das crianças e adolescentes brasileiras”. Vieira (2015, p.42) diz que:

Intervir sobre as expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes exige um movimento que rompa com a fragmentação e sobreposição dos saberes, buscando a **interdisciplinaridade** como estratégia para a materialização de um atendimento integralizado e com impacto social na vida dessas crianças e adolescentes.

Ainda de acordo com Vieira (2012, p.209) a violência sexual é um “fenômeno transversal, apresentando múltiplas dimensões que complexificam o seu

---

<sup>4</sup> Jaeger (2004) associa vários fatores a esse pacto, o principal está ligado à ideia de que os problemas devem ser resolvidos dentro da própria família.



enfrentamento, bem como a compreensão do seu acometimento. A violência sexual é fenômeno fruto de relações de poder”. Guerra (2015, p.415) define a violência sexual como:

Todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violência que vem sendo construída historicamente no interior das relações sociais. Vieira (2012, p. 207) afirma que “sua apreensão não pode limitar-se a determinismos e impreterivelmente a teorias explicativas unívocas”. Decorre da cultura machista e de pensamentos do senso comum atitudes e comportamentos que acabam revitimizando e culpabilizando as vítimas. Vieira (2012, p. 207) aponta que:

Por estar historicamente constituída nas relações desiguais entre adulto/criança, homem/mulher, a violência sexual não pode ser apreendida sob o prisma da naturalização, é imprescindível compreender esse fenômeno dentro das dinâmicas dimensões dos diferentes contextos, tempos e espaços nos quais ela se manifesta.

A violência sexual encontra-se diretamente associada a condição de fragilidade das crianças e adolescentes vítimas e perpetua-se por meio de pactos de silêncio que são estabelecidos no âmbito familiar, deve ser compreendida como uma expressão da questão social e não como um fenômeno isolado. Exigindo assim a construção de ações conjuntas e articuladas das instituições, Fuziwara (2012, p. 111) considera:

O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) instrumentos fundamentais para o enfrentamento e, principalmente, para a prevenção da violência contra a criança e o adolescente, seja intra ou extrafamiliar, sexual, psicológica ou física. Além disso, temos um acúmulo na literatura científica sobre a concepção e metodologias sobre a questão da violência, sobretudo contra a população infanto-juvenil. Portanto, não há carência de elementos teórico-metodológicos, mas a urgência de afirmação da direção social que concretize a condição de sujeito de direitos deste segmento e promova uma justiça que se volte mais à liberdade e menos à punição.

Na sociedade contemporânea, a violência sexual deve ser considerada uma expressão da questão social, motivada pelos valores individualista e pela “(re)

afirmação da cultura machista que se assenta na dominação do adulto sobre a criança e o adolescente” (VIEIRA, 2012, p.211).

No processo de socialização, homens e mulheres são reflexos de uma mesma cultura, os homens são educados para a violência, as mulheres são ensinadas a serem “suaves” e “dóceis”. É comum ao homem, o uso da força para a manifestação de seu poder sobre a mulher e a criança, nesse sentido, Saffioti (2007, p.57) afirma que:

O agressor não conhece limite de idade, padrão de beleza, condição de saúde. Isto equivale a dizer que a ideologia machista confere ao homem um poder extraordinário que lhe permite estuprar sua esposa, quando esta não apresenta disposição para o ato sexual, assim como a esposa do amigo, a jovem, a adolescente, a púbere, a menina, o bebê, a velha, a bonita, a feia, a saudável, a doente.

Essa reprodução cultural, fruto de uma sociedade desigual, vai favorecer a permanência da violência de gênero, que perpassa a relação de poder existente entre homens e mulheres, adultos e crianças. Jaeger (2004) destaca que para entender a violência contra a criança deve-se considerar a questão de gênero, uma vez que historicamente mulheres e crianças têm vivido em uma cultura machista, na qual possuem pouco poder.

A violência sexual não é um fenômeno natural, mas uma construção social que tem sua base nas relações de dominação e de anulação do outro enquanto sujeito, é a negação da condição humana. É um fenômeno multideterminado e multifacetado que vem se reproduzindo na sociedade. De acordo com Silva (2011, p. 79) a violência sexual divide-se em abuso e exploração sexual:

O primeiro refere-se a práticas não comerciais, ou seja, sem retribuição financeira à vítima da violência, subdividindo-se em intrafamiliar e extrafamiliar, enquanto a segunda está associada a uma comercialização, enquadrando-se como subespécies a prostituição infantil, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico de pessoas para fins sexuais. Embora sejam distintos, esses dois tipos de violência sexual se inter-relacionam, formando um verdadeiro ciclo de deterioração humana.

Todas as formas de manifestações da violência sexual são condenadas e consideradas formas de violação dos direitos da pessoa humana. Violação dos seus direitos humanos, sexuais e particulares enquanto pessoas em desenvolvimento. As crianças e adolescentes vitimizados sexualmente são violadas não apenas na sua

sexualidade, mas também psicologicamente, fisicamente e na sua dignidade enquanto ser humano.

Ainda na perspectiva de Silva (2011) tem-se que o abuso sexual pode se dividir de duas formas: com contato físico e sem contato físico. A primeira forma refere-se as carícias aos órgãos genitais, mama ou ânus, o sexo oral, a penetração vaginal ou anal. A segunda forma está relacionada as práticas de assédio sexual, telefonemas obscenos, exibicionismo, voyeurismo, abuso sexual verbal e a pornografia sem fins lucrativos.

Ampliando essa concepção Azevedo e Guerra (2007) definem que o abuso sexual pode acontecer de quatro formas: com contato físico (abrange coito e carícias apenas), sem contato físico (inclui exibicionismo, voyeurismo), com força física (refere-se as agressões e até o assassinato) e sem emprego de força física. As autoras destacam ainda que o abuso de crianças e adolescentes tem algumas características básicas, são elas:

- Trata-se de um fenômeno que não é caudatário do sistema de estratificação social e do regime político vigente numa dada sociedade. Por outras palavras: ao contrário do fenômeno da vitimação, não pode ser dito fenômeno característico da pobreza. Já há suficiente evidência empírica para suportar a afirmação de que não há nenhuma etnia, nenhum credo religioso, nenhuma classe social que esteja imune a sua ocorrência;
- Trata-se de um fenômeno que, embora não se restrinja ao lar, tem nele sua origem e sua ecologia privilegiada;
- Trata-se de um fenômeno que pode reproduzir-se em termos de um verdadeiro ciclo de violência;
- Trata-se de um fenômeno que, embora vitimize meninos, tem na mulher-criança sua vítima mais frequente. Isso tem a ver com o fato de que a vitimização é um processo que tem sua raiz no padrão falocrático de relações sociais de gênero (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 43).

Diante disso, percebe-se que o abuso sexual contra crianças e adolescentes está diretamente ligada as demais formas de manifestação da violência. Como foi dito anteriormente, a separação dessas manifestações acontece apenas para efeito didático e conceitual, mas na prática é bastante complicado afirmar onde inicia a violência, ou mesmo qual a violência que se manifesta primeiramente.

O fenômeno do abuso sexual de crianças e adolescentes está associado ao processo de transformação da sociedade. Não é possível reduzir essa violência a um determinado segmento, classe social, raça ou etnia, ou mesmo a um momento da história. O fenômeno atinge a todos sem distinção, ele é transversal e acompanha o processo de transformação da sociedade.

No entanto as múltiplas expressões da violência sexual são marcadas por apreensões reducionistas que consideram apenas uma das diversas faces da violência, deixando de fora fatores importantes que contribuem para a sua permanência e reprodução. Segundo Vieira (2012, p. 219):

A naturalização dessas violências (gênero e sexual) associa-se ao contexto endossado por uma cultura fragmentária, desumanizadora das relações sociais, resignando o enfrentamento desse fenômeno somente ao âmbito do Estado. A principal consequência desse processo é o fortalecimento da ideologia patriarcal e o aumento expressivo de situações de violência contra mulheres e crianças.

Essa ideologia patriarcal tem perdurado na sociedade e colaborado diretamente na reprodução de relações de poder e conseqüentemente influenciado no aumento do abuso sexual de crianças e adolescentes. É importante destacar que o abuso não limita-se a um espaço apenas, acontece nos mais diversos espaços públicos e privados.

Como já foi mencionado anteriormente, o abuso é comumente classificado como extrafamiliar e intrafamiliar. No primeiro caso ela vai ocorrer fora do âmbito familiar, mas normalmente o abusador será alguém que a criança ou o adolescente conhecem (Ex.: vizinhos, professores ou amigo da família). A segunda classificação, bem mais comum, também conhecida como abuso familiar incestuoso, ocorre no âmbito familiar e há um laço familiar entre a vítima e o abusador (SILVA, 2011).

O exposto, permite visualizar a dimensão do fenômeno da violência no contexto das relações sociais bem como suas tipologias. Considera-se todas as manifestações da violência um atentado contra os direitos humanos, em especial aqui o destaque para aquelas que formam um segmento ainda bastante discriminado na sociedade brasileira, as crianças e adolescentes que diariamente são vitimadas e vitimizadas nos mais diversos espaços e diversas relações sociais.

O fenômeno da violência perpassa momentos históricos diversos, quando é feito o recorte para a violência sexual contra crianças e adolescentes é necessário que se compreenda a construção histórica da infância, bem como as mudanças ocorridas nas dinâmicas familiares no decorrer dos tempos. Torna-se impossível compreender esse fenômeno sem debruçar os olhos para o processo histórico, social e cultural em que essas crianças e adolescentes estão inseridas.

É importante lembrar, no entanto, que se antes essa discussão não era feita com frequência isso não significa que a violência não se fizesse presente nos mais diversos espaços sociais. Porém o fenômeno permanece nos dias de hoje, tem-se divulgado mais, bem como vem crescendo os espaços de discussão do mesmo.

Tendo em mente todas essas questões, dentre todas as formas de violência apresentadas anteriormente, o presente estudo discutirá a seguir o abuso sexual intrafamiliar bem como suas consequências na vida das crianças e dos adolescentes.

### **3.2 O Abuso Sexual Intrafamiliar e as Consequências na Vida das Crianças e Adolescentes**

Para compreender a violência contra crianças e adolescentes não pode-se considerar explicações simplistas ou mesmo lineares. Não deve-se entender a violência como um ato inerente ao ser humano ou a grupos sociais, justificando como associada a uma patologia ou unicamente ao fator pobreza, mas sim como um sistema complexo e multicausal que está inserido na sociedade.

Na busca de entender esse fenômeno, é preciso considerar as diferentes realidades e os diversos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos, uma vez que está diretamente associado a uma cultura autoritária de reprodução da violência ligado a relações de poder/dominação.

Nessa perspectiva, é preciso ponderar esse fenômeno dentro do seu tempo, história e espaço. E para fins do presente estudo trabalha-se com a definição de poder na perspectiva de Foucault (2004, p. 193):

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não os possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Compreende-se na visão do autor, que há relações de poder e não o poder sendo visto isoladamente, os indivíduos estão envolvidos nesse processo como geradores e/ou receptores fazendo existir essas relações e dando continuidade as

mesmas. Partindo desse entendimento, o poder está associado a relações de forças, podendo assim ser manifestado nas mais diversas partes.

Através das suas manifestações, o poder poderá atuar como uma força na perspectiva de coagir, disciplinar visando o controle dos indivíduos. De acordo com Foucault (2004, p. 175) “o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”, sendo assim, acima de tudo, uma relação de forças que não é exclusiva de uma parcela da população e de uma instituição como o Estado.

Dessa forma, entende-se que, para compreender o poder torna-se necessário refletir sobre como ele se processa. Pois, o poder não deve ser visto como algo natural mas como uma prática social que é historicamente construída.

As relações de poder se manifestam através das relações de gênero, perpassam as relações de classe, orientação sexual e/ou etnia. Relações essas que estão na base da reprodução da violência, ocupando cada vez mais espaços nas estatísticas nacionais que registram os dados notificados de violência contra as mulheres nas mais diversas faixa etárias.

Já foi discutido no tópico anterior as classificações da violência, também foi apresentado as manifestações da violência diretamente ligadas as crianças e adolescentes. É preciso aprofundar o olhar para as relações de gênero que estão na base da violência sexual contra crianças e adolescentes, sabe-se que ela ocorre nos mais diversos espaços da sociedade, tendo seu *locus* privilegiado o espaço doméstico. Como destaca Saffioti (2001, p. 134):

Considera-se importante trabalhar com esta categoria, porque ela inclui a violência praticada por mulheres, que, se é diminuta contra homens, é bastante significativa contra crianças e adolescentes. Como seu *locus* privilegiado é o espaço doméstico, embora não se restrinja a ele, permite a aplicação do velho adágio “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, de trágicas consequências, já que o Estado justifica facilmente sua não-intervenção no espaço privado. Note-se que este espaço privado é concebido não apenas territorialmente, como também simbolicamente, o que confere aos homens o direito de exercer seu poder sobre as mulheres mesmo que estas já se hajam deles separado.

Antes de aprofundar o olhar para o abuso sexual intrafamiliar e suas consequências, vale a pena refletir sobre o conceito de violência doméstica. Segundo Azevedo e Guerra (2015, p. 414-415) a violência doméstica:

Se caracteriza como uma violência interclasses sociais, que permeia todas as classes sociais, enquanto uma violência de natureza interpessoal.

Enquanto uma violência intersubjetiva consiste também: a) numa transgressão de poder disciplinador de um adulto, convertendo a diferença de idade adulto-criança/adolescente numa desigualdade de poder intergeracional; b) numa negação do valor liberdade: ela exige que a criança ou adolescente sejam cúmplices do adulto num pacto de silêncio; c) num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste.

No entanto, essa relação de poder se torna mais perceptível quando volta-se esse olhar para o contexto familiar<sup>5</sup>, ambiente historicamente construído como um espaço primário de socialização e que também pode ser reprodutor das relações de gênero.

A violência doméstica tem nas suas bases as relações de gênero que atingem todas as classes sociais, no entanto as principais vítimas são as mulheres, crianças e idosos. É comum atribuir a ocorrência da violência doméstica às classes menos favorecidas, no entanto, é preciso destacar que, essa leitura não está de acordo com a realidade, é mais um mito entre tantos existentes no universo da violência.

O que costuma ocorrer é que as pessoas socialmente mais favorecidas conseguem ocultar o problema como: “o acesso mais fácil a profissionais em caráter particular e sigiloso; histórias e justificativas mais convincentes quanto aos “acidentes” ocorridos com suas crianças e adolescentes; poder aquisitivo para burlar a lei.” (FERREIRA, 2002, p. 33). Realidade bem diferente das pessoas pertencentes a classes populares que costumam serem denunciadas com mais frequência.

As relações de gênero fundamentam a reprodução da violência doméstica, sendo socialmente construídas e reproduzidas. Historicamente foram atribuídos diferenças, papéis e competências ao homem e a mulher, conseqüentemente havendo a formação de perfis de masculinidade e feminilidade.

O gênero refere-se assim as diferenças que são construídas socialmente definindo características do universo masculino e do universo feminino. No entanto, é preciso destacar que, dentre visões diferenciadas sobre gênero, adota-se aqui a perspectiva de Saffioti (2001, p. 129) ao afirmar que: “o conceito de gênero reside no fato de que se trata de uma modelagem social, estatisticamente, mas não

---

<sup>5</sup> A violência praticada no âmbito familiar pode ser a negligência, a violência física, a psicológica e a sexual. As especificações dessas violências já foram discutidas no item anterior.

necessariamente, referida ao sexo. Vale dizer que o gênero pode ser construído independentemente do sexo”.

Compreende-se então o gênero como uma categoria que está associada a relações sociais construídas entre os sexos, onde relacionam ao homem características de força, superioridade e poder. Enquanto que para a mulher associa-se a imagem de frágil, dócil, submissa e inferior.

A criação e a reprodução dessa ideia de gênero está muitas vezes no âmbito da própria família, assim como a reprodução da violência como destaca Jaeger (2004, p. 310):

O fenômeno da violência também encontra-se atravessado por essa perspectiva de gênero na medida em que nos apresenta quem são as pessoas que violentam e quem são as pessoas que sofrem a violência. É neste sentido que a perspectiva de violência de gênero pode ser fundamental para compreendermos a violência contra a criança.

Assim, para compreender a violência contra a criança e o adolescente é imprescindível associá-la a questão de gênero, tendo em vista que há uma relação direta entre elas. Essa ligação é nítida quando observa-se que crianças e mulheres vivem historicamente num contexto de uma cultura machista onde a elas é sempre atribuído pouco poder.

Estando as relações de gênero na base da reprodução da violência contra crianças e adolescentes, possibilita a antecipação dos agressores e das vítimas. Isso ocorre porque a sociedade além de ser androcêntrica e também adultocêntrica (SAFFIOTI, 2001). No entanto, é preciso que não se adote uma postura vitimista em relação a violência contra crianças, adolescentes e mulheres, pois:

Na posição vitimista não há espaço para se ressignificarem as relações de poder. Isto revela um conceito rígido de gênero. Em outros termos, a postura vitimista é também essencialista social, uma vez que o gênero é o destino. Na concepção flexível aqui exposta não há lugar para qualquer essencialismo, seja biológico ou social. Cabe frisar que a categoria histórica gênero não constitui uma camisa de força, não prescrevendo, por conseguinte, um destino inexorável. É lógico que o gênero traz em si um destino. Todavia, cada ser humano – homem ou mulher – desfruta de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever (SAFFIOTI, 2001, p. 125).

Dessa forma, a violência de gênero é um tipo de violência que é praticada pela pessoa que exerce o poder exercendo dentro da família a função patriarcal. Não adotar a posição vitimista torna-se necessária para que não se naturalize a violência,



e para que não se aceite a posição de vítima de crianças, adolescentes e mulheres como algo que já faz parte da natureza.

Dentre as diversas manifestações da violência, no presente tópico destaca-se o abuso sexual intrafamiliar, considerado uma face perversa da violência e que atinge diariamente crianças e adolescentes. Vieira (2015, p. 110-111) considera que:

A apreensão do abuso sexual deve estar imbuída num campo de mediações que possibilite a ultrapassagem das apreensões que consideram apenas as singularidades das situações e não mediam com o conjunto dos fatores e aspectos que conformam esse fenômeno. Nesse sentido, é imperativo capturar o fenômeno na sua essencialidade (aspectos e fatores que são de ordem social, cultural, ética, política, econômica e psicológica) e que incidem para a produção e reprodução do abuso sexual nas relações interpessoais. O entendimento do abuso sexual, a partir da multiplicidade de fatores e aspectos que interagem entre si e com a universalidade dos fenômenos sociais e que assim conformam a sua complexidade, possibilita a ultrapassagem das práticas conservadoras de moralização e culpabilização dos sujeitos, sejam eles as crianças, adolescentes, as famílias ou mesmos os (as) autores (as) da violência.

Percebe-se que a compreensão do abuso sexual perpassa por um conjunto de fatores, faz-se necessário aprofundar o olhar para a essencialidade do fenômeno e desconsiderar práticas conservadoras e preconceituosas que em nada colaboram para o entendimento do mesmo. Furniss (1993, p. 20) destaca que:

Ainda que o abuso tenha sido muito prejudicial à criança, o relacionamento com a pessoa que cometeu o abuso, o apego a ela e a interação de abuso sexual podem, não obstante, ter sido a experiência mais intensa e importante na vida da criança. Ao deixar de considerar e examinar essa experiência, por razões protetoras, os profissionais repetem exatamente a experiência traumática do abuso sexual da criança como uma síndrome de segredo.

Quando esse fenômeno ocorre no âmbito familiar ele muitas vezes é mantido dentro de um pacto de silêncio familiar, seja pela relação de afetividade existente entre a vítima e o agressor, ou seja pela relação de poder e de autoridade que os pais exercem sobre seus filhos.

O silêncio da vítima é garantido pelo agressor com o uso de estratégias que vão desde promessas a ameaças. Na maioria das vezes o agressor é o pai, padrasto, ou seja, é uma pessoa que ocupa o papel e também as funções de provedor na família, gerando assim uma confusão de sentimentos nessas vítimas. Algumas vítimas chegam até a sentirem-se culpadas, no entanto:

O sentimento de culpa da criança origina-se de seu senso equivocado de responsabilidade, que ela deriva do fato de ter sido uma participante do abuso. Essa confusão muitas vezes é reforçada pelas ameaças da pessoa que cometeu o abuso, de que a criança será responsável pelas consequências se revelar o abuso (FURNISS, 1993, p. 17).

Esse sentimento de culpa da criança é decorrente da construção social e histórica, que estabelece os papéis da família e de seus membros. A família também possui funções dentro da sociedade, e de acordo com Teixeira (2016, p. 32) são funções históricas que:

Foram se constituindo ao longo do tempo, e ganharam peculiaridades em cada formação socioeconômica. Na sociedade capitalista, essas funções vão desde a reprodução biológica, material, à reprodução social de seus membros, como a manutenção da estrutura familiar e da sociedade, além de ser também o lócus da estrutura psíquica do indivíduo, como espaço de geração de afeto, cuidado, segurança, sentimento de pertença, de grupo, espaço de solidariedade primária. Todavia, como já ressaltado, é também um espaço de reprodução da hierarquia, da autoridade, da dominação pela idade e sexo; logo, espaço de conflitos e relação de forças.

Nos modelos tradicionais de família, havia uma divisão rígida de papéis entre o que era atribuição do homem, da mulher, das crianças e adolescentes. Nesse modelo era comum nas relações existir a naturalização da violência contra crianças, adolescentes e mulheres. No entanto, percebe-se que as funções das famílias acompanham o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista.

Adota-se no presente estudo a concepção de família defendida por Szymanski (2002, p. 9), como uma “associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos”. Com esse entendimento são diversas as formas de organizações da família, como destaca Kaslow *apud* Szymanski (2002, p. 10):

- 1) Família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- 2) Famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- 3) Famílias adotivas temporárias;
- 4) Famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5) Casais;
- 6) Famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 7) Casais homossexuais com ou sem crianças;
- 8) Famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 9) Várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Organizando-se de formas diversas, acompanhando o processo de desenvolvimento da sociedade, a família muitas vezes permanece como um espaço de reprodução das relações de poder e de gênero. Ampliam-se as funções da família e as formas de organizações das mesmas. Tem-se que:

A variedade de concepções, formatos, arranjos familiares são a marca da composição da estrutura familiar contemporânea. Mas, em cada família, varia também sua formatação durante as fases do ciclo da vida, e diversos tipos de organização familiar podem coexistir em uma mesma época e local (TEIXEIRA, 2016, p. 47).

As famílias também sofrem o reflexo da desigualdade social, havendo uma diferenciação nas condições de vida das famílias conforme a organização das mesmas. É o que diz Teixeira (2016, p. 47-48):

Apesar da polêmica sobre a feminização da pobreza, constata-se que a mulher, na condição de provedora do lar, enfrenta maiores dificuldades, tendo em vista as desigualdades de gênero que atravessam o mercado de trabalho, os salários e as condições de trabalho, e a responsabilização destas, sozinhas, de cuidar, proteger e sustentar os filhos com baixos rendimentos.

Mais uma vez percebe-se as relações de gênero interferindo na definição dos papéis na sociedade e refletindo nas condições de vida desses indivíduos. No entanto, é preciso entender que, esses papéis construídos nas relações de gênero são refletidos nas relações trabalhistas e determinantes da reprodução da violência. Mas, precisam serem vistos não como imutáveis e sim como passíveis de modificações.

Além desses elementos apresentados, há ainda fatores que constituem o aspecto externo do abuso sexual da criança, denominada por Furniss (1993) como síndrome de segredo. O autor destaca cinco fatores:

1. Prova forense e evidência médica, as quais, raramente, estão disponíveis, visto que nem sempre, a segunda – a evidência médica – se constitui prova forense, em relação à pessoa que abusa.
2. Acusações verbais, sejam por parte da criança ou de uma outra pessoa que a represente, precisam da admissão da pessoa que cometeu o abuso.
3. Falta de crédito na comunicação da criança, pois, muitas vezes, as crianças tentam dizer às suas mães, a outros membros da família ou até pessoas de fora, mas são chamadas de mentirosas e castigadas, pela revelação. O descrédito também acontece por parte das agências externas.
4. Mentir, sob ameaças, por ser dito à criança que aquilo que acontece é um segredo entre ela e a pessoa que abusa, ao mesmo tempo em que é

ameaçada de violência, castigo e/ou de desastre na família, se, por acaso, revelar o abuso.

5. Ansiedades, no tocante às consequências da revelação, ligadas à atribuição de culpa e de toda a responsabilidade sobre o “ato” (FURNISS, 1993, p. 29).

Assim, é difícil saber ao certo a frequência do abuso sexual intrafamiliar, em decorrência desse silêncio que envolve o fenômeno. Somente alguns casos chegam ao conhecimento de profissionais, aqueles mais brutais ganham espaços na mídia, no entanto acredita-se que os casos notificados não refletem de fato a realidade vivida por muitas crianças e adolescentes. Justifica-se isso segundo Vitiello (2007, p. 126-127):

Por ser ocorrência que envolve medo e vergonha, a informação da vitimização sexual é sonogada frequentemente até pela própria vítima, que teme as repercussões familiares, profissionais e sociais que tal notícia poderia envolver. Não podemos negar, além disso, que a vítima é frequentemente acusada de ter provocado a agressão, sendo não raramente transformada em culpada. A situação pode ser agravada pela sensação de culpa que a adolescente desenvolve, por complexos mecanismos de fantasias eróticas e edipianas.

Diante disso, tem-se que, os casos notificados de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes são apenas uma pequena mostra do universo real. Sendo que o fenômeno é mais comum do que os dados indicam, no entanto é bem difícil determinar sua frequência.

Somente no ano de 2014, o Disque Denúncia Nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>6</sup> registrou 91.342 denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, sendo que o número de denúncias não corresponde na realidade ao número de fatos constatados.

Embora o número de denúncias não represente a totalidade dos casos de violência sofrida pelas crianças e adolescentes no Brasil, ele serve para expressar o tamanho desse fenômeno.

Quando refere-se às denúncias sobre a violência sexual é representativo o percentual de abuso sexual, como verifica-se na Tabela 01 a seguir:

---

<sup>6</sup> Dados disponíveis em <http://www.childhood.org.br/numeros-da-causa>

**Tabela 01:** Distribuição de Denúncias de Violência Sexual: Abuso e Exploração, Período: 2011 a 2014 no Brasil

ANOS	ABUSO SEXUAL		EXPLORAÇÃO SEXUAL		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
2011	8.024	75	2.675	25	10.699
2012	31.745	78	8.954	22	40.699
2013	26.768	75	8.923	25	35.691
2014	19.196	75	6.399	25	25.595

Fonte: <http://www.childhood.org.br/numeros-da-causa>

Os dados apresentados expressam como é representativo o número de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual chegando a representar 75% dos casos de violência sexual.

Quando volta-se o olhar para os suspeitos e locais do abuso percebe-se que a grande maioria dos abusadores pertencem ao grupo familiar, ocorrendo o abuso na casa da vítima ou do suspeito na sua grande maioria. Como observa-se na tabela a seguir construída baseada nos dados do Disque Denúncia Nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sobre os suspeitos e locais do abuso:

**Tabela 02:** Suspeitos e Local de Ocorrência do Abuso no Período: 2011 a 2014 no Brasil

ANOS	GRUPO FAMILIAR	CASA DA VÍTIMA OU DO SUSPEITO
	%	%
2011	62	77
2012	68	69
2013	65	69
2014	65	72

Fonte: <http://www.childhood.org.br/numeros-da-causa>

Infelizmente, muito provavelmente, a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar seja bem maior do que os casos notificados. Mas essa violência sofrida é manifestada pelas crianças e adolescentes, que mesmo no pacto de silêncio expressam seu sofrimento de várias formas:

- Estados depressivos.
- Manifestações de desejo de morte, podendo chegar à tentativa de suicídio.
- Regressão na linguagem e no comportamento.

- Distúrbios do sono (terror noturno, sono agitado, insônia ou sonolência excessiva).
- Expressiva baixa no aproveitamento escolar.
- Erotização das relações de afeto, estranhas à sua fase de desenvolvimento.
- Sociopatias (condutas antissociais, transtornos de conduta ou prática de infrações), entre outras (AMARO, 2014, p. 31).

É nítido que a violência sempre vai ocasionar uma dor, um sofrimento que vai além do físico, englobando aspectos de socialização e psicológicos. As alterações físicas decorrentes da violência não são vistas com frequência nas crianças abusadas.

Mas, em alguns casos, além de lesões físicas consequentes dos abusos sexuais, como diz Ferreira (2002, p. 23) “pode haver traumas por tentativas de estrangulamento e outros ferimentos em geral, quando há violência física associada. As doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez são também efeitos físicos encontrados entre as vítimas”.

Vários são os sinais manifestados pelas vítimas, no entanto, como se enquadram na sua maioria no universo da subjetividade são mais difíceis de serem compreendidos. Como destaca Nascimento (2002, p. 51) “o ato violento doméstico não está condicionado a uma necessidade instintual, mas à existência, no outro, de um desejo de destruição: aquele que violenta deseja, física ou psiquicamente, a destruição do violentado”.

Os sintomas na verdade são a concretização do sofrimento da criança e do adolescente, e as consequências para as vítimas podem se manifestar de diversas formas. Encontra-se algumas classificações das consequências do abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes, para Vitiello (2007) elas se manifestam por: lesões (físicas gerais, genitais e anais), gestação, doenças sexualmente transmissíveis, disfunções sexuais.

De acordo com Jaeger (2004) as consequências do abuso sexual podem se manifestar a curto ou a longo prazo. A curto prazo verifica-se dentre várias dificuldades emocionais o estresse pós-traumático. Já a longo prazo, observa-se comportamentos como: uso de álcool e outras drogas, condutas criminosas, problemas de aprendizado, a prostituição, a depressão, a dificuldade de relacionar-se e o suicídio.

Com base em vários estudos, bem como fundamentada em diversos autores, Azevedo (2007) aponta algumas consequências psicológicas do abuso sexual agrupando-as em três categorias apresentadas no Quadro 01 a seguir.

**Quadro 01: Dificuldades de Adaptação Afetiva, Interpessoal e Sexual como Consequências do Abuso Sexual**

CATEGORIAS/DIFICULDADES	CONSEQUENCIAS DO ABUSO SEXUAL
Dificuldades de adaptação afetiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sentimento de culpa;</li> <li>• Sentimento de autovalorização;</li> <li>• Depressão.</li> </ul>
Dificuldades de adaptação interpessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recusa no estabelecimento de relações com homens;</li> <li>• Estabelecimento de relações apenas transitórias com homens;</li> <li>• Tendência a supersexualizar relações com homens.</li> </ul>
Dificuldades de adaptação sexual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestos e tentativas de suicídio;</li> <li>• Problemas de personalidade incluindo culpa, ansiedade, medos e depressão;</li> <li>• Problemas mais agudos de personalidade, incluindo psicose, automutilação, obesidade induzida, anorexia, crises histéricas e um estilo de vida cronicamente autopunitivo;</li> <li>• Fugas do lar ou sua remoção judicial;</li> <li>• Prostituição ou um estilo de vida dominado pela exploração sexual;</li> <li>• Retração, frigidez ou falta de confiança em relações de natureza psicosssexual;</li> <li>• Agressão, desordens de personalidade do tipo agressivo e delinquência crônica;</li> <li>• Abuso de drogas e de álcool, conduzindo a dependência e problemas de saúde.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com dados de Azevedo (2007)

Todas essas consequências, como já foi dito anteriormente, são formas de manifestações do sofrimento que o abuso sexual intrafamiliar causa na vida das crianças e adolescentes vitimizadas. As consequências vão muito além de marcas no corpo físico, elas tem reflexo no comportamento social e afetam o psicológico dessas vítimas.

O abuso sexual intrafamiliar ocasiona danos ao desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes, produzindo, como já foi dito anteriormente, consequências de curto e longo prazo refletindo e influenciando a vida dessas vítimas. As consequências psicológicas decorrentes da violência podem variar conforme alguns fatores, Furniss (1993, p.15) destaca:

À idade de início do abuso, à duração do abuso, ao grau de violência ou ameaça de violência, à diferença de idade entre o abusador e a criança, ao grau de relacionamento entre o abusador e a criança, à ausência de figuras parentais protetoras e ao grau de segredo.

Tudo isso tem relação direta na forma como o abuso é sentido pelas crianças e pelos adolescentes. Muitas vezes elas se sentem traídas, pois o abusador é aquele que deveria cuidar e proteger, provocando assim danos psicológicos ao seu desenvolvimento.

O dano será maior quando a família não se envolve, apoia o abuso ou desqualifica o relato das vítimas. Vários são os aspectos que influenciam esses comportamentos, desde o temor por suas vidas resultando em aliança com o agressor, até dependências de ordem psicológica, econômica ou mesmo cultural (KRÜGER; SILVA, 2013).

Esses motivos contribuem para que o abuso seja mantido em segredo dentro da família, muitas vezes esse silêncio dura um período muito longo e conseqüentemente isso vai favorecer o desenvolvimento de marcas na vida dessas vítimas.

A revelação do abuso de acordo com Krüger e Silva (2013, p. 26) pode acontecer de duas maneiras: “por situação adversa, quando alguém flagra a prática abusiva ou a criança sofre lesão em função desta, necessitando de atendimento médico; ou então, quando a criança, por não mais suportar a situação, acaba revelando-a”.

A revelação feita pela vítima, a descoberta do abuso por outra pessoa ou mesmo a simples suspeita da violência são elementos suficientes para provocar a ida dessas vítimas as mais diversas instituições. Bem como a realização dos mais variados procedimentos, desde exames clínicos a procedimentos legais na perspectiva de proteger as vítimas.



Tudo isso causa um transtorno dentro da família, sendo necessário diferenciar os danos que são ocasionados pelo próprio abuso ou pela intervenção do profissional. Furniss (1993) vai chamar ao dano decorrente do próprio abuso de dano primário e o ocasionado pela intervenção profissional de dano secundário. Sendo que os danos secundários ocorrem em 05 níveis:

- 1 Estigmatização social: reações de vizinhos, amigos, colegas de escola; consequências da separação familiar, incluindo dificuldades materiais e sociais;
- 2 Traumatização secundária no processo interdisciplinar: conflitos entre sistemas legal e as necessidades psicológicas e de proteção à criança;
- 3 Traumatização secundária no processo família – profissional: família e profissionais desejam intervenções diferentes (terapêutica x punitiva x protetora);
- 4 Traumatização secundária no processo familiar: falta de crença na criança, culpabilização da vítima, negação por parte do agressor;
- 5 Traumatização secundária no processo individual: indução de rejeição, punição ou novo abuso através de comportamentos da própria vítima (sexualizado ou de vítima vulnerável e incapaz de proteger-se) (FURNISS, 1993, p. 23-24).

Os danos secundários tem várias causas, mas a maior causa de dano secundário nas crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e de um fracasso profissional é a grande pressão que os profissionais sofrem. Além do “sentimento de que temos de fingir que conseguimos enxergar perfeitamente e que sabemos exatamente como agir, mas nenhum de nós sabe ainda. Aprender a compreender e a lidar com o abuso sexual da criança leva tempo” (FURNISS, 1993, p. 07).

Diante de tudo que foi discutido até aqui, tem-se que, independente do contexto onde ocorra a violência contra crianças e adolescentes suas vidas ficam marcadas gerando consequências para seu desenvolvimento.

Diante das marcas torna-se necessário um acompanhamento profissional visando a minimização dos danos produzidos, bem como a necessidade de proteção enquanto sujeitos de direitos. De acordo Krüger e Silva (2013, p. 26):

Pais, responsáveis, profissionais e a sociedade em geral precisam tomar consciência do seu papel enquanto cuidadores e/ou fiscalizadores de situações de risco, objetivando prevenir a ocorrência de violência, especialmente o abuso sexual intrafamiliar, e possibilitar atenção, proteção, dignidade, respeito e tratamento às crianças e aos adolescentes.

O enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes é uma responsabilidade do Estado, das famílias e profissionais também tem um papel importante na prevenção e proteção do segmento infanto-juvenil.

Assim, é importante a construção de uma sólida integração entre os atores que constituem o Sistema de Garantia de Direitos<sup>7</sup> no enfrentamento da violência. No entanto, vale ressaltar que nesse processo de consolidação dessa relação entre as instituições que formam o Sistema de Garantia de Direitos, depara-se com muitos obstáculos na sua consolidação.

Visando aprofundar a discussão sobre a proteção dessas crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar, no capítulo seguinte será feita uma reflexão sobre o enfrentamento dessa violência. Com ênfase para o atendimento prestado pela Política de Assistência Social através das ações do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos no âmbito no abuso sexual intrafamiliar.

---

<sup>7</sup> Definido pelo ECA e normatizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) na Resolução nº 113/2006.

## **4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Objetivando aprofundar o conhecimento sobre as políticas de enfrentamento ao abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, no primeiro momento faz-se uma discussão sobre a Política de Assistência Social no contexto do enfrentamento ao abuso sexual. Em seguida discute-se as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos no âmbito do abuso sexual intrafamiliar.

### **4.1 A Política de Assistência Social no Contexto do Enfrentamento ao Abuso Sexual**

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno que vem reproduzindo-se e perpetuando-se na sociedade, tendo nas suas bases as relações de gênero e de poder. Entende-se que as culturas são diversas assim como os valores reproduzidos por cada uma, mas necessita-se manter a sensibilidade para lidar com essas diversidades.

Porém, sem perder de vista o real compromisso com a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, desenvolvendo a análise crítica de perceber quando uma prática é meramente cultural e permitida ou totalmente abusiva afetando a integridade da criança e do adolescente.

Acredita-se não ser fácil tal prática, mas entende-se ser fundamental. Almeida (2008, p.471) destaca que “a criança pequena necessita de proteção contra o mundo para que possa desenvolver a sua singularidade”. E que isso só é possível em um espaço onde exista a relação saudável entre pessoas, fundada no respeito, liberdade e direitos.

No entanto, as relações sociais se desenvolvem em uma dinâmica contraditória e muito complexa, sendo necessário aprofundar reflexões sobre vários fenômenos sociais na perspectiva de buscar formas de atuar frente as manifestações das questões sociais. Temas como violência ultrapassam espaços privados, assumem relevância dentro dos debates econômicos, sociais e políticos.

Nesse universo de discussão da violência, quando o olhar volta-se para o abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes, a reflexão fica bem mais delicada.

Porque se em determinado momento histórico a vitimização de crianças e adolescentes era mascarada, restrita a um âmbito privado ou mesmo aceita socialmente.

Com todo o processo de luta dos direitos humanos, essa discussão rompe esse muro privado e adentra-se nos mais diversos espaços, passando assim a ser vista como uma questão social e como tal torna-se objeto de várias políticas públicas na perspectiva de oferta de serviços visando a proteção dos mesmos.

Na busca de compreender como acontece esse processo de proteção as crianças e adolescentes no âmbito da Política de Assistência Social, faz-se necessário um resgate desse processo de consolidação da política pública bem como a forma como ela vem se organizando para proteger crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Assim, a Constituição Federal de 1988 representou um significativo avanço no que se refere a proteção social até então vigente no Brasil, avançando em uma perspectiva de universalidade dos direitos sociais. Foi um marco na formulação e implementação das políticas públicas, além de estabelecer autonomia político-administrativa aos municípios. Estes passaram a ter capacidade e autonomia na formulação e implementação de políticas públicas.

Esta descentralização trouxe o desafio da coordenação intergovernamental na gestão pública e da participação popular. Uma vez que a descentralização está relacionada a redemocratização, ela é um processo político e não apenas técnico-administrativo. Ao discutir o processo de descentralização de políticas sociais, Arretch (2000, p.34) diz que:

A descentralização das políticas sociais no Brasil envolve um processo de reforma do Estado de dimensões consideráveis, sob um Estado federativo, em um país caracterizado por expressivas desigualdades estruturais de natureza econômica, social, política e da capacidade administrativa de seus governos locais.

No Brasil pós Constituição Federal de 1988, os municípios foram definidos como entes federativos autônomos. Essa redefinição de competências e atribuições na esfera de gestão das políticas sociais realiza-se sob as bases de um Estado federativo.

Dessa forma, Estados e municípios passam a assumir funções de gestão de políticas públicas seja por iniciativa própria ou mesmo por imposição constitucional. Arretch (2000, p. 48) destaca que:

A adesão dos governos locais à transferência de atribuições depende diretamente de um cálculo no qual são considerados, de um lado, os custos e benefícios derivados da decisão de assumir a gestão de uma dada política e, de outro, os próprios recursos fiscais e administrativos com os quais cada administração conta para desempenhar tal tarefa.

Essa descentralização não significou somente a transferência do poder decisório para os entes federativos, mas também a delegação na implementação e gestão de grande parte das políticas sociais. Conforme Arretch (2000, p.53):

O grau de sucesso de um programa de descentralização está diretamente associado à decisão pela implantação de regras de operação que efetivamente incentivem a adesão do nível de governo ao qual se dirigem: reduzindo os custos financeiros envolvidos na execução das funções de gestão; minimizando os custos de instalação da infra-estrutura necessária ao exercício das funções a serem descentralizadas; elevando o volume da receita disponível; transferindo recursos em uma escala em que a adesão se torne atraente; e, finalmente, revendo as condições adversas derivadas das políticas, do legado das políticas prévias.

Assim, as políticas públicas de proteção social surgem como forma de minimizar as distorções existentes na sociedade. Essas políticas se destinam a vários campos, dentre eles destacam-se a: educação, saúde, segurança e assistência social. E o Estado fica responsável pela realização de um conjunto de ações, na perspectiva de garantir os direitos sociais assegurados em Lei.

A Constituição Federal de 1988 constituiu um avanço no padrão de proteção social no Brasil, definiu e consolidou os direitos civis, políticos e sociais. A assistência social tornou-se um direito social, devendo ser operacionalizada pelo Estado através de políticas públicas. E junto com a saúde e previdência passa a compor o tripé da seguridade social. Segundo Draibe (1990, p.29):

A ampliação e extensão dos direitos sociais (novos direitos, assim como sua homogeneização a novas categorias sociais), a universalização do acesso e a expansão da cobertura, um certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema, a concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção, a recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais e, enfim, o maior comprometimento do Estado e da sociedade no financiamento de todo o sistema.

Diante da concepção de seguridade social, ampliam-se as ações referentes a previdência, saúde e assistência social. E dentre os princípios que devem direcionar essas ações tem-se a universalidade, a equidade e participação. Mas a reforma democrática anunciada na Constituição Federal de 1988 não é vivenciada na sua plenitude, vive-se um período de tensão para que esses direitos constitucionais sejam minimamente assegurados.

Nos anos de 1990 instala-se um processo de reformas justificadas por crises econômicas e que perdura até os dias de hoje. Behring e Boschetti (2011, p. 148) apontam que:

Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”.

O discurso da reforma era o defendido pelo governo, se propagava na mídia e difundia-se na sociedade. Resultando em um processo de desmonte das políticas públicas e conseqüente redução de direitos sociais, indo assim na contramão do que preconiza a Constituição Federal de 1988.

O argumento usado é o da crise fiscal do Estado transformando assim as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos perversos da crise (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). De acordo com Castro (2009, p.96):

Se, por um lado, a Constituição fez com clareza a distribuição das receitas entre os entes federados, por outro lado não tratou adequadamente da distribuição de responsabilidades relativas aos encargos sociais entre esses mesmos entes, submetendo à legislação ordinária os pontos mais polêmicos. Esse processo gerou desequilíbrios e controvérsias que iriam perdurar durante toda a década de 90.

Conseqüentemente gerou também um conjunto de restrições no âmbito econômico para a população brasileira, tudo isso em nome da estabilização monetária. No âmbito da política social, sendo implementada uma estratégia de política pública que se manteve “presa a uma universalização restrita, a uma focalização sobre a pobreza, a uma ampliação da descentralização para municípios, a uma limitada participação social e a uma privatização da parte rentável das políticas sociais” (CASTRO, 2009, p.124).

Ainda de acordo com Draibe (1990), percebe-se uma transformação na saúde no que se refere ao princípio da universalização do atendimento e no acesso igualitário a toda população, o que se diferencia do que acontecia antes da Constituição Federal de 1988. Mas, Castro (2009, p. 124) destaca que:

A provisão e produção de saúde e de ensino fundamental, embora tenham alcançado níveis bastante elevados de cobertura e, mais marcante, consolidado, ao menos formalmente, o caráter universalizante (público e gratuito) dos programas e ações governamentais por todo o território nacional, isso não impediu o avanço e a concorrência – muito mais que a cooperação/complementação – dos setores privados. Isso ocorreu tanto na saúde, pela oferta limitada e a qualidade questionável dos serviços públicos, como na educação, em virtude da ênfase conferida pelo Estado ao ensino fundamental.

No caso da assistência social a Constituição Federal de 1988 apresenta um avanço ao prevê proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, além do amparo às crianças e adolescentes carentes. Com a Constituição Federal de 1988 a assistência social torna-se política pública, compondo o tripé da seguridade social, sendo de responsabilidade do Estado e direito do cidadão, de caráter democrático, gestão descentralizada e participativa.

No meio de avanços do processo de consolidação da política de assistência social enquanto política pública, volta-se agora o olhar para uma expressão da questão social dentre tantas trabalhadas nas políticas públicas que é a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nesse processo de construção histórica a violência sexual era vista apenas como um crime contra a liberdade sexual. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tal questão passa a ser vista como uma violação dos direitos humanos, ou seja, direito ao respeito, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e comunitária e ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável. Roseno (2008, p.32) destaca que:

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das mais revoltantes violações aos direitos humanos cometidas contra a infância e adolescência nas sociedades contemporâneas. Não podemos, contudo, adotar perante a violência sexual uma conduta moralista, tampouco retributiva/punitiva. O enfoque é o da promoção da dignidade humana, fundamento e princípio dos direitos humanos. Nesse sentido, devemos assinalar a enorme mudança paradigmática acontecida com a aprovação, em 1989, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, que trouxe a infância ao sistema internacional de proteção dos direitos humanos, adotando os fundamentos da doutrina da proteção integral dos direitos humanos da criança.

Assim, a mobilização social voltada ao combate da violência sexual contra crianças e adolescentes teve sua expressão política na década de 90, quando foi incluída na agenda civil como sendo uma questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos, preconizados na Constituição Federal Brasileira (1998), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8069/90 e na Convenção dos Direitos da Criança (1989).

O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando como sujeitos de direitos que necessitam de cuidados e atendimentos especializados na perspectiva de garantir a proteção e o desenvolvimento adequado. Com o ECA passam a ter mais visibilidade as ações de enfrentamento as violências sofridas por crianças e adolescentes, e a busca pela consolidação de um Sistema de Garantia de Direitos (SGD) (BRASIL, 2004).

No ano de 1995 formou-se a Frente Parlamentar pelo Fim da Violência, Exploração e do Turismo Sexual contra Crianças e Adolescentes. Com a realização do I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual realizado em Estocolmo na Suécia em 1996, o Brasil se comprometeu com a causa da infância e juventude. Assim, em 1997 foi criado um Disque-Denúncia nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (0800 99 0500) que em 2008 é transformado no Disque 100 (SILVA, 2011).

Através da Lei Federal nº 9.970/2000 é instituído o dia 18 de Maio como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”. Em 2000, o Governo Federal elaborou o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil que tem como objetivo “estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente” (BRASIL, 2002, p. 14).

Após a aprovação pelo CONANDA, em 2000, o Plano tornou-se a diretriz para as ações de enfrentamento de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O Plano desde 2002 é monitorado pelo Comitê Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual, que é formado por representantes do governo, da sociedade civil e de organismos internacionais.

A primeira ação do Governo Federal dentro do cumprimento das metas pré-estabelecidas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-



Juvenil foi à criação do Programa Sentinela no ano de 2001, dentro do âmbito da Política da Assistência Social, com foco no atendimento social.

Em 2004, o Programa Sentinela torna-se um serviço de ação continuada, sendo inserido em 2005 no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que o estabelece como um serviço de proteção especial de média complexidade, passando assim a ser desenvolvido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

De acordo com a Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), o SGD é responsável por colocar todas as crianças e adolescentes a salvo de todas as formas de violações de direitos e garantir a apuração e reparação dessas.

O SGD está estruturado em 03 eixos: Promoção, Defesa e Controle da efetivação dos direitos. Sendo necessário que as instituições que compõem cada eixo trabalhem articuladas para a garantia de uma proteção integral as crianças e adolescente como preceitua o ECA. Para Vieira (2015, p. 122):

As ações governamentais e não-governamentais devem pautar-se pela promoção da dignidade humana, buscando romper com o padrão hegemônico de revitimização às crianças e adolescentes em situação de violência sexual que historicamente vem delineando as respostas tanto do Poder Público quanto da Sociedade Civil. A busca pela integralidade no atendimento requer ações planejadas, executadas e avaliadas de forma participativa entre todos os sujeitos sociais que compõem a rede de proteção.

Compondo o SGD temos ações governamentais na área da assistência social que é definida pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no seu Art. 1º como direito do cidadão e dever do Estado, “é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Ainda no campo das conquistas, destaca-se a IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro de 2003 em Brasília/DF, que teve como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), elemento essencial para a efetivação da assistência social como política pública. Resultando na Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo aprovado em julho de 2005 o SUAS. E em 2011, a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, Lei que assegurou a institucionalização do SUAS no país.

Há um avanço significativo na assistência social, e partindo do que preceitua a Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2005, p.32) tem como princípios democráticos:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Guiada por esses princípios o novo modelo de proteção social no Brasil se materializa com a criação e implantação de novos programas de governos, a Política Nacional de Assistência Social/2004 deve afiançar as seguranças de: sobrevivência; acolhida e convívio.

A proteção social no âmbito da Política Nacional de Assistência Social/2004 agirá sobre situações de proteção às fragilidades, vulnerabilidades próprias ao ciclo de vida, proteção às fragilidades da convivência familiar, proteção à dignidade humana e combate às suas violações, através de uma rede hierarquizada de serviços e benefícios.

Assim, a Política de Assistência Social, a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implantado em 2005, vem executando suas ações de acordo com o nível de proteção, ou seja, Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), dividida em média complexidade e alta complexidade.

A Proteção Social Básica (PSB) de acordo com as Orientações Técnicas (2011, p. 17) oferta um conjunto de serviços, programas e projetos e benefícios da assistência social que visa “prevenir situações de vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, por violação de direitos, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

Os serviços de PSB são oferecidos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que é a “unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, [...] atua com famílias e indivíduos em seu contexto

comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário” (BRASIL, 2004, p. 29).

A Proteção Social Especial (PSE) organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, que visa contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a proteção das famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social.

As situações de risco pessoal e social atendidas na PSE são as decorrentes da violação de direitos ocasionadas por de “abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2004, p. 31).

De acordo com o agravamento e a especificidade do trabalho ofertado a Proteção Social Especial divide em: Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE/MC) e Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSE/AC).

A PSE/MC dispõe de serviços que oferecem atendimentos “às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos” (BRASIL, 2004, p. 31). Já os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destinam-se aos indivíduos e famílias com direitos violados mas com rompimento dos vínculos familiares e comunitários.

Os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade são definidos pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, são eles:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS);
- Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Conforme a Tipificação os serviços relacionados acima podem ser ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social ou em unidades específicas referenciadas ao CREAS. Já os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade funcionam em unidades específicas definidos pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, são os seguintes:

- Serviço de Acolhimento Institucional;
- Serviço de Acolhimento em República;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergência.

Os serviços relacionados são voltados aos vários segmentos que vivenciam situações de violação de direitos. No entanto, vale destacar que alguns grupos são particularmente mais vulneráveis à vivência destas situações, tais como crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e suas famílias.

Nesse universo o presente estudo faz um recorte para os segmentos crianças e adolescentes, aprofundando o olhar para a intervenção da Política de Assistência Social no enfrentamento da violência sexual desse público. Assim, o tópico seguinte apresenta uma discussão sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

#### **4.2 As Ações do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos no âmbito do Abuso Sexual Intrafamiliar**

No âmbito de atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade de referência na oferta de serviços, que tem a finalidade de fortalecer os vínculos e reconstruir os laços familiares e comunitários, para que a situação de violação de direitos vivenciada seja superada. Esse atendimento é ofertado através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Segundo as Orientações Técnicas do CREAS (BRASIL, 2011) o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) deve ser ofertado obrigatoriamente no CREAS, o PAEFI caracteriza-se conforme a Tipificação

Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009, p.19) como um:

Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou submetem a situações de risco pessoal e social.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL,2009, p.19-20) diz que essas violações de direitos vivenciadas pelas famílias atendidas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) são decorrentes de:

- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e /ou exploração sexual;
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas socioeducativa ou medida de proteção;
- Tráfico de pessoas;
- Situação de rua e mendicância;
- Abandono;
- Vivência de trabalho infantil;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminação/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

É fundamental a compreensão do papel do CREAS e do público a ele referenciado, tendo em vista evitar que a ele seja delegado funções que não estão de acordo com as normativas legais. Faz-se necessário também refletir sobre as bases técnicas que norteiam a metodologia de trabalho nos CREAS.

Os serviços ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social devem orientar-se pela garantia das seguranças socioassistenciais, de acordo com o que prevê a Política Nacional de Assistência Social e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. As seguranças são apresentadas de forma detalhada no Quadro 02 a seguir.

**Quadro 02:** Seguranças Socioassistenciais

SEGURANÇAS	ESPECIFICAÇÕES
Acolhida	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O CREAS deve dispor de infraestrutura física adequada e equipe com capacidade técnica para a recepção e escuta profissional qualificada, orientada pela ética e sigilo e pela postura de respeito à dignidade, diversidade e não discriminação.</li> <li>• Conhecer cada família e indivíduo em sua singularidade, demandas e potencialidades e proporcionar informações relativas ao trabalho social e a direitos que possam acessar, assegurando-lhes ambiência favorecedora da expressão e do diálogo.</li> <li>• A oferta de serviços pelo CREAS deve ter consonância com as situações identificadas no território, para que as famílias e indivíduos possam encontrar a acolhida necessária às suas demandas.</li> </ul>
Convívio ou vivência familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requer a oferta de serviços de forma continuada, direcionados ao fortalecimento, resgate ou construção de vínculos familiares, comunitários e sociais.</li> <li>• Contribuir para a prospecção dos sujeitos na elaboração de projetos individuais e coletivos de vida, com a perspectiva de possibilitar a vivência de novas possibilidades de interação familiares e comunitárias, bem como a participação social, o que implica, necessariamente, em propiciar acesso à rede.</li> </ul>
Sobrevivência ou de rendimento e de autonomia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A atenção ofertada no CREAS deve nortear-se pelo respeito à autonomia das famílias e indivíduos, tendo em vista o empoderamento e superação de condições adversas oriundas das situações vivenciadas.</li> <li>• O acompanhamento especializado ofertado no CREAS deve contribuir para o alcance de maior grau de independência familiar e pessoal e qualidade nos laços sociais, devendo, para tanto, primar pela integração entre o acesso a serviços, benefícios e programas de transferência de renda.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir das Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p.24).

O CREAS deve garantir essas seguranças através de orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com seus direitos violados. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009, p.20) ele deve ofertar um trabalho social de:

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento;

orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços Socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

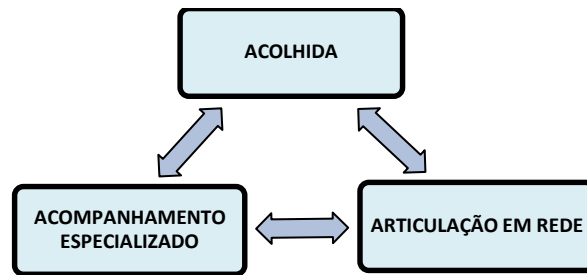
O trabalho social nos CREAS deve ser organizado de maneira a atender as demandas seguindo os preceitos legais que normatizam o serviço. No estudo em questão o foco é na operacionalização do PAEFI. No entanto é preciso ressaltar que não há orientações técnicas normatizadas que detalhem a operacionalização do trabalho a ser desenvolvido pelo PAEFI, como tem publicações sobre as orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no âmbito da proteção social básica. Orienta-se o PAEFI pelo que preceitua a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) e as “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS” (BRASIL, 2011).

Para fins de detalhamento do trabalho social do PAEFI, é preciso ressaltar essa lacuna existente no que se refere a normatização do Serviço como acontece com o PAIF. Na realidade local, existe a Regulação dos Serviços Socioassistenciais do município de Teresina sobre o Centro de Referência Especializado de Assistência Social<sup>8</sup> (SEMTCAS, 2012), documento que deve nortear o trabalho nos CREAS, mas que também é feito de forma ampla considerando o CREAS e os serviços ofertados, não havendo um recorte específico para o PAEFI.

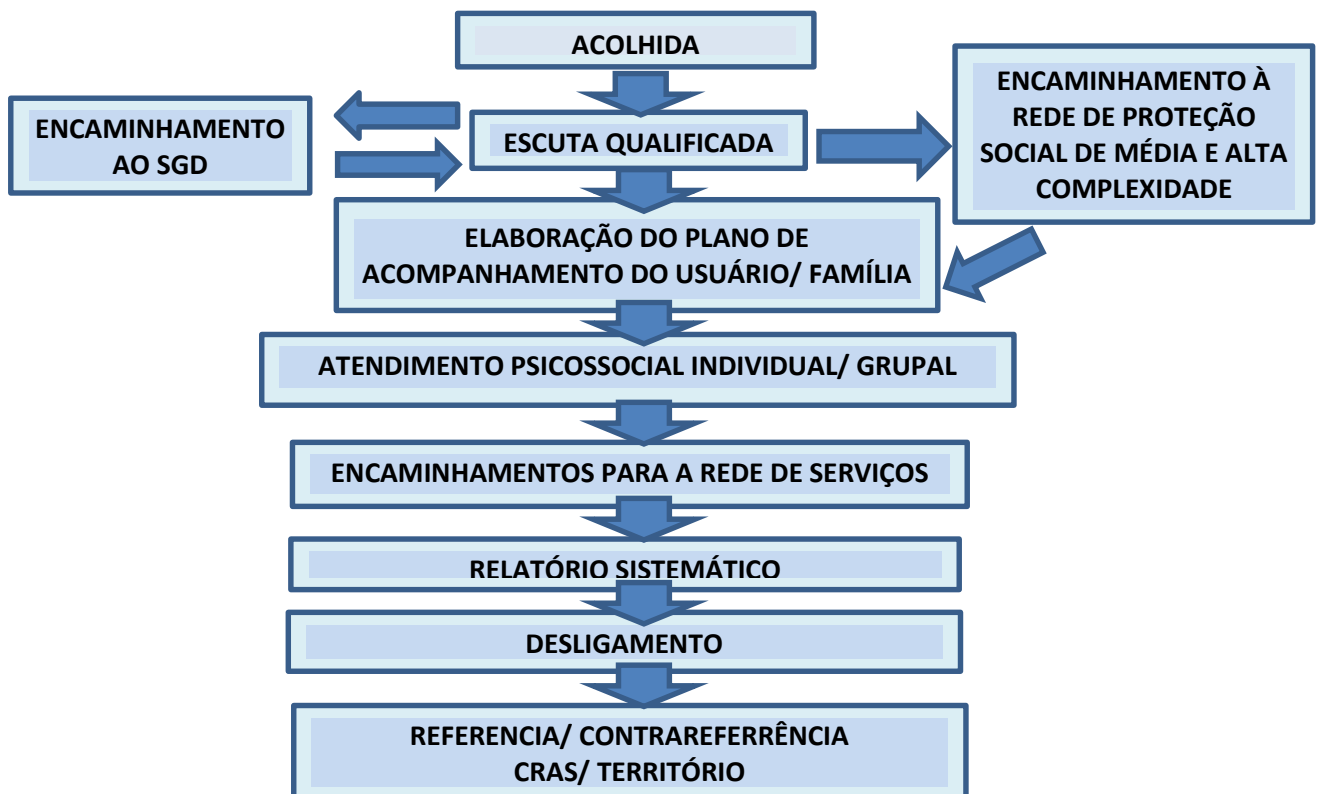
A pesquisadora construiu a Figura 01 que representa a compreensão da operacionalização do trabalho social do PAEFI considerando as três principais dimensões estabelecidas pelas Orientações Técnicas (BRASIL, 2011). Tendo em vista que as dimensões se inter-relacionam e não devem acontecer de formas isoladas, uma vez que no contato inicial que é o momento de acolhida muitas vezes o técnico precisa fazer articulações com a rede para encaminhamentos que o caso exigir. E durante o processo de acompanhamento especializado essa articulação com a rede também se fará presente.

---

<sup>8</sup> Regulação dos Serviços Socioassistenciais de Teresina para os CREAS, documento aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e publicado pela Prefeitura/SEMTCAS em maio de 2012.

**Figura 01:** Fluxo do Atendimento do PAEFI

Observa-se que o trabalho deve iniciar com a acolhida, momento de recebimento da demanda, após a análise inicial da situação irá decorrer um acompanhamento especializado ou a encaminhamento a outros serviços quando não se caracteriza demanda do CREAS. De uma forma mais específica, pode-se visualizar na Figura<sup>9</sup> 02 a seguir o fluxo de serviços que é estabelecido por Teresina para o atendimento às pessoas e famílias no CREAS (SEMTCAS, 2012, p. 13).

**Figura 02:** Fluxo dos Serviços para Atendimento ao Usuário/Família.

<sup>9</sup> A figura foi adaptada para melhor adequação no corpo do trabalho mas o conteúdo e a sequência está de acordo com o documento original.



O momento de acolhida inicial funciona como recepção da demanda, as situações de violação de direitos chegam ao CREAS por meio de busca ativa, demanda espontânea ou por instituições como o Conselho Tutelar, Delegacias, Varas Especializadas, Disque 100 e dentre outros atores que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça. De acordo com a Regulação de Teresina (SEMTCAS, 2012, p. 14):

Quase sempre, a acolhida e o primeiro atendimento particularizado ocorrem no mesmo momento. Por este motivo, a acolhida deve ser realizada prioritariamente por psicólogos e assistentes sociais que compõem a equipe técnica. Caso o acolhimento seja realizado por outros membros da equipe, o primeiro atendimento particularizado com os técnicos deve ser agendado com a família com o objetivo de conhecê-la mais a fundo e apreender elementos para iniciar o estudo social. Assim, na acolhida pode-se utilizar estratégias diversas, tais como: palestras; dinâmicas de grupo; atividades comunitárias; exposição de vídeos; trabalho com músicas, mensagens; leitura/ exposição de folderes, dentre outros.

Ainda conforme a Regulação (SEMTCAS, 2012), após a acolhida inicia-se o estudo social com a perspectiva de análise do contexto em que a família está inserida visando o diagnóstico da situação sociofamiliar. É preciso considerar que o estudo social deve ser realizado pela equipe de forma contínua, uma vez que a realidade a qual a família está inserida é dinâmica e mutável.

Diante disso, conforme as Orientações Técnicas (2011) na perspectiva metodológica, é preciso considerar o trabalho social a partir de três principais dimensões: acolhida, acompanhamento especializado e articulação em rede.

A acolhida deve ser considerada sob dois ângulos: acolhida inicial e postura acolhedora. A acolhida inicial das famílias e indivíduos que objetiva uma identificação da situação apresentada avaliando se é demanda do CREAS ou não, serve também para o início de uma construção de vínculo com o técnico do serviço.

A postura acolhedora refere-se ao respeito, a forma digna de atender e a não discriminação, que deve permanecer durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho social (BRASIL, 2011).

O acompanhamento especializado deve compreender atendimentos continuados e possibilidades para o desenvolvimento do indivíduo e sua família, seguindo as demandas e especificidades de cada situação. Segundo as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p.60), esse acompanhamento:

Compreende atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc.). Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social. Tem como ponto de partida a elaboração do Plano de Acompanhamento.

Ainda segundo as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 60), o Plano de Acompanhamento deve ser construído de forma conjunta com cada família e indivíduo, “o Plano de Acompanhamento deve delinear estratégias que serão adotadas no decorrer do acompanhamento especializado, bem como os compromissos de cada parte, em conformidade com as especificidades das situações atendidas”. O Plano de Acompanhamento Familiar deve ser elaborado pela:

Equipe técnica do CREAS juntamente com a família a partir da análise das vulnerabilidades existentes e das estratégias que favorecem à sua superação, constituindo-se em importante instrumento de intervenção profissional da equipe do PAEFI, que comporá o prontuário da família, no qual será registrado o planejamento das estratégias de proteção social, considerando a inserção na rede de serviços e as potencialidades do território. A organização de grupos e o desenvolvimento de encontros sistemáticos com usuários e suas famílias visam a superação das vulnerabilidades sociais, como um processo gradual, que visa desenvolver as potencialidades da família (SEMTCAS, 2012, p. 15).

Para o desenvolvimento do Plano de Acompanhamento, faz-se necessário a realização de atendimentos continuados que podem acontecer de várias formas. As Orientações Técnicas (BRASIL, 2011) apontam os seguintes formatos: o atendimento individual, familiar, em grupo e com grupos de famílias.

Cada atendimento tem seu objetivo assim também deve acontecer com os trabalhos em grupo. Com relação ao trabalho de grupo com crianças, Furniss (1993, p. 136-137) diz que:

Em um ambiente de grupo para crianças que sofreram abuso sexual, em que a criança que sofreu abuso não é definida como especial através da experiência de abuso porque todos os outros no grupo tiveram experiências semelhantes, as crianças começam a descobrir aspectos de sua personalidade e áreas de força e potencial, em si mesmas e nas outras crianças do grupo, que haviam sido anteriormente enterrados sob a autodefinição originada pelo abuso.

A equipe técnica do CREAS deverá avaliar a periodicidade dos atendimentos, bem como a duração dos mesmos, sempre levando em consideração as demandas observadas e os acordos estabelecidos com os usuários durante o processo de acompanhamento.

Considerando a complexidade das situações vivenciadas pelas famílias e indivíduos que são atendidos no CREAS, torna-se necessário uma articulação em rede para o êxito das ações desenvolvidas. A articulação em rede deve acontecer sempre que for identificadas demandas que ultrapassem as competências do CREAS.

Diante dessa identificação as famílias e indivíduos devem ser encaminhados para os serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial, bem como das demais políticas públicas e órgãos de defesa e direitos.

Vieira (2015) reforça que a atuação do CREAS isoladamente não é suficiente para superar a violência sexual, sendo necessário que outros mecanismos e serviços que constituem a rede de proteção comprometam-se efetivamente com o enfrentamento a esse fenômeno.

Para Amaro (2014, p. 130) a ideia de rede “está associada à articulação racional e política de esforços e recursos, mediante a ação conjugada e compartilhada de políticas/organizações/atores/forças, tanto públicas como sociais”. O CREAS não deve atuar sozinho, ele deve buscar essa articulação em rede visando um trabalho qualificado e que de fato atenda às necessidades da criança e do adolescente.

De acordo com as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 62) compete ao órgão gestor de assistência social a “interlocução com outras políticas e órgãos de defesa de direitos e na institucionalização da articulação do CREAS com a rede, inclusive, por meio da construção e pactuação de fluxos de articulação e protocolos intersetoriais de atendimento”. Sendo importante a articulação do CREAS com:

- CRAS;
- Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais e dos Programas de Transferência de Renda e Benefícios (PETI, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC);
- Serviços de Saúde, em especial a Saúde Mental;
- Órgãos de Defesa de Direitos (Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Delegacias Especializadas);
- Rede de Educação;
- Serviços de Acolhimento;
- Trabalho e geração de renda (BRASIL, 2011, p. 62).

Essa articulação é imprescindível para o bom desenvolvimento do trabalho social no CREAS, além de possibilitar uma maior qualidade ao atendimento prestado aos seus usuários, visando, cada vez mais, o exercício e a garantia de direitos.

Embora o CREAS não trabalhe sozinho, Vieira (2015, p.155) afirma que no atendimento as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes o CREAS tem um papel central, sendo:

*O locus privilegiado para a construção de processos interventivos junto às crianças e suas famílias. No entanto, ao ser considerado como principal serviço público para atender a essa demanda, não se sinaliza a onipotência deste equipamento, uma vez que a complexidade da violência sexual requer uma rede de proteção articulada e altamente organizada para o seu enfrentamento.*

Além do processo de trabalho articulado em rede, o registro de informações sobre o acompanhamento das famílias e indivíduos é um procedimento que deve ser adotado no CREAS, visando a organização e a sistematização do trabalho desenvolvido pela equipe. Diferentes instrumentais podem ser usados para o registro de informações como: Prontuários, Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar, Relatórios (BRASIL, 2011).

Considera-se que a efetivação da proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, assim como, a superação das situações que violam seus direitos, requerem o conhecimento e a reflexão na forma como os profissionais atuam diante dos casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes. O processo de trabalho dos profissionais segundo Vieira (2015, p. 169) deve ser capaz de:

*Ultrapassar a imediatividade da violência sexual, exige que os/as profissionais estabeleçam conexões entre as expressões imediatas, o conhecimento teórico, as mediações da rede de proteção, mas também com o ato investigativo no sentido de identificar as múltiplas determinações e as singulares que se expressam no cotidiano.*

Assim, o trabalho desenvolvido pelo CREAS é fundamental para a minimização dos danos causados pela violência sexual intrafamiliar, para o desenvolvimento da criança e adolescente após a vitimização, bem como para a proteção e garantia dos direitos desse público. Ainda de acordo com Vieira (2015, p. 169),

*Desvendar e propor estratégias de intervenção às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes requer ir além do aparente, ou seja, ler e interpretar o não dito, o não verbalizado pelas crianças e familiares. Nessa*

direção, os/as profissionais necessitam desenvolver uma sensibilidade para apreenderem as nuances escamoteadas na complexidade da violência e assim buscar sua essência na perspectiva da integralidade do atendimento.

Considera-se essencial a efetivação da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente preconizada pelo ECA (BRASIL, 1990), por meio da defesa, responsabilização e principalmente da oferta e garantia de serviços especializados. Para isso, os profissionais devem ter atenção na operacionalização do seu trabalho, o mesmo deve visar a proteção das crianças e dos adolescentes.

Seguindo o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente, as políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes objetivam a promoção, a proteção e a defesa dos direitos desse público e não a criminalização. Conforme as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 25) não compete ao CREAS:

- Ocupar lacunas provenientes da ausência de atendimentos que devem ser ofertados na rede pelas outras políticas públicas e/ou órgãos de defesa de direito;
- Ter seu papel institucional confundido com o de outras políticas ou órgãos, e por conseguinte, as funções de sua equipe com as de equipes interprofissionais de outros atores da rede, como, por exemplo, da Segurança Pública (Delegacias Especializadas, Unidades do Sistema Prisional, et), órgãos de defesa e responsabilização (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar) ou de outras Políticas Públicas (Saúde Mental, et.);
- Assumir a atribuição de investigação para a responsabilização dos autores de violência, tendo em vista que seu papel institucional é definido pelo papel e escopo de competências do SUAS.

Dessa forma, norteado pelo o que estabelece o Sistema Único de Assistência Social, vale ressaltar que, não cabe ao CREAS investigar e punir, seu trabalho deve pautar-se na perspectiva da garantia de direitos. Sendo que a centralidade na família deve ser um dos eixos norteadores do trabalho social desenvolvido pelo CREAS. Conforme as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 33):

A centralidade das ações na família visa compreender, em um determinado contexto, como se constroem e se expressam as relações familiares entre seus membros. Essa perspectiva não visa responsabilizar a família e seus componentes no tocante às vicissitudes que vivenciam no seu cotidiano, mas contextualizar a família e seus componentes no tocante às vicissitudes que vivenciam no seu cotidiano, mas contextualizar a situação vivida recolocar o papel do Estado como provedor de direitos por meio das políticas sociais, fornecendo instrumentos de apoio e sustentação necessários para a proteção social das famílias.

Assim, o trabalho com as famílias não deve considerar apenas a violência sexual, mesmo sendo a questão central, mas também considerar outros aspectos envolvidos nesse fenômeno como: relações de gênero, geracionais, trabalho e geração de renda, cidadania e subjetividade social. Mas deve-se garantir de acordo com Fuziwara (2012, p.112):

Que o sujeito violado seja atendido como tal, em sua integridade, e não como um corpo violado. Trata-se de restituir ou construir o lugar social desse sujeito, que é detentor de direitos e que deve ter acesso aos serviços que os viabilizem. Portanto, combater a revitimização é buscar mecanismos efetivos para a superação dessa situação, provocando o poder público, a família, a comunidade para que a vítima seja reconhecida como sujeito. O que tem sido é que as políticas estão precarizadas, em geral perpetuando relações tuteladoras, assistencialistas, compondo um quadro permanente de violência social e política.

Na realização do trabalho social no CREAS torna-se necessário considerar as especificidades e singularidades das famílias para a definição de uma metodologia de trabalho. Vieira (2015, p.186) considera que a “autonomia das equipes profissionais possibilita que a construção das metodologias de intervenção seja mais dinâmica e envolva a família durante todo o processo”.

Esse trabalho social é desenvolvido pelo CREAS através de uma equipe de referência encarregada de atuar junto a um determinado número de usuários que apresentam a demanda específica do serviço. O trabalho social a ser desenvolvido pela equipe profissional no CREAS tem como eixos norteadores: atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e, trabalho em rede. De acordo com as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 28):

A oferta de trabalho social nos CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer, ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a unidade e profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos. Nesse contexto, a escuta qualificada em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários tornam-se fundamentais para o alcance de bons resultados e a viabilização do acesso a direitos.

O trabalho social ofertado pelo CREAS de acordo com as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 31) deve ainda:

Pauta-se na ética e no respeito à dignidade e diversidade, sem discriminações ou restrições decorrentes de condições socioeconômicas, nível de instrução formal, crença ou religião, diversidade sexual, raça e/ou etnia, idade, gênero, deficiência ou dependência de cuidados, procedência do meio urbano ou rural, etc. Seu caráter especializado exige a condução por profissionais devidamente habilitados e capacitados, que partilhem desta concepção.

Os profissionais que formam a equipe técnica do CREAS são definidos pela NOB/RH-SUAS<sup>10</sup> (BRASIL,2012) considerando a capacidade de atendimento (pessoas/indivíduos) e o nível de gestão do município. Nos municípios de Gestão Plena e Estados com Serviços Regionais, para a capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos tem-se como equipe de referência: 01 coordenador, 02 assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 advogado, 04 profissionais de nível superior ou médio (abordagem dos usuários) e 02 auxiliares administrativos.

A Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS), e a Resolução nº 01, de 25 de janeiro de 2007, publica o texto da NOB-RH/SUAS. As diretrizes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social devem orientar a ação de gestores, de trabalhadores e representantes das entidades que executam a política de assistência social.

A Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, vem ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RH-SUAS) e reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ela define que compõem obrigatoriamente as equipes de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade: Assistente Social, Psicólogo e Advogado.

A NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2012) define equipes de referências para o trabalho social no CREAS, considera que essas equipes sejam formadas por servidores efetivos que sejam responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. A equipe de referência para a prestação de serviços e a execução das ações no âmbito da Proteção Social Especial de Média

---

<sup>10</sup> Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, definida pela Resolução nº 1, de 25 de janeiro de 2007.

Complexidade, com relação a profissionais de nível superior, deve ser composta por: assistente social, psicólogo e advogado.

A Resolução diz que entende-se por categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços, aquelas que possuem formação e habilidades para o desenvolvimento de atividades específicas e/ou de assessoria à equipe de referência. Vieira (2015, p.155) destaca que:

O atendimento às crianças e adolescentes, em situação de violência sexual no âmbito da Política de Assistência Social, vem consubstanciando-se como um *imenso desafio* aos/as profissionais que compõem as equipes dos CREAS. A cada situação de violação aos direitos infanto-juvenil, os/as profissionais são instigados/as a romperem com respostas simplistas e reativas, o que torna o trabalho social no CREAS uma incessante busca para a construção de intervenções criativas, éticas, proativas e capazes de transformar os direitos garantidos nas legislações internacionais e nacionais em uma realidade concreta na vida das crianças, adolescentes bem como de suas famílias.

Os profissionais, que atuam nos serviços especializados da Política de Assistência Social no atendimento a criança e adolescente vítima de violência intrafamiliar, são constantemente desafiados a refletirem sobre sua atuação profissional. Desafio existente segundo Albuquerque (2012, p. 81):

Dada a complexidade de fatores que compõem a situação de violência – suas causas, seus efeitos -, faz-se necessária a integração das diferentes especialidades para que seja oferecida a assistência integral à saúde da criança e da família; conhecimentos e habilidades decorrentes das diferentes formações acadêmicas se complementariam no processo de compreensão da situação familiar e de construção das propostas de intervenção com o objetivo de viabilizar melhores condições de organização familiar.

Essa complexidade é aceita perfeitamente no plano conceitual e teórico, mas no desenvolvimento de suas ações os profissionais enfrentam dificuldades para que seja efetivado esse trabalho, o fato é que na prática há dificuldades na operacionalização de um trabalho em equipe (ALBUQUERQUE, 2012).

No entanto, torna-se necessário refletir sobre esse trabalho em equipe interdisciplinar no CREAS, uma vez que ele deve ser a base de atuação na instituição, todos que formam a equipe devem participar junto do processo de planejamento das ações bem como o compartilhamento e avaliações das mesmas. Conforme as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 54):



Ao compartilhar diretrizes e princípios, o trabalho interdisciplinar não dilui as competências e atribuições de cada profissional. Nesse sentido, é fundamental considerar os distintos olhares e contribuições das diferentes áreas de formação, além da experiência profissional de cada integrante e sua função no CREAS.

Para que esse trabalho em equipe seja fortalecido, algumas atividades podem ser adotadas dentro do CREAS como: Reuniões de equipe, Reuniões para estudos de casos, Supervisão e assessoria de profissional externo (BRASIL, 2011). E para o desenvolvimento do trabalho social no CREAS pressupõe-se:

Escuta qualificada e compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo, considerando seu contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural. A construção de projetos de vida e de novas possibilidades de relacionamento, com superação das situações adversas vivenciadas; a perspectiva do trabalho em rede para a atenção integral e o acesso a direitos; o desenvolvimento de potencialidades; e a resignificação de vivências devem nortear a elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar. A elaboração do Plano de Acompanhamento junto com as famílias e indivíduos é essencial para guiar o trabalho social no CREAS, bem como para delinear, junto aos usuários, a construção de novas perspectivas de vida (BRASIL, 2011, p. 58).

Mas, é preciso considerar que atuar com abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, requer do profissional bem mais que conhecimento teórico, boa vontade e disposição para o trabalho. Segundo Furniss (1993, p.43) é preciso considerar também os seguintes fatores profissionais da motivação:

- a. A capacidade de lidar pessoalmente com as questões de abuso sexual e de encontrar apoio pessoal e profissional.
- b. Se somos capazes de manejar a situação, em termos pessoais, precisamos de conhecimento profissional e habilidades profissionais.
- c. Nenhuma capacidade pessoal de manejar a situação e nenhum conhecimento ou habilidade motivará os profissionais a ajudar as crianças que sofreram abuso sexual e suas famílias se não houver recursos, estruturas e ambientes para os serviços.

O contexto atual é desafiador e exige dos serviços e dos profissionais um constante repensar sobre suas ações. Torna-se urgente que esses serviços tenham profissionais suficientes conforme a demanda e capacitados para a intervenção e enfrentamento da problemática. Além de estrutura e condições adequadas para o exercício profissional.

Mas, mesmo com as condições adequadas, é preciso considerar que os profissionais que atuam com os casos de abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes são sujeitos a fracassarem. Furniss (1993, p. 43) diz que:

É necessário, no conhecimento da natureza interacional da motivação, que sejamos, como profissionais, responsáveis e bondosos conosco. Precisamos conhecer e observar os limites de nossas próprias capacidades de manejar a situação, e precisamos estar conscientes de nossas necessidades de apoio pessoal, profissional e entre agências.

O profissional precisa conhecer seus limites e saber o momento adequado de procurar ajuda, seja dentro do serviço ou mesmo em outras instituições. É preciso que haja um clima de apoio dentro da equipe de trabalho visando assim uma intervenção de qualidade.

Assim, é necessário o apoio interdisciplinar, que de acordo com Furniss (1993, p. 247) é uma “exigência básica e deve ser parte integral da intervenção global, pois a tarefa no abuso sexual da criança é maior do que a capacidade e responsabilidade que um profissional sozinho pode abarcar”.

Um outro aspecto imprescindível na atuação junto a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar é a paciência do profissional, no entanto, essa paciência não exime o profissional de realizar ações imediatas de acordo com a situação em questão. O que acontece é que em vários “casos que parecem exigir imediata resposta profissional, parecem exigir essa imediata resposta porque nós, como profissionais, induzimos a crise familiar ao agir prematuramente e caoticamente, em virtude de nossa própria crise na rede profissional” (FURNISS, 1993, p. 168).

Diante disso, é preciso que o profissional tenha além do conhecimento necessário, a habilidade para intervir de forma segura isenta de qualquer forma de revitimização. O comportamento profissional seja ele não-verbal ou não-intencional também pode “induzir na criança a consciência de que suspeitam do segredo de abuso sexual. Isso pode levar a uma revelação prematura e à negação e alegações inconsistentes” (FURNISS, 1993, p. 168).

Percebe-se que o abuso sexual de crianças e adolescentes é algo que não pode ser mais ignorado, mas, ofertar ações para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar exige uma atenção bem especial. Esse cuidado na oferta das ações é devido à complexidade que envolve essa manifestação da violência sexual.

É preciso um olhar aprofundado do profissional para que ele consiga perceber a real necessidade da vítima e conseqüentemente os melhores encaminhamentos. Todas as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar vão necessitar de um acompanhamento especializado na perspectivas de terem garantida a proteção social que tem direito. No entanto Furniss (2013, p. 137) destaca que nem todas precisam de terapia:

Todas as crianças que sofreram abuso sexual precisam de certo trabalho de proteção, mas nem todas precisam de terapia. Todas as crianças que sofreram abuso sexual estão confusas, até certo ponto, em relação à sua experiência, como um resultado do segredo. Elas precisam de licença explícita e encorajamento para falar sobre sua experiência sexual e precisam de certo trabalho que ajude a evitar a continuação do abuso. Todas as crianças que sofreram abuso sexual precisam de algum alívio de sua confusão e todas elas precisam de um trabalho de prevenção. Mas nem todas as crianças que sofreram abuso sexual ficam psicologicamente perturbadas a um ponto em que é necessário a terapia.

Dessa forma, além das dificuldades próprias de se trabalhar o fenômeno da violência sexual, existem as especificidades que envolvem o trabalho com criança e adolescente vítima de abuso sexual intrafamiliar.

Visando aprofundar o conhecimento sobre essa temática, no capítulo seguinte será apresentado alguns aspectos do atendimento dos CREAS de Teresina ofertado a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

## 5 O ATENDIMENTO PELOS PROFISSIONAIS DOS CREAS À CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

O presente capítulo trata do atendimento profissional ofertado a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar nos CREAS de Teresina-PI. Inicialmente o capítulo descreve a caracterização dos participantes do estudo, em seguida apresenta as narrativas dos profissionais dos CREAS sobre: reflexo da violência na vida das crianças e adolescentes; relação de poder existente no âmbito familiar; operacionalização do atendimento e por fim os elementos dificultadores e facilitadores no trabalho.

### 5.1 Caracterização dos Participantes

O presente tópico tem o propósito de apresentar a caracterização dos profissionais que atuam nos CREAS de Teresina. Quanto aos dados socioeconômicos no Quadro 03 mostra a identificação dos participantes do estudo segundo a idade, a cor, religião, sexo, orientação sexual, estado civil e renda familiar *per capita*.

**Quadro 03:** Identificação dos Participantes Segundo Dados Socioeconômicos

PARTICIPANTES (FLORES)	IDADE (ANOS)	COR	RELIGIÃO	SEXO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	ESTADO CIVIL	RENDA FAMILIAR R\$
Angélica	32	Parda	Católica	F	Heterossexual	Casada	17.000,00
Margarida	56	Negra	Católica	F	Heterossexual	Casada	16.000,00
Aurora	30	Branca	Espírita	F	Heterossexual	Solteira	6.500,00
Rosa	34	Parda	Espírita	F	Heterossexual	Casada	2.500,00
Cravo	44	Negro	Católico	M	Heterossexual	Casado	Não informou
Azaleia	46	Parda	Católica	F	Heterossexual	Casada	Não informou
Violeta	41	Branca	Católica	F	Heterossexual	Casada	4.000,00

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com dados colhidos nas entrevistas.

Legenda: F – Feminino M – Masculino Salário Mínimo em 2018 – R\$ 954,00

Participaram do estudo 07 (sete) profissionais com idades que variou de 30 (trinta) a 56 (cinquenta e seis) anos, sendo que 03 (três) deles se reconheceram como da cor parda, 02 (dois) da cor branca e apenas 01 (um) negro. Com relação a religião 05 (cinco) profissionais eram católicos e 02 (dois) espíritas.

Dos 07 (sete) entrevistados apenas 01 (um) é do sexo masculino, predominando assim profissionais do sexo feminino. Todos se reconheceram heterossexuais, 06 (seis) são casados tendo apenas 01 (um) profissional solteiro. Com relação a renda familiar *per capita* ela varia de R\$ 2.500,00 a R\$17.000,00, sendo que 02 (dois) dos entrevistados não informaram a renda. Na época de coleta de dados o Salário Mínimo era de R\$ 954,00.

O Quadro 04 apresenta o perfil profissional dos participantes, considerando: a graduação, a pós-graduação, os cursos na área de abuso sexual intrafamiliar, o tempo de trabalho no CREAS, e as outras experiências profissionais com interface na violência sexual contra crianças e adolescentes.

**Quadro 04:** Qualificação Profissional dos Participantes do Estudo

FLORES	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	CURSOS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL	ATUAÇÃO NO CREAS EM ANOS	EXPERIÊNCIAS COM VIOLÊNCIA SEXUAL
Angélica	Psicologia	S - Especialização em Psicologia Organizacional e Saúde Mental	Sim	04	Não
Margarida	Serviço Social	S – Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes; Especialização em RH	Sim	08	Sim
Aurora	Psicologia	S – Mestrado em Comunicação Social; Especialização em Psicologia Jurídica; cursando Especialização em Psicoterapias Corporais	Não	07	Não
Rosa	Psicologia	S – Especialização em Saúde da Família e Comunidade/ Direitos Humanos e Cidadania	Não	04	Não
Cravo	Direito	Não	Não	03	Não
Azaleia	Serviço Social	Não	Sim	06	Sim
Violeta	Serviço Social	Sim – Não informou a pós realizada.	Não	06	Não

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com dados colhidos nas entrevistas.

Dos profissionais participantes do estudo, tem-se: 03 (três) Psicólogos, 03 (três) Assistentes Sociais e 01 (um) bacharel em Direito. Destes, 05 (cinco) possuem pós graduação e 02 (dois) não possuem nenhum tipo de pós graduação. Quando o fator analisado é a realização de cursos na área específica do abuso sexual intrafamiliar, verifica-se que 03 (três) possuem curso na área em questão e 04 (quatro) não realizaram até o momento da entrevista nenhuma formação específica para a área em que atuam.

Com relação ao tempo de trabalho no CREAS, esse período variou de 03 (três) a 08 (oito) anos de atuação no serviço. Vale ressaltar que os participantes atuam neste período mencionado nos CREAS de Teresina.

Quanto a vivência de outras experiências profissionais com interface na violência sexual contra crianças e adolescentes, 05 (cinco) entraram no CREAS e iniciaram a atuação junto a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar sem nenhuma vivência anterior nessa área específica. Apenas 02 (dois) participantes tiveram experiências anteriores, atuando diretamente em outros serviços com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Após essa caracterização inicial dos participantes do estudo, tem-se a seguir a apresentação do atendimento profissional a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar nos CREAS de Teresina-PI.

## **5.2 Narrativas dos Profissionais dos CREAS sobre o Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar**

Os profissionais que participaram do estudo foram bastante solícitos no processo de produção dos dados, apresentaram suas vivências do atendimento nos CREAS às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Expuseram de forma bem tranquila suas percepções, mostrando-se sensíveis e receptivos durante todo o processo de coleta dos dados.

Foi estabelecido um vínculo de confiança entre a pesquisadora e os participantes, feita de forma clara a apresentação dos objetivos da pesquisa, os participantes receberam de maneira bem respeitosa a proposta do estudo. A postura dos profissionais durante as entrevistas variavam um pouco, tinham aqueles que permaneciam tranquilo durante toda a entrevista, mas em alguns era nítido a emoção nas falas quando relembavam casos atendidos na trajetória profissional.

As emoções que transpareciam durante as entrevistas variavam de acordo com a personalidade de cada profissional, mas não prejudicaram em nada as narrativas de suas vivências, no geral mostraram segurança na exposição do trabalho desenvolvido. As entrevistas reafirmaram que a temática em questão é bem delicada e complexa como já sinalizaram os teóricos destacados nos capítulos anteriores.

No decorrer da realização das entrevistas, como determina o método adotado no estudo, emergiram as seguintes categorias de análises: reflexo da violência na vida das crianças e adolescentes; relações de poder no âmbito familiar; operacionalização do atendimento profissional e elementos dificultadores e facilitadores no trabalho. As categorias foram analisadas a luz do referencial teórico utilizado no presente estudo.

### **5.2.1 Reflexo da Violência na Vida das Crianças e Adolescentes**

A partir dos relatos sobre o atendimento profissional a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar, surgiu a categoria “**reflexo da violência na vida das crianças e adolescentes**”. Os estudos já apresentados afirmam que a violência sexual provoca várias consequências na vida de crianças e adolescentes vítimas de tal abuso.

Quando essa violência é manifestada na forma de abuso sexual intrafamiliar a situação fica bem mais delicada, uma vez que a família é considerada socialmente uma instituição que tem o papel de cuidar e proteger crianças e adolescentes. Essas funções foram construídas ao longo dos anos e adquiriram especificidades dentro da formação socioeconômica, em destaque na sociedade capitalista. Sendo a família “um espaço de reprodução da hierarquia, da autoridade, da dominação pela idade e sexo; logo, espaço de conflitos e relações de forças” (TEIXEIRA, 2016, p. 32).

A ocorrência da violência dentro da família vai ocasionar consequências diversas na vida de crianças e adolescentes vítimas, trazendo reflexos também os demais membros da família<sup>11</sup>. Comprova-se isso na fala a seguir:

Quando esse abuso é intrafamiliar gera um desconforto dentro da família. Muitas vezes a família não acredita, então a adolescente ou criança, além de ter que lidar com essa situação que passou ela ainda tem que está mostrando, afirmando para que as pessoas possam acreditar. Chega

---

<sup>11</sup> Considerando família na perspectiva de Skymanski (2002, p. 9) como já apresentado anteriormente neste estudo.

situações em que ela mesmo nem acredita. As vezes por tanto ser desacreditada, e muitas vezes quando ela é acreditada, querendo ou não causa toda uma desintegração dentro da família (ANGÉLICA).

Todo esse desconforto que é ocasionado no ambiente familiar leva a criança ou o adolescente muitas vezes sentirem-se culpadas. O desconforto é ocasionado quando as funções sociais estabelecidas as famílias é abalada, deixando de ser um espaço de proteção para tornar-se um espaço de reprodução da violência. No entanto essa culpa como diz Furniss (1993) é causada por uma ideia equivocada de responsabilidade, isso algumas vezes é originado das ameaças do próprio abusador.

O fato do abuso acontecer no âmbito familiar, onde muitas vezes há uma relação de afetividade entre a vítima e o agressor, ou mesmo a existência de uma relação de poder e autoridade que os adultos (pais e responsáveis) exercem sobre a criança e o adolescente, contribui para a permanência de um pacto de silêncio. Com a revelação do abuso a família na sua totalidade sofrerá reflexos da violência, como percebe-se na fala da Angélica ao destacar um “desconforto familiar”.

No entanto, é preciso ter cuidado para não culpabilizar a família pela ocorrência do abuso, mesmo considerando que o agressor pertença a essa família. Quando Angélica diz que “querendo ou não causa toda uma desintegração dentro da família” faz-se necessário refletir sobre o que entende-se por “desintegração familiar”, uma vez que pode remeter a ideia da existência de um modelo integrado de família o que leva a crença de um padrão familiar.

Deve-se considerar a ampliação das funções da família e as formas de organizações das mesmas, como destaca Teixeira (2016) ao considerar uma variedade de tipos de organização familiar convivendo na mesma época e local. Fatores que refletirão na forma de convivência com o fenômeno da violência no contexto familiar.

Em muitas situações as consequências do abuso acompanharão as vítimas por toda a vida, mas esse impacto na vida delas também vai estar relacionado a frequência em que o abuso sexual acontece na vida das crianças e adolescentes. É o que diz Azaleia:

Em muitos casos a vítima leva para vida toda as sequelas e os sofrimentos que um abuso traz na infância, um abuso sexual principalmente intrafamiliar. Ela não entende porque um pai que é para cuidar a submete a essa situação, a criança não tem noção de que aquilo é um abuso, ela confunde com um carinho, com um afeto. Em alguns casos, ou assistindo na TV, alguma



formação ou mesmo na escola é que ela vai associar que aquilo não é certo, que aquele afeto não é daquela forma, que aquilo é uma violência (AZALEIA).

A fala da Azaleia mostra que em muitos casos, quando a violência ocorre com crianças elas não sabem identificar que de fato estão sendo abusadas. Mesmo não sabendo identificar, Amaro (2014) afirma que esse abuso pode ser manifestado nas crianças e adolescente de diversas formas. É o que destaca Aurora:

Com relação as relações sociais da criança uma das primeiras coisas que a gente observa são as possíveis consequências e impactos desse abuso para criança. Inclusive com relação as consequências do abuso a gente já pode observar se o abuso é frequente ou não, se é que aconteceu. Quando o abuso é frequente a criança fica hipersexualizada, ela apresenta comportamentos que são bem específicos, e aí dá para observar (AURORA).

As consequências do abuso sexual intrafamiliar podem se manifestar como afirma Jaeger (2004): a curto ou a longo prazo. Essa manifestação também tem relação direta com outros aspectos como: a frequência do abuso, a forma que a vítima é acolhida na família e também nos serviços que atendem essas vítimas, dentre outros elementos. Rosa na sua fala manifesta preocupação para a frequência do abuso e também relaciona a idade da vítima, ao dizer que:

Com crianças eu vejo as vezes como uma fase que a criança não vai ter muitas lembranças, se for uma específica, pontual, eu fico mais tranquila de que aquilo não vai afetar tanto a vida dessa criança. Se foi percebido logo, um toque e a criança contou, nessa situação a criança se sente acolhida. “Tem alguém me protegendo, tirou aquele agressor do meu convívio, eu não tenho mais contato com ele, eu me sinto protegida” e aquilo a criança dependendo da idade talvez no futuro nem lembre. Mas, quando são crianças mais velhas, e ocorre um abuso prolongado aí é bem complicado (ROSA).

Essa preocupação da Rosa é condizente com o pensamento de Furniss (1993), o autor considera que as consequências psicológicas da violência variam conforme alguns aspectos como: a idade da vítima quando o abuso se inicia, a duração do abuso, o grau de violência, dentre outros aspectos.

Um aspecto que foi bem recorrente nas falas das participantes refere-se as consequências do abuso na vida das adolescentes. No tocante as adolescentes a vivência da exploração sexual aparece como um fator recorrente na vida dessas meninas que vivenciam o abuso sexual intrafamiliar. É o que demonstraram as narrativas:

Percebe-se muito na fala dessas adolescentes que elas deixam de ser elas e passam a ser o que aconteceu com elas, muitas vezes se sentindo culpadas. É o que a gente muito vê, muitas delas acabam entrando em situação de exploração porque já não valorizam mais o corpo, porque tem raiva da situação que aconteceu e acabam tendo raiva de si, porque muitas vezes se culpa do que aconteceu (ANGÉLICA).

Na minha experiência, a maioria dos casos que a gente acompanha de relação de violência intrafamiliar sexual, pela quantidade de casos que a gente acompanhou de crianças e adolescentes que estavam na exploração tinham como consequência o abuso sexual, a relação incestogênica. Há várias sequelas para criança e para o adolescente, mas a adolescente que estava em uma situação de exploração sexual que passou por uma situação de violência sexual na infância, seja intra ou extrafamiliar, o que levavam ela a essa situação da vivência da exploração sexual tinha haver com abuso sexual pelo genitor, pelo padrasto, pelo tio, ou pelo irmão, avô. A maioria das adolescentes que passam por um processo de abuso sexual costumam fugir de casa e aí são presas fáceis para aliciadores (AZALEIA).

Essa ligação do abuso sexual com a exploração sexual apresentada nas falas de Angélica e Azaleia só reafirmam o que já foi dito anteriormente com Silva (2011, p. 79). O autor divide a violência sexual em abuso e exploração sexual, mas afirma que embora sejam distintos os conceitos, os dois tipos de violência estão inter-relacionados e formam um “verdadeiro ciclo de deterioração humana”.

Dando sequências as discussões das categorias identificadas no presente estudo, a seguir será abordada as relações de poder no âmbito familiar.

### 5.2.2 Relações de Poder no Âmbito Familiar

Outro aspecto percebido nas narrativas foi a relação de poder que envolve o abuso sexual intrafamiliar, fazendo emergir como categoria de análise as “**relações de poder no âmbito familiar**”. Para compreender esse fenômeno do abuso sexual intrafamiliar é preciso considerar as relações de poder que se perpetuam nas famílias. Existe uma hierarquia entre o adulto e a criança, onde é papel do adulto a transmissão de valores e padrões culturais existentes na sociedade.

Nesse contexto, o abuso sexual de meninas e adolescentes é considerado por Saffioti (2007, p. 18) um “componente importante na socialização da mulher para submeter-se ao poder do macho”. O que não exclui o abuso de meninos, mas nos CREAS na maioria dos casos de abuso sexual intrafamiliar as meninas são as vítimas, como mostram os dados da Tabela 03:

**Tabela 03:** Casos de Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes atendidos nos CREAS no ano de 2016 e 2017

ANO	CASOS		GÊNERO MASCULINO		GÊNERO FEMININO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2016	110	35,0	19	17,3	91	82,7
2017	167	42,4	27	16,2	140	83,8

Fontes: Dados do RMA da SEMTCAS (2016) / SEMCASPI (2017)

Essa demanda também é expressa nas falas das participantes, como observa-se a seguir:

A incidência maior dos casos que eu acompanhei foi de meninas pequenas, crianças, adolescentes tem muitas também. A maioria dos que conheci, dos que acompanhei com convivência da mãe por vários motivos: desde a dependência econômica ou emocional afetiva. Sempre os que acompanhei além dessa dependência, via também por parte da mãe a culpabilização por parte da adolescente. Quando é criança não, mas quando é adolescente a culpa recai na adolescente ao invés do companheiro ou do marido. O motivo as vezes até de ciúmes, questão de cultura, da maneira como a adolescente se veste como ela anda, vi muito isso (MARGARIDA).

Mas, a fala da Margarida não externa apenas o fato de que nos CREAS a maioria das vítimas de abuso sexual intrafamiliar são meninas, ela levanta um outro elemento referente a essa relação de poder. E que de acordo com Vieira (2012) tem-se na cultura machista a motivação para a reprodução dessas relações de poder que tem como base a dominação do adulto sobre a criança e adolescente ou do homem sobre a mulher.

A reprodução dessa cultura e das relações de poder, causa a dependência existente entre a mãe e o abusador. Verifica-se essa dependência também na narrativa de Azaleia:

Para trabalhar principalmente com crianças e adolescente vítimas de violência sexual intrafamiliar, é importante que a gente tenha essa compreensão de como se constrói o papel da mulher. Não só da mulher, mas a formação mesmo dos papéis que cada um tem dentro do contexto familiar. Aí entra a questão do machismo, adulto centrismo, que constrói a criança como objeto principalmente na exploração sexual, a criança ou adolescente como objeto e não como um sujeito de direito que tem que ser respeitado em todo seu desenvolvimento biopsicossocial. Nessa relação tem os aspectos culturais, a forma como as pessoas são educadas e socializadas, a mãe as vezes é conivente, na maioria dos casos é uma submissão, relação de dependência afetiva, não só econômica e uma troca constante de parceiros. Nessa dependência a mulher acha que não vai conseguir se manter e mesmo não acreditar na fala da criança e do adolescente, isso traz consequências seríssimas (AZALEIA).

Como bem destaca Azaleia, a dependência não é apenas econômica mas também emocional. Sendo assim, vários são os fatores que levam essa mãe a não denunciar ou mesmo a ser conivente com o abuso. Sobre isso Angélica e Aurora dizem que:

Muitas vezes digamos quando é o pai, quando é o padrasto figura que nutre aquela família, então as vezes é difícil para mãe que não tem uma renda sair levar os filhos. Muitas vezes essa mãe tem uma dependência emocional por exemplo quando é no caso pai ou padrasto, ou um filho, quando é um primo também é muito difícil porque causa uma desintegração não só naquela família que mora na mesma casa como em toda a família extensa, então a gente trabalha nesse sentido de ressignificação (ANGÉLICA).

Mas, as vezes acontece situações que ela não acredita na filha, que fica com o padrasto e manda a filha embora, ou então fica na situação e o caso só chega ao CREAS por denúncia externa. Tem várias situações inclusive patológicas que acontecem com determinada frequência, no caso a mãe saber que a filha é abusada e continuar porque acredita que assim aquele companheiro vai estar com ela (AURORA).

Tem muita demanda latente, familiares que não revelam, porque é uma mudança familiar, muda tudo, principalmente no caso se for um pai, um padrasto, ter que tirar o agressor da casa, da residência, como essa família vai se manter, geralmente são mulheres que dependem desse provedor. Famílias que tem muitos filhos e é bem difícil e a gente tem que lidar com essas situações (ROSA).

Nas falas de Angélica e Aurora fica nítido que a dependência seja qual for a natureza da mesma, leva a mãe a ter vários comportamentos diante do conhecimento do abuso sofrido por sua filha seja criança ou adolescente.

Aurora define algumas situações até como patológicas, havendo assim a necessidade algumas vezes de um tratamento de saúde mental. De acordo com Furniss (1993, p. 26) “as mães que reconhecem o abuso, mas não acreditam, não serão capazes de proteger. São igualmente necessários um trabalho de proteção e terapia”.

Essa situação é bem delicada e requer do profissional além do conhecimento teórico a habilidade para conduzir esses atendimentos. Uma das participantes foi bem específica ao relatar o sofrimento de uma dessas mães que não fizeram a denúncia e acabaram sendo conivente com o abuso. Ela disse:

Recentemente eu estava com o caso de uma menina que sofreu violência sexual pelo pai dos 10 anos aos 14 anos, quando enfim foi revelado a mãe optou, não sei se a gente pode chamar assim de opção, em continuar com o pai e de desacreditar no que a filha estava colocando. Hoje com 17 anos, a menina tá assim totalmente perdida, vive na casa das tias, vai pra casa da

mãe, tá envolvida com drogas e exploração sexual. E no dia em que eu tive contato com a mãe, eu conversei com ela e pude perceber que a pessoa que mais estava sofrendo, das que eu conversei, fui fazer visita e conversei com algumas tias, não conversei com o pai no caso, mas conversei com a tia, conversei com a irmã. Mas eu percebi que das pessoas que vieram, a que trazia mais sofrimento era a mãe, por ela não se entender, “o porquê de eu não conseguir, porque de eu ter feito essa opção”, “eu sou doente, eu sou um monstro” ela usou essas palavras (ANGÉLICA).

Situações como a apresentada por Angélica são comuns entre os profissionais que atuam no CREAS, mas não significa que por isso sejam fáceis de intervir. Ao contrário, além da complexidade que envolve o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar existem outros elementos que são apontados como dificultadores do trabalho profissional como mostra o tópico seguinte.

### **5.2.3 Operacionalização do Atendimento Profissional**

Sobre a categoria “**operacionalização do atendimento profissional**”, os profissionais falaram como realizam o atendimento nos CREAS a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Apresentaram como recebem os casos, de que forma acontece o atendimento e quais as modalidades de atendimento disponibilizadas. Destacaram também especificidades desse atendimento, deixando claro qual o foco que dão aos mesmos.

O atendimento do CREAS inicia com o momento da acolhida, é preciso que essa acolhida ocorra de forma humanizada e que a família sinta-se segura dentro do espaço institucional, como estabelece as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p.59): “esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança, lançando as bases para a construção conjunta do Plano de Acompanhamento”. Acarretando assim, em um certo fluxo na operacionalização do atendimento, como observa-se na fala a seguir:

A situação de violência chega através de algum encaminhamento ou de uma demanda espontânea, esse encaminhamento essa demanda espontânea gera um caso que é distribuído entre os profissionais (agora funcionando como dupla o assistente social e o psicólogo). Então é feito um estudo desse caso com a dupla e começa a ver o que vai necessitar a partir dali, se vai ser um atendimento, se vai ser uma visita e daí começa os encaminhamentos, os atendimentos, o que for preciso fazer. O CREAS tem como objetivo fazer com que aquela família supere a violação. No final é feito um relatório, ou um comunicado quando percebemos que dentro do CREAS, das atividades desenvolvidas no CREAS já se esgotou. É feito o comunicado ao órgão que

encaminhou ao CREAS, fazemos a contrarreferência mesmo, mandamos de volta algo dizendo como foi o acompanhamento (ANGÉLICA).

Diante da fala de Angélica fica nítido que mesmo não sendo mencionado a existência de um fluxo interno de atuação nos CREAS, os profissionais operacionalizam o atendimento do PAEFI seguindo um caminho estabelecido pelas Orientações Técnicas (BRASIL, 2011) para o trabalho social. Seguem também as orientações que constam na Regulação de Teresina (SEMTCAS, 2012).

O trabalho social ofertado pelo PAEFI nos CREAS para as situações de abuso sexual intrafamiliar deve começar com a família, esse contato inicial no momento de escuta é fundamental para a construção de vínculos entre profissional e família. É o que mostra as falas a seguir:

O primeiro passo do meu modo de operar, é o atendimento da família, ver o que essa família me traz, tanto de estrutura familiar quanto para relatar o que realmente aconteceu. Na maioria das vezes, vem uma mãe ou uma avó bastante abalada com a situação, sentindo-se culpada por não ter observado e protegido a filha, muitos dos casos aconteceram com um padrasto, outros casos é um avô, ou um tio, mas a grande maioria padrastos, até pais. Posteriormente então seria os atendimentos com as crianças e/ou adolescentes. E com os familiares tentar criar essa rede de apoio, fazer o familiar perceber que não é culpa dessa pessoa, por mais que tenha sido negligente e tal (ROSA).

O primeiro atendimento eu faço com a mãe/responsável geralmente vem com a adolescente ou a criança e a partir daí desse primeiro contato é que a gente vai percebendo as necessidades que aquela família tem. Quais são as necessidades sociais, quais são as necessidades emocionais, nessa família que vem geralmente as mães a gente percebe que vem bastante abalada, seja por conta do abuso e das outras necessidades (ANGÉLICA).

Esse momento também é importante para que o profissional conheça o contexto familiar em que as vítimas estão inseridas, se o abusador permanece em casa, porque essa dinâmica familiar vai interferir no contexto de ressignificação da violência. Constata-se isso na fala seguinte:

Primeiro de tudo temos que observar se o abusador ainda está em casa, porque por incrível que pareça tem situações que mesmo indo para o atendimento o abusador ainda está em casa, se não na casa mas está na convivência com a criança. E aí trabalhamos no sentido de ver qual é o tipo de vínculo que essa criança tem com o abusador, as vezes é um vínculo mais próximo por ser um pai, um padrasto, um irmão, um primo. As vezes não é vínculo muito próximo, é um vizinho, nesses casos também pode ser considerado abuso intrafamiliar, nesses casos é mais fácil trabalhar porque não tem tanta ambiguidade (AURORA).

As Orientações Técnicas definem que o acompanhamento especializado se desenvolve conforme as especificidades de cada situação, podendo ocorrer: atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientações jurídico-social; visitas domiciliares dentre outras formas (BRASIL, 2011). Esse plano de acompanhamento da família deve ser estabelecido pelos profissionais juntamente com as famílias e as atividades desenvolvidas registradas no Prontuário SUAS. De acordo com as Orientações Técnicas (BRASI, 2011, p. 69) no Prontuário podem ser registrados:

Dados socioeconômicos e o histórico das famílias; os eventos decorrentes dos riscos pessoais e sociais, por violação de direitos; o acesso a programas, benefícios e serviços; as informações sobre a evolução do acompanhamento familiar; os encaminhamentos realizados e aspectos do acompanhamento dos encaminhamentos; o desligamento das famílias/indivíduos. As informações registradas no prontuário podem ser coletadas nas visitas domiciliares, nos atendimentos de caso; dentre outros momentos.

Consta nas Orientações Técnicas que o Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar deve ser construído gradativamente e de forma participativa. Ele serve como um instrumento de organização da atuação interdisciplinar no CREAS, estabelecendo metodologicamente o caminho a ser trilhado pelos profissionais. Funcionando assim, como instrumento de monitoramento e avaliação do trabalho social desenvolvido pelo PAEFI (BRASI, 2011).

No entanto, percebeu-se no estudo realizado que, não há um olhar aprofundado por parte dos profissionais no que se refere a construção desse Plano de Acompanhamento. Existe uma preocupação na realização de uma análise ou mesmo um estudo de caso, permitindo assim conhecer melhor a situação apresentada. Após a realização desse estudo dá-se ao início do Plano como destaca Margarida:

Atualmente fazemos um estudo, uma análise do caso, para identificar além da violência sexual quais são as outras demandas da família. Posterior a esse estudo começamos a fazer um plano de intervenção. Isso é uma coisa muito rápida, também não é aquele plano muito elaborado não, até porque como são muitos casos, temos uma média muito grande de casos não dá para fazer um estudo assim de muito tempo. Fazemos um plano de intervenção e começamos a agir (MARGARIDA).

Percebe-se que há um Plano de Intervenção, mas como aponta Margarida, ele não é elaborado de forma aprofundada, justificando tal prática ao número de demanda

que os técnicos tem dentro do CREAS. A ausência de um planejamento mais elaborado pode impactar no próprio desenvolvimento das ações a serem realizadas com as famílias. Sentiu-se falta também da referência ao Prontuário SUAS como um instrumento de registro das informações de cada caso acompanhado.

Seguindo essa lógica constatou-se junto aos profissionais entrevistados que nos CREAS o acompanhamento realizado no PAEFI contempla minimamente as diversas formas definidas pelas normativas legais. Como observa-se nas falas seguintes:

No meu atendimento com elas seja grupal ou seja individual não foco a violência exatamente para que a gente já comece a sair dessa percepção de que eu deixo de ser eu e passo a ser a pessoa que sofreu aquela violência e pronto. Então nesses encontros individuais ou coletivos nós trabalhamos vários temas que contribuam para essa ressignificação, como por exemplo o autoconhecimento, a autoestima, projeto de vidas, as relações, tudo que tenha a interface com isso que aconteceu na vida delas (ANGÉLICA).

O foco do CREAS é dar o suporte, são pessoas que passaram pela situação de violência grave, a família toda se afeta também, eu acho que pela demanda o ideal seria o trabalho em grupo, tanto com crianças e adolescentes. E aí vamos no decorrer do tempo e dos grupos desenvolvendo técnicas, vamos vendo o que dá certo e o que não dá. Mas eu acho também interessante o acompanhamento individual e familiar, o ideal seria grupos de crianças, grupo de adolescentes, grupo com familiares e esporadicamente ou quando visse a necessidade algum acompanhamento individual (ROSA)

Embora apareça nas falas dos profissionais o desenvolvimento de atividades individuais e em grupos, faz-se necessário destacar que prevalece no PAEFI a realização de atendimentos individuais, sendo pouco os relatos de realizações de grupo de forma sistemática e de caráter continuado. Isso ficou claro na fala de Rosa, quando ela aponta que o “ideal seria o trabalho em grupo”. Mesmo havendo o reconhecimento dos profissionais da relevância e necessidade de atividades grupais, na realidade os profissionais encontram dificuldades de operacionalizarem esses momentos grupais, ficando assim muitas vezes restritos a atendimentos individualizados.

Outros elementos a serem considerados relevantes no andamento acompanhamento profissional são as relações e os vínculos estabelecidos no ambiente familiar. Observa-se que:

Não podemos, no caso da criança que foi abusada pelo pai, excluir o papel do pai da vida dela, tem que fazer o trabalho no sentido de esclarecer, dentro da linguagem que é plausível para criança, o que aconteceu, esclarecer os



limites, as questões de certo e errado que algumas crianças ainda tem. Porque até pela própria inocência algumas delas não sabem que aquilo ali é errado, tratam com tanta ingenuidade que a questão do prazer não foi nem recriminada ainda, pois quando ela vai percebendo socialmente que aquilo ali é errado é que vem de fato a violência. Mas até então quando não é um contato sexual desprazeroso a criança até gosta, sente falta e acaba no caso aprendendo que, principalmente se não for trabalhado, ela aprende que a forma de se relacionar e de obter afeto das pessoas é sexualmente. Que ela não vai conseguir afeto se não for através do corpo dela, de questões sexuais, atos sexuais. E isso é um dos principais ganchos que temos que trabalhar, ensinar a essa criança que existem formas diferenciadas de demonstrar afeto, existem situações próprias para cada idade e para cada papel social e claro de acordo com a idade que ela vai apresentar (AURORA).

É preciso que o profissional esteja atento a dinâmica familiar de cada caso atendido, que entenda que mesmo sofrendo o abuso sexual a criança ou o adolescente em algumas situações vai continuar tendo o afeto socialmente construído pelo agressor. Como diz Furniss (1993, p. 31):

A maioria das crianças que sofreram abuso sexual não quer perder seus pais pela prisão ou divórcio. Elas querem muito um pai, mas um pai que não abuse. Uma abordagem punitiva primária em relação as pessoas que abusam é portanto fator externo para que as crianças mantenham segredo e não revelem.

E desconsiderar isso ou adotar uma postura preconceituosa ou punitiva vai refletir negativamente no atendimento ofertado. Azaleia chama a atenção para alguns aspectos:

O profissional que atende no CREAS ou diretamente com esse segmento precisa entender esses aspectos, de como essa violência está configurada e todo aspecto que envolve a relação familiar. E trazendo para questão da violência intrafamiliar, é importante o profissional ter esse conhecimento desses vários arranjos de família. É importante ter essa compreensão, buscando todas as teorias sobre família, desde a sociológica, a fenomenológica, marxista, as várias teorias. Mas lembrando como é essa família, como ela se caracteriza, como são os aspectos socializadores dessa família, culturais. A relação dessa criança, desse adolescente dentro desse contexto familiar, lembrando que principalmente na violência doméstica incestuosa temos que ter consciência, nós profissionais que atendemos diretamente, ter a compreensão das questões culturais, das questões que envolvem uma relação de poder, uma relação desigual de papéis da mulher, de cada membro da família, essa relação de gênero que se constrói (AZALEIA).

Diante da fala da Azaleia compreende-se que é necessário refletir sobre as questões culturais que perpassam as relações familiares, desenvolvendo muitas vezes uma cultura machista, definindo papéis dentro de uma relação de poder e um

recorte de gênero. O profissional que atua no CREAS diretamente com o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, deve ampliar seu conhecimento, buscar aprofundar sua compreensão teórica e encontrar estratégias de melhor desenvolvimento do seu trabalho.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais no PAEFI deve ser capaz de atingir os objetivos que são estabelecidos pela Tipificação (BRASIL, 2009), assim,

O atendimento a vítima de violência sexual tem como foco principal levar essa vítima a ressignificar a própria existência, a própria violência sofrida. Esse atendimento tem o objetivo de possibilitar essa vítima ressignificar essa violência, essa vivência dela. Visa também orientar a família e acompanhar essa família para que ela crie estratégias de prevenir tanto a reincidência como também romper com o elementos que estão levando a essa violação. Romper tanto a cultura dessa violência como também romper os elementos que levam essa violência como por exemplo: comportamento das pessoas, a maneira como as pessoas veem a violência, o machismo, o feminismo também. Tem como objetivo levar a família a refletir isso e a romper essa cultura (MARGARIDA).

Na fala da Margarida há uma preocupação de um atendimento voltado para a ressignificação da violência sofrida pelas crianças e adolescentes. Isso mostra que os profissionais no CREAS procuram atuar conforme o que preceitua a Tipificação do Serviços Socioassistenciais. Ao guiar seu atendimento a ressignificação da violência sofrida, eles atuam conforme os objetivos estabelecidos pela Tipificação, aqui destaca-se o que visa “contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos” (BRASIL, 2009, p.20).

No que se refere a Tipificação seguindo o que preceitua a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ela regula que o PAEFI deve voltar o atendimento não apenas para a vítima de violência, mas para toda a família (BRASIL, 2009).

Nessa direção, os participantes destacam a necessidade de um atendimento que não foque apenas nas vítimas, mas que seja capaz de atender a família como um todo. No entanto, foi identificado que há especificidades no atendimento prestado a crianças e ao adolescente, como mostra as falas a seguir:

Para questão da criança temos que trabalhar de acordo com a linguagem dela e eu geralmente não sou muito objetiva quando vou atender criança vítima de abuso. Porque nem sempre aquela criança vai estar preparada para falar pelo menos verbalmente no que que diz respeito aquele abuso, ela se expressa em brincadeiras, mas são aspectos tão sutis que nem o psicólogo percebe as vezes, é uma forma dela extravasar a situação, mas, nem sempre é tangível. E aí é um posicionamento que eu adoto, até por observar

eticamente que não podemos vitimizar essa criança, forçando ela a falar se ela não está pronta, e já aconteceu inclusive durante o atendimento, uma sequência de atendimentos inteiros e ela não falar sobre o abuso. Mas assim, eu tento trabalhar outros aspectos que possam dar suporte a essa criança, no caso a criança não falou mas eu tento trabalhar a mãe, eu trabalho a questão psicoeducativa, do limite do próprio corpo do outro. E no caso de adolescente dá para ser um pouco mais objetivo até pela forma da linguagem o adolescente também diferente da criança, sempre sabe porque está lá, a criança nem sempre sabe. No caso de adolescente dá para trabalhar mais ou menos os mesmos temas da criança, questão social, autoimagem, adolescentes também tem temas relativos a sexualidade, a relacionamento com os pais, rendimento escolar (AURORA).

O atendimento com a criança é bem mais complicado, as vezes fica até difícil com a criança por conta da comunicação, que é uma comunicação mais lúdica, sabemos que no atendimento com a criança realmente precisamos de recursos e esses recursos são limitados. Com a criança utilizamos mais técnicas lúdicas, com a brincadeira é que conseguimos perceber como é que está o emocional daquela criança, realmente o que está significando essa situação, se aconteceu, se não aconteceu. Com a criança eu sinto um pouco mais de dificuldade por conta de saber diferenciar como é o atendimento do psicólogo com a criança no CREAS que não deve ser clínico e com a criança acabamos utilizando de técnicas que são da clínica. Não é que tenhamos que dividir não posso usar porque aqui não é clínica, não vou fazer clínica, tentamos diferenciar exatamente para não cair de fazer a clínica aqui dentro (ANGÉLICA).

Fica claro nas falas da Aurora e da Angélica que há especificidades no atendimento direcionado a criança e ao adolescente, isso é um aspecto perfeitamente explicado tendo em vista o grau de desenvolvimento correspondente a cada idade. Por existir essa diferenciação entre as idades é que o profissional precisa ter a habilidade necessária nos atendimentos disponibilizados para que de fato ocorra a comunicação entre profissional e vítima.

Mas, na fala da Angélica tem um fator que chama a atenção, quando ela diz que com a criança acaba fazendo uso de técnicas da clínica para que a comunicação aconteça. No entanto, ela deixa esclarecido que a clínica não deve ser feita no CREAS.

Essa reflexão da Angélica provoca alguns questionamentos: Está claro para os profissionais as técnicas que devem ser usadas para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar? Os CREAS discutem essa questão específica sobre a forma adequada de se realizar um atendimento profissional especializado? Considerando os objetivos do presente estudo, não tem-se a pretensão de responder aqui a esses questionamentos.

Um outro aspecto presente nas falas das participantes é o trabalho em equipe. As normativas legais definem que o trabalho em equipe de forma interdisciplinar deve ser a base de atuação do CREAS. No entanto verificou-se que há diferenciações na condução desse trabalho nos CREAS de Teresina.

As narrativas mostram que os CREAS vivenciaram momentos diferentes desde a sua implantação, o que é aceitável considerando que a realidade é dinâmica e mutável. Como mostra as falas seguintes:

No primeiro momento os casos eram acompanhados pela equipe (psicólogo e assistente social), depois houve uma mudança e cada um recebia um caso e ficava ali isoladamente atendendo, achei que isso não devia existir, não é um acompanhamento de um CREAS. Aí depois chamei uma psicóloga para acompanhar porque era uma relação que envolvia violência doméstica segundo o encaminhamento recebido. Outra questão, o serviço social fica um pouco alheio, é para fazermos parte dos grupos com adolescentes vítimas de violência sexual e não apenas o psicólogo, mas um trabalho articulado de equipe, colaborando na relação de atendimento com grupo familiar, porque o grupo familiar todo precisa ser cuidado e não só a vítima e todo o grupo familiar, é também um trabalho preventivo de reincidência da violência (AZALEIA).

Estou há 07 anos desde 2010 trabalhando no CREAS e desde sempre os casos de abuso e violação sexual eles são encaminhados preferencialmente para o psicólogo, não que o assistente social não possa intervir, mas acaba que para o atendimento continuado o psicólogo ele é encaminhado com mais frequência. Durante um período quando tinha mais técnicos dividia, técnicos tal fica com essa demanda, psicólogos mais com isso, aquela assistente social fica com situação de rua, outro com negligência. Mas atualmente como a questão dos recursos humanos estão mais reduzidos temos mesmo que trabalhar com tudo. Seria mais interessante claro que cada um meio que se especializasse em determinados setores, mesmo através de auto capacitação, para montar um atendimento, poderíamos nos especializar mais. Como estamos tendo que dá conta de uma demanda maior então isso não é possível (AURORA).

Quando iniciei a atividade no CREAS, meu trabalho acabou voltado especificamente para essas vítimas dentre todos os usuários do CREAS. Eu entrei como psicóloga, tinha essa deficiência, tinham 03 assistentes sociais que atendiam os outros usuários e eu recebia somente os casos de vítimas de abuso sexual tanto de crianças como adolescentes intrafamiliar ou extrafamiliar. Então meu início de atividade no CREAS foi somente voltado para essas vítimas (ROSA).

O indicado pela Tipificação seria o assistente social e o psicólogo trabalhando interdisciplinarmente em cada caso, mas na prática devido a super demanda não tem viabilidade, acaba que assistentes sociais e psicólogos trabalham individualmente e em alguns casos se pede a intervenção de outros nos casos que se identifica, aliás nas situações que se identifica necessário. E tanto aqui com no outro CREAS que trabalhei recebo muitos casos de abuso, tenho impressão que as assistentes sociais não recebem os casos de abuso é mais para os psicólogos mesmos. Até para dar os encaminhamentos sociais mesmos que o caso precisa (AURORA).

Os profissionais compreendem que o trabalho social com as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar nos CREAS deve ocorrer de forma articulada em equipe. Isso porque os casos que chegam demandam o olhar interdisciplinar diante da complexidade de cada caso. No entanto, observa-se que na prática, a dinâmica de atuação nos CREAS está condicionada a se adequar as condições dadas de cada momento.

Essa realidade que se apresenta é bem delicada, porque o serviço deve ser ofertado como é normatizado, e os técnicos devem exercer um trabalho interdisciplinar visando atender de forma especializada como se espera dos CREAS. Desenvolver parcerias, ou arranjos informais para resolver determinados casos não significa verdadeiramente que haja um trabalho em equipe. Para tanto exige-se bem mais que conversas e articulações durante o horário de trabalho.

Um outro fator que chama a atenção nas falas de Azaleia, Aurora e Rosa, é a associação feita ao dividir os casos, considerando que uma demanda é mais específica do psicólogo do que do assistente social. Isso não deve existir nos CREAS uma vez que todos os casos que chegam aos CREAS necessitam de um olhar interdisciplinar como estabelece as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011).

Como já dito anteriormente encontra-se nos CREAS, formas diferenciadas de atuação do trabalho em equipe. Sendo possível identificar que tem CREAS conseguindo trabalhar como prevê as normativas legais. É o que mostra Angélica e Margarida:

Em relação ao trabalho em conjunto eu acredito que ele é muito necessário e está a cada dia mais acontecendo aqui no CREAS. Porque como essa família vem com uma demanda social não só aquela demanda em si da violência, do abuso. Geralmente o abuso, dos casos que acompanhei aqui, é muito de uma dinâmica familiar, mas eu digo assim, essa família geralmente já vem com outras demandas sociais, com necessidades alimentares, com necessidades de moradia, com o uso e abuso de drogas, então assim, aí a necessidade de um trabalho em conjunto do Psicólogo com o Assistente Social. E esse trabalho aqui no CREAS está sendo cada vez mais realizado realmente em conjunto (ANGÉLICA).

Pela especificidade dessa demanda não podemos trabalhar isolado. O Assistente Social e o Psicólogo faz essa primeira escuta em dupla, cada um com seu olhar, posterior a esse primeiro atendimento, sentamos novamente para a partir das informações colhidas começar a intervenção. Cada caso vai ser uma estratégia. Aí o Assistente Social concomitante com o trabalho do Psicólogo vai também atendendo as demandas sociais, os encaminhamentos para rede de proteção, para os serviços públicos, para sociedade organizada. Como eu disse, cada caso ele tem uma estratégia diferente, em muitos casos vão coincidir porque nosso público é um público muito parecido. Posterior, feito esses encaminhamentos do social, depois que for feito todo o

atendimento, a dupla vai sentar novamente, e essa avaliação ela pode ocorrer não só no final, ela vai ocorrer durante todo o processo (MARGARIDA).

Foi perceptível nas falas de Angélica e Margarida a importância de um trabalho em equipe, como isso impacta positivamente e fortalece o profissional. Isso decorre da complexidade que envolve trabalhar o abuso sexual intrafamiliar, e da necessidade de somar conhecimentos para melhor intervir. Como deixa claro as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 54-55) quando aponta ser fundamental “considerar os distintos olhares e contribuições das diferentes áreas de formação”.

Mas, é preciso destacar que na fala da Margarida apareceu um elemento que causa estranheza, preocupa e certamente fragiliza a relação do trabalho em equipe. Ela diz: “No CREAS a gente trabalha com a parceria direta com o Psicólogo e assim uma parceria não muito ligada com o Assessor Jurídico quando tem, que nem sempre tem um Assessor Jurídico no CREAS”.

A fala da Margarida externa a fragilidade de um trabalho equipe, primeiro é necessário que o advogado sempre faça parte da composição da equipe como determina a NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2012). Mas acima de tudo, havendo a presença desse técnico no CREAS é preciso que ele trabalhe de forma integrada, pois esse trabalho de equipe interdisciplinar deve ser a base do trabalho dentro dos CREAS.

Após essa reflexão sobre a operacionalização do trabalho nos CREAS, dando continuidade à discussão das categorias desse estudo, a seguir apresenta-se os elementos dificultadores e facilitadores no trabalho.

#### **5.2.4 Elementos Dificultadores e Facilitadores no Trabalho**

Como já foi dito anteriormente nesse trabalho, a violência é um fenômeno social e seja qual for a sua forma de manifestação, ela carrega uma complexidade. Aqui o olhar é para o abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes, o que vai exigir do profissional todo um preparo para lidar com as especificidades dessa violência.

Compreender o abuso sexual intrafamiliar requer um aprofundamento teórico e um olhar voltado para a realidade onde ela ocorre, é preciso considerar aspectos histórico e culturais além das singularidades que envolvem o fenômeno. Tendo em vista que como diz Vieira (2015), a violência é socialmente construída.

Essa complexidade de trabalhar com esse fenômeno apareceu nas narrativas das participantes, emergiu então a categoria “**elementos dificultadores e facilitadores no trabalho**”. Dentre os aspectos dificultadores foram destacados:

- A complexidade de se trabalhar com o abuso sexual intrafamiliar;
- O controle dos sentimentos frente aos sofrimentos das vítimas e familiares;
- Não preparo profissional para atuar com o abuso sexual intrafamiliar;
- Ausência de capacitações específicas sobre a violência sexual por parte do município;
- Ausência de um trabalho em rede com as demais instituições que atuam no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Não entendimento de muitas instituições e da própria família do real papel do CREAS, requisitando relatórios para subsidiar inqueridos policiais ou processos judiciais ou atendimento clínico psicológico;
- Insuficiência de profissionais frente o constante aumento das demandas, além da não existência de equipes de referência por serviços ofertados nos CREAS;
- Estrutura algumas vezes precária e insuficiência de material para o trabalho.

Considerando os elementos dificultadores destacados, faz-se agora uma análise detalhada de cada item apontado pelos profissionais. Inicialmente destaca-se a complexidade encontrada em atuar com questões de abuso sexual intrafamiliar, como mostram as narrativas abaixo:

Eu acho que a maior dificuldade é a dificuldade da própria situação, principalmente quando a violência é intrafamiliar, porque essa família já vem em muito sofrimento e aí você tá lidando com a vida daquelas pessoas, para mim essa é a maior dificuldade. É saber como você pode ajudar realmente. As outras dificuldades só contribuem para as coisas ficarem mais difíceis (ANGÉLICA).

Com relação a dificuldade, a questão do abuso não é uma questão fácil de você trabalhar por muito tempo, acaba pensando, se a pessoa não souber separar o que acontece no CREAS, eu por exemplo saio daqui e não lembro de nada, não fico me lembrando de casos de prontuários, saio daqui acabou. Mas, tem perfis e perfis, tem gente que sai e fica em casa pensando, comovido. É um certo distanciamento que, não que você vai ser frio com a

peessoa no atendimento, mas você tem que saber diferenciar o que é seu e o que é dela (AURORA).

Nas falas de Angélica e Aurora reiteram que trabalhar com o abuso sexual intrafamiliar não é fácil, exige-se do profissional muito mais que conhecimento teórico, é preciso que ele tenha habilidade e preparo emocional para não envolver-se pessoalmente nas situações atendidas. De acordo com Vieira (2015, p. 169) “os/as profissionais necessitam desenvolver uma sensibilidade para apreenderem as nuances escamoteadas na complexidade da violência e assim buscar sua essência na perspectiva da integralidade do atendimento”.

Aqui entra em cena uma questão muito delicada, porque trata-se de profissionais que são seres humanos, tem sentimentos, possuem famílias e convivem em sociedade com várias manifestações da violência. Como diz Furniss (1993), o profissional deve conhecer e observar os limites de suas capacidades no manejo da situação, necessita também ter consciência de quando for preciso buscar o apoio pessoal e profissional de outras instituições. Verifica-se isso nas narrativas a seguir:

Dificuldade pessoal, de visualizar essas crianças e esses adolescentes até como pessoas da nossa família, do nosso meio, então criamos uma relação às vezes até próxima. Meus primeiros atendimentos eu tive muito isso, de muita proximidade, coisas que até atrapalham o próprio acompanhamento. Depois é que você começa a se distanciar mesmo dos casos (ROSA).

Eu enquanto profissional tento usar mesmo do que eu aprendi, usar do que eu acredito para não deixar que isso me envolva emocionalmente, porque eu acredito que se me envolver emocionalmente eu não vou poder ajudar. Mas existem situações mais assim que como vem, que mexem, que faz você as vezes sair se sentindo impotente (ANGÉLICA).

A dificuldade que eu vejo é por ser uma coisa muito dolorosa as pessoas tem uma certa dificuldade em se abrir, até nós profissionais quando começamos a ouvir como foi feita as agressões sentimos até uma repulsa. Se sentimos essa repulsa imagine as pessoas envolvidas diretamente. A dificuldade é essa porque é muito doloroso, uma coisa horrível (CRAVO).

Além da dificuldade de lidar com o fenômeno em si, em conseguir controlar os sentimentos e muitas vezes não externar a indignação com o fato ocorrido, conseguir conter-se eticamente é preciso diferenciar o que é da família, da vítima e o que é seu enquanto profissional. A narrativa de Rosa aponta um elemento que merece ser destacado, ela diz que nos primeiros atendimentos teve uma forma de atuar e que com o tempo foi conseguindo agir de forma diferente, até mesmo se distanciando emocionalmente dos casos.



Essa colocação da Rosa, aponta um outro aspecto dificultador que é a preparação dos profissionais para atuarem com essa demanda. Surge alguns questionamentos: Os profissionais foram preparados para atuarem nos CREAS? Esses profissionais tem o devido conhecimento de como atuar junto as situações de abuso sexual intrafamiliar? Com relação a esses aspectos, observa-se a fala abaixo:

Eu acho que é uma falha da estrutura, da política, da preparação do profissional para trabalhar. Eu sou Assistente Social e já tinha algum tempo que estava atuando na área, eu fui colocada lá tipo um paraquedista. Quando eu cheguei por várias vezes eu achava que aquilo não dava pra mim, que eu não ia conseguir, porque a minha visão mesmo sendo técnica, ainda tinha uma visão como a sociedade, a maioria das pessoas. Lá dentro quando eu fui conhecendo, lendo, fui vendo os usuários chegar e a demanda, aflorou o interesse de estudar mais e de querer aprofundar, tanto é que eu fiz essa especialização. Fiquei na área e gostei, teve um tempo também que eu não aguentava, porque quando você fica muito tempo com essa temática você termina saturando porque é muita tristeza, é muita coisa ruim todo tempo, eu acho que foi até bom eu ter me afastado um pouquinho, ter vistos outras coisas, agora estou voltando e é muito difícil (MARGARIDA).

Na fala de Margarida fica nítido que ela não foi preparada pela instituição para atuar com a demanda de violência. Havendo assim um esforço da profissional para se qualificar visando ofertar um atendimento condizente com o serviço. É preciso considerar que é papel do Gestor Municipal conforme as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 42) o “planejamento e implementação de política de capacitação e educação permanente dos profissionais do SUAS”.

Mas também faz-se necessário a busca do profissional de autocapacitação, tendo em vista que a situação de abuso sexual intrafamiliar vai exigir do profissional “romperem com respostas simplistas e reativas, o que torna o trabalho social no CREAS uma incessante busca para a construção de intervenções criativas, éticas e proativas” (VIEIRA, 2015, p. 155).

Margarida em sua fala chama a atenção para a necessidade de qualificação das equipes que atuam nos CREAS, mas ela destaca que todos que trabalhem na instituição precisam passar por uma qualificação visando a não reativização por parte da instituição. A ausência de capacitações por parte do município também apareceu na fala da Angélica:

O município não capacita muito seus profissionais. Não capacita muito e acaba o profissional tendo que realmente correr atrás. Porque assim, quando eu fiz o curso de Psicologia, eu não fiz nada voltado para isso, específico para isso, quando eu entrei no CREAS, eu não fiz nada específico para isso.

Depois que eu estou no CREAS eu procuro pessoalmente ler e ir atrás, aqui mesmo em Teresina não temos muita coisa voltada para a temática do abuso sexual. Não existe nada pelo menos do meu conhecimento que seja realmente voltado, tem algumas palestras. Mas algo mais assim como por exemplo tem para questão das drogas não tem para violência. Então para mim é um desafio (ANGÉLICA).

Margarida ainda fala do reflexo desse atendimento na sua vida, que por mais que o profissional conheça e atue tecnicamente, ainda assim ele é mexido por todo o sofrimento que envolve o fenômeno. Ela destaca ainda:

Que para trabalhar com essa temática, era preciso colocar pessoas que tenham pelo menos estudo na área, porque um atendimento se não for mesmo especializado ao invés de ajudar ele prejudica muito mais, porque sua abordagem vai revitimizar. Toda a sua intervenção ela vai só repetir, você não está preparada porque a temática é muito forte, você tem que saber fazer esse equilíbrio entre o técnico, seu profissional e o seu lado pessoal também, para nenhum se sobrepor ao outro. O profissional tem que se indignar, tem que ter empatia com a vítima, mas tem que ser técnico também porque se não fica difícil atuar. É preciso conhecimento técnico, eu acho que é uma das dificuldades. No próprio serviço, a equipe do porteiro até o atendimento, se não tiver um preparo ele vai revitimizar, é importante capacitar também as pessoas. O negativo é esse, não ter a qualificação da equipe, para toda demanda de CREAS, mas em especial essa que estamos falando (MARGARIDA).

Também apareceu como dificuldade no trabalho com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar, a relação com as outras instituições que deveriam trabalhar em articulação direta com os CREAS. Como mostra as falas dos profissionais, muitas instituições fazem encaminhamentos equivocados, ou encaminhamentos com relatórios que não informam o necessário, dentre outras situações. Como demonstraram as narrativas:

Com as outras instituições sentimos uma dificuldade, acredito que eles também sintam de realmente saber quais são os papéis, de como é que a coisa funciona, de ter respostas, aquela coisa da referência e da contra referência realmente acontecer. Muitas vezes acredito que se tem uma certa dificuldade tanto do nosso lado quanto do lado dessas outras instituições. Recebemos por exemplo encaminhamentos que não dizem muita coisa, muitas vezes com o endereço que não é correto, o atendimento já é moroso porque a quantidade de profissionais para demanda é muito pequena, a demanda grande para quantidade de profissionais, e as vezes quando ainda vem o encaminhamento das instituições faltando muita coisa acaba que demora ainda mais esse atendimento. O contato com o Conselho Tutelar é difícil, acredito que eles não tenham a noção de como realmente acontece a coisa aqui, eles cobram realmente uma contrarreferência que as vezes é difícil, não sabemos como eles realmente querem essa contrarreferência. Isso já de escutar falas. O SAMVVIS também eu acredito que ele encaminha mas não sabe realmente como o trabalho é feito, isso concluímos pela própria forma como é feito o encaminhamento. Acredito que precisa haver algo que

seja feito para que as instituições possam se conhecer, possam saber realmente como é o trabalho feito, como é que se dar a rotina dentro de cada um desses trabalhos para poder a coisa realmente andar melhor e existir uma comunicação (ANGÉLICA).

Outra dificuldade é a maneira como vem as denúncias, principalmente agora o SAMVVIS, ele tá mandando sem relatório, não vem nada da denúncia e dessa maneira acaba revitimizando. Ela já passou na família, o vizinho diz outra coisa, ela vai para Delegacia, vai para o SAMVVIS e vem para o CREAS com um relatório que não diz nada, não só o SAMVVIS como a própria Delegacia. Eu acho que os instrumentais precisam dar uma melhorada e precisamos sentar para fechar esse fluxo principalmente do abuso (MARGARIDA).

É expresso nas narrativas de Angélica e Margarida que há uma fragilidade na relação dos CREAS com as demais instituições que atuam no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Essa fragilidade tem um reflexo na vida dessas vítimas, uma vez que, cada instituição tem seu papel e para que de fato consigam atingir seus objetivos precisam de um trabalho integrado e em rede.

Esse trabalho de articulação em rede como define as Orientações Técnicas é essencial no desenvolvimento do trabalho social nos CREAS. Justifica-se essa necessidade pela complexidade que envolve as situações de abuso sexual intrafamiliar (BRASIL, 2011).

Outra dificuldade apontada nas narrativas diz respeito ao real entendimento do papel dos CREAS, seja pela população ou pelas instituições. Algumas vezes esperam do CREAS a responsabilização, ou a construção de relatórios que venham a subsidiar inquéritos policiais. Como expressam as narrativas:

Outra coisa esse fator da família já vir com o objetivo da responsabilização, temos que desconstruir isso para começar o trabalho. Deixar claro que tanto a responsabilização como o acompanhamento sistemático da vítima são dois fatores que tem que andar concomitante, mas acho difícil, eles chegam atrás de relatório. E um relatório não é feito com um atendimento e aí ela desmotiva a vir para o atendimento. É preciso explicar o serviço e conquistar para o atendimento, se não desiste (MARGARIDA).

Mas muitas vezes tem usuários que quando chegam eles não tem geralmente a noção da função do CREAS e porque estão sendo encaminhados para cá. As vezes eles acham por exemplo que vão vir para cá só para ser feito um relatório para mandar para Delegacia, para Delegacia anexar ao processo e a pessoa que cometeu o abuso ter mais uma prova digamos assim, acredito como já falei que as instituições não sabem muito bem o que as outras fazem (ANGÉLICA).

O problema é, que as vezes, nós somos solicitados pela justiça, pela Delegacia, etc. a atender determinadas situações para observar se dentro daquela situação ocorreu abuso. Mas, nem sempre quando ocorre abuso

deixam uma consequência palpável, possível de observar dentro de um atendimento nosso que não tem objetivo de investigação, não é igual a perícia. Inclusive é um trabalho que os profissionais do CREAS vem sempre tendo que reforçar junto a Delegacia, a 1ª Vara e a 2ª Vara também, que o nosso papel não é investigativo e nós não temos instrumento para tanto. Nós não dispomos de testes, nosso foco não é esse, nosso foco é o bem estar da criança, mas mesmo assim eles usam nosso relatório como parte do fluxo do processo judiciário, e eu acho isso muito prejudicial porque muitas famílias que estão envolvidas no sentido de obter o relatório elas querem apenas o relatório (AURORA).

As narrativas demonstraram que o desconhecimento do real papel dos CREAS pode interferir até na adesão da família ao acompanhamento. E a cobrança da Delegacia e da Justiça para que os profissionais emitam relatórios com objetivo investigativo, vai totalmente de encontro ao objetivo do trabalho do PAEFI.

As normativas estabelecem que o profissional deve construir uma relação de confiança com as vítimas e famílias para que consigam auxiliar no processo de fortalecimento de ressignificação da violência sofrida. Cobrar dos técnicos informações para subsidiar inqueridos ou decisões judiciais não condiz com o trabalho social dispensado pelos CREAS. É preciso que Delegacias e Juizados disponham de equipes específicas para esse fim.

Ainda foi identificado como dificuldades por parte dos profissionais a insuficiência de serviços da área da saúde para atender os casos que são identificados como necessitados de um atendimento clínico psicológico. Como destacam Rosa e Angélica:

Muitas vezes, por exemplo, as universidades não tem clínica escola pela nossa região então fica mais difícil para eles. Os hospitais que podemos ter contato também não é tão fácil, eles acabam ficando em uma fila de espera da mesma forma se eles fossem procurar de uma forma mais direta, então temos essa dificuldade (ANGÉLICA).

Tem as clínicas escolas mas fica muito distante de algumas famílias, só a FACID e a Santo Agostinho que fica na zona leste. Na zona norte tinha previsão da UESPI mas até agora não abriram (ROSA).

Nas falas de Angélica e Rosa observa-se que os serviços até existem, no entanto não são suficientes para atender a demanda encaminhada. As famílias entram em filas de espera, não tem prioridades no atendimento pelo fato de serem encaminhadas pelos CREAS como diz Angélica. Ou então os serviços ficam em regiões distantes das residências das famílias, o que muitas vezes dificulta o deslocamento e acesso aos mesmos.

Mas a fila de espera para atendimentos não é algo externo aos CREAS, constatou-se que além de ter CREAS que não está com a equipe completa, em todos os CREAS os técnicos de referência do PAEFI também atendem as demandas dos outros dois serviços que são ofertados nos CREAS: O Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Margarida reforça essa dificuldade:

Outra coisa, as equipes dos CREAS não serem completas, aí fica um serviço dando conta de toda a demanda, você não dá conta, não presta um serviço de qualidade como gostaríamos, porque não dar. O profissional assume várias demandas distintas, segmentos distintos, o profissional tem que se virar nos 30 para dar conta e para você atender bem cada um deles você tem que conhecer. É como o médico clínico geral, comparando aqui, no interior ele atende tudo, não fica um trabalho especializado acho que falta mais isso. Se você pegar um caso tem toda uma estratégia de planejar, aí chega mais dez, você vai correr para pelo menos fazer uma visita, você não está fazendo aquele atendimento qualificado (MARGARIDA).

A fala da Margarida expressa bem o sentimento dos profissionais que atuam nos CREAS, eles entendem que o serviço ofertado tem um objetivo, que de fato é preciso que se oferte nos CREAS pelo PAEFI um atendimento especializado, no entanto, a realidade das unidades impede muitas vezes que esse atendimento aconteça a contento. Sendo assim, também foi destacado como dificuldade a estrutura disponível para o trabalho, como fala Rosa: “A estrutura sempre ficou muito a desejar. Tem dificuldade de salas, principalmente de material, não tem quase nada como brinquedos para trabalhar com crianças”.

Um elemento que chamou a atenção, nas narrativas dos profissionais, é que sempre esteve presente a preocupação com a oferta de um serviço de qualidade. Além da compreensão de que é difícil lidar com o fenômeno do abuso sexual intrafamiliar considerando a complexidade que envolve o mesmo. Mas também foi apontado pelos profissionais como elementos facilitadores para o trabalho nos CREAS:

- A não acomodação profissional que atuação junto ao fenômeno do abuso sexual intrafamiliar possibilita;
- O constante repensar profissional que o atendimento a criança e adolescente vítimas de abuso sexual intrafamiliar provoca no profissional;

- A identificação com a temática da violência sexual;
- O trabalho em equipe.

Com relação aos elementos facilitadores no trabalho com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar, o que mais apareceu foi o aspecto desafiador do atendimento. Como demonstraram as narrativas:

Para mim está sendo enriquecedor porque me desafia em todos os sentidos, profissional e pessoalmente. Me desafia conseguir não me envolver emocionalmente, a não desacreditar tanto no meu trabalho porque muitas vezes sentimos como se não pudéssemos fazer muita coisa, uma situação que perpassa tudo, todos os seus conhecimentos. Tem situações que você fica assim, poxa nem conhecimento pessoal nem profissional ajuda, mas eu estou a cada dia mais me apaixonando pelo que estou fazendo, estou me desafiando a ler mais, a estudar mais. Eu sempre digo que gosto porque me desafia, porque me faz sair da zona de conforto. Eu não gosto de ficar na zona de conforto e aí faz você realmente sair total (ANGÉLICA).

Positivo que eu acho no atendimento a vítima é o profissional não ficar na área de conforto. Porque você termina se acostumando, aí você estando com aquela demanda que é difícil, que é complicada, você tem que gerar transformação, que você tem que sensibilizar, eu acho para mim uma coisa positiva. Você está sempre com a capacidade de estar vendo o outro como um ser humano e não como um número (MARGARIDA).

Os profissionais consideram positivo o fato do atendimento as vítimas de abuso sexual possibilitarem a eles um constante repensar a atuação profissional. Isso é bastante relevante porque mostra a preocupação e compromisso dos profissionais com o atendimento ofertado.

Também foi apontado como um elemento que facilita a atuação do profissional a identificação com a demanda como diz Aurora: “No meu caso facilita porque me identifico com o trabalho do CREAS, depois de 07 anos as coisas vão ficando mais claras, mais palpáveis”. Essa identificação do profissional, atrelada ao conhecimento teórico e aos fatores profissionais da motivação apontados por Furniss (1993) são essenciais para o bom desempenho profissional.

As narrativas também mostraram que um aspecto facilitador é o trabalho e equipe, como diz Azaleia: “Facilidade nesse novo contexto é que estamos trabalhando em equipe, essa troca tem que ser, não vejo um trabalho nos aspectos de combate e enfrentamento da violência sexual principalmente no CREAS se não for um trabalho em equipe”.

O trabalho em equipe interdisciplinar no CREAS é essencial e deve ser primordial na instituição. Como estabelece as Orientações Técnicas (BRASIL, 2011, p. 54) “é fundamental considerar os distintos olhares e contribuições das diferentes áreas de formação, além da experiência profissional de cada integrante e sua função no CREAS.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um fenômeno ainda frequente na sociedade, além de ser complexo e multicausal. Ele está presente em todas as classes sociais e envolve aspectos culturais, econômicos, políticos, sociais dentre outros. O enfrentamento de tal problemática vai exigir um conjunto de forças dos mais diversos órgãos de defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

No estudo, teve-se a oportunidade de ouvir 07 (sete) profissionais que compõem a equipe do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) dos CREAS de Teresina.

Buscando um novo ângulo de visão para o estudo, optou-se pelo Método Narrativa de Vida para a produção dos dados. Com as narrativas de cada profissional que refletem suas percepções, sentimentos e vivências, foi possível ampliar a compreensão sobre o objeto de estudo.

Das narrativas dos profissionais emergiram 04 (quatro) categorias temáticas: reflexo da violência na vida das crianças e adolescentes; relações de poder no âmbito familiar; operacionalização do atendimento pelos profissionais; elementos dificultadores e facilitadores no trabalho. As categorias foram analisadas tendo como base o referencial teórico adotado no presente estudo.

Emergiu das narrativas a discussão sobre o “**reflexo da violência na vida das crianças e adolescentes**”. Para perceber o reflexo dessa violência, faz-se necessário uma compreensão sobre o fenômeno e suas consequências na vida das crianças e adolescentes. O estudo apontou que a violência provoca várias consequências nas vítimas, no entanto quando o abuso é intrafamiliar a situação fica bem mais delicada.

O abuso sexual intrafamiliar na grande maioria das situações envolve uma relação de afeto, poder ou mesmo de autoridade entre o agressor a vítima. Isso é decorrente da forma como a instituição família e seus papéis são construídos socialmente, recaindo a família a ideia de um espaço de cuidado e proteção.

A ocorrência do abuso sexual intrafamiliar vai refletir em toda a família, provocando muitas um sentimento de culpa na criança e no adolescentes vítimas de tal violência. Esse sentimento de culpa atrelado aos vínculos familiares estabelecidos contribuem para a permanência de um pacto de silêncio.



As consequências desse abuso podem se manifestar a curto ou a longo prazo, e tem relação direta com aspectos como: a frequência do abuso, a idade da vítima na época do abuso e até mesmo a forma como a vítima foi acolhida nos serviços especializados. Também foi identificado que quando essa vítima é adolescente a vivência da exploração sexual aparece como um fator recorrente na vida dessas meninas.

Outra categoria que emergiu do estudo foi as “**relações de poder no âmbito familiar**”. Essas relações historicamente e socialmente reproduzidas nos diversos contextos familiares são fundamentais para se compreender o abuso sexual intrafamiliar.

As relações de poder estão diretamente associadas a uma questão de gênero, e tem na cultura machista, patriarcal e adultocêntrica a base de sua reprodução. No estudo isso ficou perceptível quando são apresentados os dados de atendimentos dos CREAS nos anos de 2016 e 2017, e identifica-se que em mais de 80% dos casos as vítimas são meninas.

Essas relações de poder e de gênero devem ser considerados pelos profissionais que atuam nos CREAS, porque não apenas a criança e o adolescente sofrem o reflexo dessa relações, as mães tem comportamentos diferenciados diante do abuso das suas filhas. Em muitos casos existe uma relação de dependência por parte da mãe com o agressor (na grande maioria pais e padrastos), dependência econômica e também emocional, que muitas vezes leva a mãe a desacreditar da filha ou mesmo ser conivente com o abuso.

Esses elementos justificam a necessidade de um atendimento a família e não apenas a vítima. A matricialidade sociofamiliar é um eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social, assim como a centralidade na família é uma das diretrizes que norteiam a Política Nacional de Assistência Social. Conseqüentemente os CREAS devem desenvolver o PAEFI primando pelo trabalho social com família.

Mas, surge uma questão: E o atendimento ao agressor? Considerando que esse agressor é uma pessoa que faz parte da família, que há vínculos construídos e que mesmo nos casos onde o agressor é afastado dessa família esses laços permanecem. A resposta a esse questionamento não será obtida com o presente estudo, até porque não é foco do mesmo.

No entanto, faz-se necessário aprofundar o olhar para essa questão, entende-se que ao considerar que as relações de poder e de gênero são bases do abuso

sexual intrafamiliar, reverter essa situação, combater o abuso sexual intrafamiliar exige o desenvolvimento de políticas públicas que atendam de forma devida aos agressores, não apenas ações de responsabilização mas ações que promovam a reflexão do ato, bem como que levem os agressores a se perceberem como tal e conseqüentemente provocar um processo de mudança nos mesmos.

Com relação a “**operacionalização do atendimento pelos profissionais**”, os casos atendidos nos CREAS chegam encaminhados por instituições como: Conselho Tutelar, SAMVVIS, Delegacias Especializadas, Disque 100, CRAS, dentre outras. Ou chegam através de demandas espontâneas. Não apareceu nas narrativas dos profissionais a menção de um fluxo de atendimento institucional, embora o município tenha desde 2012 definido a Regulação dos Serviços Socioassistenciais para os CREAS, mas os profissionais destacam nas suas falas seguir o que define a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

No entanto, ao analisar as narrativas dos profissionais percebeu-se que eles seguem um fluxo interno que inicia quando recebem os casos. E que os atendimentos dos profissionais nos CREAS visam a ressignificação do abuso sexual sofrido pela criança e pelo adolescente. Também foi perceptível que o atendimento é voltado para a família e não apenas para a vítima da violência, seguindo assim o que é definido pela Tipificação.

Ao receber o caso os técnicos fazem uma análise dos mesmos individualmente ou através de estudo de casos. Em seguida acontece a acolhida, momento que permitirá ao profissional conhecer o contexto familiar da vítima, além de permitir a construção de vínculo de referência e confiança por parte do profissional com a família. É preciso que o profissional considere a dinâmica familiar e que não adote posturas preconceituosas ou punitivas diante das diversas situações que se apresentarem.

Após a escuta, os profissionais relataram que constroem um plano de intervenção, onde fica definido as intervenções necessárias que variam de acordo com as especificidades de cada caso. Vale ressaltar que percebeu-se não existir um olhar aprofundado pelos profissionais para a construção de um Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar como previsto nas Orientações Técnicas. Isso é perceptível quando aparece nas narrativas a referência a um plano de intervenção feito de forma rápida e não muito elaborado, sendo justificado pela grande demanda direcionada aos profissionais dos CREAS.

As Orientações Técnicas definem que as diretrizes do trabalho social com família devem constar em um Plano de Acompanhamento, que deve ser construído gradativamente e de forma participativa, servindo de instrumento de monitoramento e avaliação do trabalho social desenvolvido. Esse Plano deverá ser registrado no Prontuário SUAS, no entanto nenhuma das narrativas fez referência ao Prontuário SUAS como instrumental de registro de informações, o que não permite afirmar que o mesmo não esteja sendo usado nos CREAS.

Constatou-se que nos CREAS prevalecem os atendimentos individualizados a vítima e a família, sendo os grupos realizados de forma pontual. Embora, apareça de forma recorrente nas falas dos profissionais o reconhecimento da necessidade de grupos com as vítimas e com as famílias. Nas narrativas que mostraram experiências em grupo foi nítido a relevância do mesmo para o atendimento com um todo.

O estudo revelou ainda que os profissionais que atuam nos CREAS devem ter além de uma compreensão teórica sobre o abuso sexual, habilidades para agir em frente das especificidades que envolvem o fenômeno. Além de considerarem que há diferenças no atendimento prestado a crianças e adolescentes, onde é preciso que se considere o grau de desenvolvimento específico de cada idade.

Percebeu-se com a realização do estudo que, os profissionais compreendem que o trabalho social com as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar exige uma atuação em equipe de forma interdisciplinar. Essa necessidade decorre da complexidade que envolve trabalhar a temática em questão.

No entanto foi constatado que esse trabalho em equipe não ocorre em todos os CREAS. Existe em alguns CREAS um trabalho de parceria do assistente social com o psicólogo, no entanto isso não caracteriza um trabalho em equipe como define as normativas legais. É preciso destacar que nas narrativas dos profissionais o trabalho do advogado é invisibilizado, não havendo referência a orientações jurídico-social como preceitua as Orientações Técnicas.

Na maioria dos CREAS há uma divisão dos casos entre os técnicos do PAEFI, considerando as especificidades das demandas, há ainda o entendimento de que os casos de abuso sexual intrafamiliar são mais direcionados aos psicólogos. Vale destacar que, essa divisão é feita como uma estratégia de gestão tendo em vista a grande demanda de casos e o número insuficiente de profissionais.

Mas, nas narrativas dos profissionais sempre esteve presente um sentimento de insatisfação com essa divisão dos casos, conseqüentemente com a não existência de fato de um trabalho em equipe de forma interdisciplinar.

Todas essas questões levam ao surgimento de **“elementos dificultadores e facilitadores no trabalho”** dos profissionais nos CREAS. Atuar com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar vai exigir do profissional além de conhecimento teórico, habilidade e prepara emocional para agir eticamente e não envolver-se pessoalmente com as situações vivenciadas nos atendimentos. Isso vai requisitar do profissional além de uma postura ética, um autoconhecimento, sabendo identificar seus limites e capacidades de intervenção.

Os profissionais apontaram nas suas narrativas a ausência de capacitações específicas voltadas para ao abuso sexual intrafamiliar ofertadas pelo órgão gestor da política de assistência social. É papel do gestor municipal a realização de capacitações continuadas aos profissionais da assistência social como determina as Orientações Técnicas. Fato que não inviabiliza os profissionais de buscarem uma autocapacitação, tendo em vista que possuem uma formação generalista o que exigirá que cada profissional busque qualificar-se na área específica de atuação visando um melhor desempenho profissional.

Também foi perceptível nas falas dos profissionais a dificuldade de articulação com as demais instituições que atuam também com o abuso sexual intrafamiliar. Essa dificuldade é expressa nos encaminhamentos enviados aos CREAS de forma equivocada ou com insuficiência de informações inviabilizando assim a atuação do CREAS. Há ainda um desconhecimento do papel do CREAS que é percebido nas requisições realização de atividades que não fazem parte das competências dos CREAS. Relatos que levam a concluir que não há um trabalho em rede como preceitua as Orientações Técnicas.

Há ainda as dificuldades internas apontadas no estudo, elas vão desde a insuficiência de profissionais frente as demandas dos CREAS, há inexistência de equipes técnicas de referências por serviços dentro do CREAS. Realidade identificada tendo em vista que a equipe técnica do PAEFI (Assistente Social, Psicólogo e Advogado) é a mesma que atende as demandas oriundas do Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O estudo identificou ainda que os profissionais apontam aspectos facilitadores. Eles consideram que atuar com o abuso sexual intrafamiliar não permite uma acomodação profissional, uma vez que a demanda leva a um constante repensar diante dos casos atendidos. Destacaram que é fundamental a identificação com a temática para que o profissional consiga desempenhar positivamente o seu trabalho. Mas que, apenas com um trabalho em equipe é possível ofertar devidamente um atendimento especializado.

Diante de todos os elementos apresentados, destaca-se que, é preciso olhar para o profissional, faz-se necessário reconhecer que lidar diariamente nos CREAS com essas questões de violência pode levá-lo a um adoecimento. E mais, que não é somente pelo fato de ser profissional que ele tem condições de atuar em um serviço especializado. Constatou-se que o profissional tem suas limitações, tem suas identificações, e a não identificação com demandas dos CREAS pode ocasionar um atendimento que não seja de fato especializado como preceitua as normativas legais.

Com o estudo espera-se trazer subsídios para profissionais da área, gestores da Política de Assistência Social, operadores de outros serviços voltados para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, uma vez que apresenta-se percepções, sentimentos e vivências dos profissionais dos CREAS sobre o atendimento dispensado a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Considera-se que este estudo não apreende todo o conjunto e complexidade que envolve o atendimento profissional a criança e adolescente vítima de abuso sexual intrafamiliar. Reconhece-se que a construção do conhecimento é algo permanente, propõe-se então a continuidade do presente estudo, em uma pesquisa com as famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar atendidas pelos CREAS de Teresina visando assim aprofundar o olhar para a forma que vem sendo ofertada o trabalho social para as famílias e como esse trabalho tem impactado na vida das mesmas.

## REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Andréa Barbosa de. Violências em Família. In: MOREIRA, Maria Ignez Costa; CARELLOS, Soraia Dójas M. S. (Org.). **Famílias em vulnerabilidade social**: é possível auxiliar sem invadir? Curitiba: CRV, 2012. p. 75-96.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **Educação e liberdade em Hannah Arendt**. Universidade de São Paulo. Guarulhos – SP, 2008.

AMARO, Sarita. Crianças Vítimas de Violência. Das sombras do sofrimento à genealogia da resistência: uma nova teoria científica. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

APPOLINÁRIO, F. **Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LCT, 2015.

ARRECH, Marta. **Estado federativos e políticas sociais**: determinantes da descentralização. São Paulo: Revan, 2000.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007. p. 25-47.

AZEVEDO, Maria Amélia. Consequências psicológicas da vitimização de crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007. p. 143-167.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e histórias. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida. A pesquisa e seus métodos**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**: Estatuto da Criança e do Adolescente. 15. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil**. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Relatório do Disque Direitos Humanos – Módulo Criança e Adolescente**. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. (1996). **Constituição da República Federativa do (1988)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília, 2002.

BONAMIGO, Irme Salete. **Violências e contemporaneidade**. Revista Katális. Florianópolis v.11, n.2. p. 204-213 jul/dez. 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política Social: Alguns aspectos relevantes para discussão. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 87-132.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Nota técnica nº 11 - Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde**. Brasília: IPEA, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia (Orgs). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, vol. 4, 1985.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas para a década de 90. In: IPEA. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**; políticas sociais e organização do trabalho. Brasília: IPEA, 1990. p. 1-66.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha Silveira (Eds). **Circuito e Curtos- Circuitos no Atendimento, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Veras/CECRIA, 2001.

FERREIRA, Ana Lúcia. **O Atendimento a Crianças Vítimas de Abuso Sexual: avaliação de um serviço público**. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. Ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Kátia Maria Maia. Violência Doméstica/Intrafamiliar contra crianças e adolescentes – nossa realidade. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**, Recife: EDUPE, 2002. p.19-39.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 23. Ed. São Paulo: Graal, 2004.

FURNISS, Tilman. **Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FUZIWARA, Aurea Satomi. Escuta ou inquirição? O desafio de efetivar os direitos humanos da criança e do adolescente no novo milênio. In: **Violência sexual e escuta judicial de crianças e adolescentes**: a proteção de direitos segundo especialistas. AASPTJ-SP. CRESS-SP. São Paulo, 2012. p. 101-141.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: Martin W. Bauer; George Gaskel (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 79-108.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Como organizar redes de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes? In.: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 413-429.

JACCOUB, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. MDS/UNESCO. Brasília. 2009. p. 57-86.

JAEGER, Fernanda Pires. Infância, violência e relações de gênero. In.: STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires (Orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 291-315.



JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: Martin W. Bauer; George Gaskel (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 90-113.

KRÜGER, Kelly Berti; SILVA, Jorge Alexandre da. Violência Sexual Intrafamiliar: o papel da família na proteção de crianças e adolescentes. In: KRÜGER, Kelly Berti; OLIVEIRA, Catiele Flôres (Orgs.). **Violência intrafamiliar: discutindo facetas e possibilidades**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 13-28.

LUZ, Fernando; PAIVA, Leila, ROSENO, Renato. O Desafio da resposta da sociedade e do Estado quando a vítima da violência sexual é criança ou adolescente. BRASIL. Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. **Proteger e Responsabilizar: O desafio quando a vítima da violência sexual é criança ou adolescente**. Brasília, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. *et al.* (Org). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

NASCIMENTO, Carlos Alberto Domingues do. A Dor da Violência. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002. p. 47-60.

ODÁLIA, Nilo. **O que é Violência**. São Paulo: Editora Brasiliense 2004.

PAULA, Érika Saldanha de. **O ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA: Um estudo sobre o enfrentamento a partir de intervenção institucional**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador/BA, 2011.

PEREIRA, L. M. **Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento**. In: CRAMI – Centro Regional aos Maus-Tratos na Infância. *Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor/organização*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 15-39.

ROSENO, Renato. **O direito da criança vítima de violência sexual ao atendimento especializado: Apontamentos sobre o papel das entidades de defesa jurídico-social**. In: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fortalecimento da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Brasília, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. A síndrome do pequeno poder. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

\_\_\_\_\_. Heleieth. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu** 16, 2001, p. 115-136.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de análise no método história de vida – uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2008 out-dez; 17(4): 714-9.

SEMCASPI. Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas. **Relatório Mensal de Atendimento**. CREAS, 2017.

SEMTCAS. Secretaria Municipal do Trabalho. Cidadania e de Assistência Social. **Relatório Mensal de Atendimento**. CREAS, 2016.

SILVA, S. V. de M. **Violência sexual contra crianças e adolescentes e eficácia social dos direitos fundamentais infanto-juvenis**: subsídio à formulação de políticas públicas para o município de Maceió. Maceió: EDUFAL, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepção. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. MDS/UNESCO. Brasília. 2009. p. 13-55.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In.: **Serviço Social & Sociedade nº 71**. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Solange Maria. **A FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina-PI**. 2. Ed. Teresina: EDUFPI, 2016.

VIEIRA, Monique Soares. A violência sexual contra crianças e adolescentes: Revisitando a sua interface com a violência de gênero. In.: GROSSI, Patricia Krieger (Org.). **Violência e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 207-221.

\_\_\_\_\_. **Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em Porto Alegre: contradições e perspectivas** / Monique Soares Vieira. PUCRS: Porto Alegre, 2013.

\_\_\_\_\_. **ROMPENDO O SILÊNCIO: O enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos CREAS Tocantinenses**. Tese de Doutorado. Faculdade de Serviço Social. PUCRS: Porto Alegre, 2015.

VITIELLO, Nelson. Vitimização Sexual: consequências orgânicas. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007. p. 123-141.

**APENDICES**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
 PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO  
 CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
 PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**Apêndice A – Roteiro de Entrevista**

**O ATENDIMENTO PROFISSIONAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE  
 ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NOS CREAS EM TERESINA-PI**

**1. Dados sóciodemográficos**

Idade: \_\_\_\_\_ Cor: \_\_\_\_\_ Religião: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Orientação sexual: \_\_\_\_\_

Situação Conjugal/Estado Civil: \_\_\_\_\_

Renda Familiar Per Capita: \_\_\_\_\_

Graduação: \_\_\_\_\_

Pós-graduação: \_\_\_\_\_

Cursos/ qualificações na áreas de abuso sexual intrafamiliar:

---



---



---

Tempo de trabalho no CREAS: \_\_\_\_\_

Outras experiências profissionais com interface na violência sexual contra crianças e adolescentes:

---



---



---

**2. Questão norteadora da entrevista:** “Fale-me livremente a respeito de sua atuação no CREAS no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar”



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI – UFPI  
PRÓ – REITORIA DE PESQUISA E PÓS – GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Título do projeto:** O ATENDIMENTO PROFISSIONAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NOS CREAS EM TERESINA-PI

**Pesquisadora responsável:** Inez Sampaio Nery

**Instituição/Departamento:** UFPI/ Departamento de Enfermagem/Programa de Pós-Graduação de Enfermagem e Mestrado/Doutorado em Políticas Públicas

**Telefone para contato (inclusive a cobrar):** (86) 8822-5622

**Pesquisadora participante:** Mayra Soares Veloso

**Telefones para contato:** (86) 99436-7966/ 99924-1679

Você está sendo convidada para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte à responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizada de forma alguma.

Você será entrevistado (a) sobre seu atendimento no CREAS as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar. A entrevista será gravada e o que você disser será registrado para posterior estudo. Não há benefício direto para o (a) participante desta pesquisa, trata-se de um estudo para apreender o atendimento as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente a

pesquisadora, Comitê de Ética independente e inspetores de Agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo.

### **Consentimento da participação da pessoa como sujeito**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ CPF, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo, como sujeito. Fui suficientemente informada a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “**O ATENDIMENTO PROFISSIONAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NOS CREAS EM TERESINA-PI**”. Eu discuti com a **Profa. Dra. Inez Sampaio Nery e a mestranda Mayra Soares Veloso**. Sobre a minha decisão em participar nesse estudo, ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Local e data: \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

### **Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar**

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Teresina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura do pesquisador responsável

### **Observações complementares**

---

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:

Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga

Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina - PI

tel.: (86) 3215-5734 - email: [cep.ufpi@ufpi.edu.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.edu.br) web: [www.ufpi.br/cep](http://www.ufpi.br/cep)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI  
PRÓ – REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS-MESTRADO  
ACADÊMICO

**Apêndice C – Ofício Circular para a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas de Teresina-PI.**

Ofício 01/2017

Teresina, 18 de Abril de 2017.

Assunto: Solicitação de apoio e autorização para desenvolvimento da pesquisa nos CREAS.

À Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas de Teresina-SEMCAPI.

Sr. Secretário Francisco Samuel Lima Silveira

No período de 2017 a 2018, através do Programa de Pós-graduação e, Políticas Públicas da linha de Pesquisa Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, será desenvolvida uma pesquisa provisoriamente intitulada “O ATENDIMENTO PROFISSIONAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR NOS CREAS EM TERESINA-PI”.

Para tal consecução da mesma torna-se imprescindível não somente informar a gestora desta pesquisa, mais sobretudo, contar com o apoio desta Secretaria no sentido de fornecer informações a respeito da legislação, programas, ações, entre outras informações/documentos necessários para compreensão da implementação desta política no âmbito do município de Teresina; bem como autorização dos CREAS como campo empírico desta pesquisa afim de apreensão in loco sobre a temática em questão. Para agilizar esse trabalho, solicito ainda a indicação de um membro da sua equipe que possa ser o canal de intermediação do contato desta secretaria com a pesquisadora Mayra Soares Veloso RG: 1.452.563 CPF: 835.673.803-20.

Certa de contar com o espírito público dessa administração, agradecemos antecipadamente.

---

Dra. Inez Sampaio Nery  
Orientadora



**ANEXOS**

## **Anexo A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa**

**Anexo B – Autorização da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas de Teresina-PI**